



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SENHOR
PEDRO COLLOR DE MELLO

Notas Taquigráficas da Reunião de 25/06/92
DEPOENTE: Sr. Renan Calheiros

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

000518

Secretário



CONGRESSO NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 52, do Congresso Nacional, de 1992, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Na pauta de hoje, o depoimento do Dr. Renan Calheiros, ex-Deputado Federal.

Para dar início aos trabalhos, quero avisar aos senhores que, sendo audiência pública, as bancadas com microfones serão, exclusivamente, destinadas aos Srs. Parlamentares - inclusive os que não são membros da Comissão. A imprensa, assim como todos nós, precisa trabalhar. Gostaria que fosse reservado um local no fundo da sala para os jornalistas, menos na bancada.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, talvez pudesse se fazer um meio termo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A última bancada, então, fica para a imprensa e, à medida em que os Srs. Parlamentares forem chegando, que solicitem o lugar...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Havendo essa necessidade, a imprensa irá cedendo os lugares.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O Parlamentar precisa requerer o lugar porque, na última vez, eu pedi para que saíssem e ninguém quis o lugar.

A última bancada é para os Srs. jornalistas.

Vou solicitar ao Depoente que preste o juramento.

Peço aos senhores que fiquem de pé.

O SR. RENAN CALHEIROS - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 000519

Secretário



quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias".

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, vou pedir a qualificação do Depoente.

Qual é o seu nome completo?

O SR. DEPOENTE - José Renan Vasconcelos Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é a sua idade e o seu estado civil?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tenho 36 anos e sou casado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é o seu endereço completo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Rua São Pedro, Garça Torta, Maceió, Alagoas, nº 520.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é a sua profissão?

O SR. RENAN CALHEIROS - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Onde exerce a sua atividade profissional?

O SR. RENAN CALHEIROS - Em Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual é o escritório de advocacia?

O SR. RENAN CALHEIROS - É o Escritório Jurídico, em Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Aviso à testemunha:

"Art. 204 - O depoimento será prestado, oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo Único - Não será vedado à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos."



Estabelece a Lei nº 1.579/59, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito:

"Art. 4º - Constitui crime:

II - fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete, perante Comissão Parlamentar de Inquérito."

A pena do art. 342 do Código Penal é reclusão de um a três anos, e multa de 2 a 6 mil cruzeiros.

Encontra-se aberta na mesa a lista para a inscrição dos Srs. Parlamentares.

Sr. Renan Calheiros, V.Sa. dispõe de até 30 minutos, se assim o desejar, inicialmente, para fazer exposição e, logo após, as perguntas dos Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Sr. Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, Sr. Vice-Presidente, Senador Maurício Corrêa; Sr. Relator, Senador Amir Lando; Srs. Senadores e Deputados:

Permitam-me, inicialmente, cumprimentá-los, ungidos que estão da expectativa de esperança do povo brasileiro, nesta hora grave em que vive a Nação, Aqui presto o meu testemunho, sereno, confiante e imbuído da certeza de que o Congresso Nacional saberá responder a este momento crítico da vida nacional, da mesma forma que enfrentou os momentos dramáticos da resistência democrática, com galhardia e com retidão.

O objeto das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, os crimes atribuídos ao Sr. Paulo César Farias pelo Sr. Pedro Collor de Mello, transformou-se em epicentro da mais profunda e dura-



doura crise política do Governo Presidente Fernando Collor de Mello.

Renúncia e **impeachment** passaram ao vocabulário das ruas, tal o clima de suspeitas que paira sobre o Palácio do Planalto e o próprio Chefe do Poder Executivo do País.

A prudência recomenda, Sr. Presidente, porém, que o depoimento que presto a esta Casa seja antecedido de alguns questionamentos que passo a fazer, origem de reflexão neste meu testemunho.

Por que a simples investigação sobre supostos ilícitos praticados pelo cidadão Paulo César Farias, que não ocupa função de destaque em nenhum dos Três Poderes da República, que sequer se destaca na sua trajetória empresarial, é capaz de abalar a autoridade do Presidente da República e de pôr em xeque a continuidade do seu mandato?

Penso, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que as horas difíceis que agora atravessamos devem ser atribuídas apenas, em parte, ao infeliz momento em que surgiram no cenário da Pátria as lamentáveis proezas do Sr. Paulo César Farias.

É necessário admitir que os brasileiros respiram um ambiente de angústia e intranqüilidade, porque o País vive o desalento da maior crise econômica da sua História.

O desemprego ronda os lares dos trabalhadores, as labaredas da inflação devoram a economia dos assalariados, e a recessão, Sr. Presidente, afunda o País no pântano da miséria e da desesperança.

O FMI impõe ao Governo, melhor diria, à sociedade, sacrifícios incompatíveis com o dever sagrado de dar ao povo emprego, teto, saúde, educação.

No plano interno, a política de juros altos torna insuportável a escalada da dívida pública; sangrando por dentro e por fora, a Nação descobre, Sr. Presidente, que foi fraudada. Fraudada não apenas nos



negócios ilícitos praticados pelo Governo, nas comissões pagas aos atravessadores do Poder Público, mas, fraudada, fundamentalmente, na expectativa que criou, neste Governo, de dias de alento e de progresso.

Eis, Senhores, o pano de fundo da tragédia que vivemos. Delitos, que, por maiores e comprometedores que pudessem ser, estariam originalmente entregues aos cuidados da Justiça e dos órgãos policiais do País, transformaram-se em vulcão alimentado pela matéria incandescente do organismo social.

Ao deixar aqui esses registros, não o faço na condição de um ressentido, mas de quem empenhou-se na vida pública numa trajetória de inequívoco compromisso com os direitos sociais do povo, com as liberdades democráticas e a soberania da Nação.

Tampouco guardo, Sr. Presidente, a amargura dos derrotados, ao contrário do que afirmou o Presidente da República em seu pronunciamento à Nação. Guardo comigo a vitória da coerência e da consciência limpa. Não insulto, não ameaço, não processo, não persigo; como o poeta, Sr. Presidente, tenho "apenas as duas mãos e o sentimento do mundo".

Ao romper com o Presidente da República, descobri não apenas que ele compactuou com a fraude eleitoral em meu Estado, quem sabe até a estimulou. Descobri mais: aquele que fraudara seus eleitores no exercício macabro de perpetuar vícios e eternizar desilusões.

Não saí do Governo para embalar ressentimentos, mas para retomar, junto aos meus companheiros do PMDB, do Brasil e de Alagoas, e ao sofrido povo do meu Estado, a senda das lutas sociais, interrompidas por um momento equívoco, que tenho a humildade de reconhecer, mas vejo com orgulho, Sr. Presidente, que tive a grandeza de desfazer



O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após cavalgar sentimentos nobres do povo, tripudia sobre os enganados, entrega-se à luxúria e aos devaneios do exercício superficial do poder, próprio de quem o confunde com sua própria pessoa. Jovens, fortes, destemidos, melhor perversos, também foram Nero e Calígula. Na antiga Roma, o exercício do gládio e as corridas de carruagens; hoje, o exibicionismo de falsos atletas e acrobacias de pseudo-amante da aventura.

A segunda questão é saber, Sr. Presidente, se procedem as acusações contra o Sr. Paulo César Farias de envolvimento em práticas que caracterizam ilícitos penais, formulados pelo Sr. Pedro Collor de Mello.

Felizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, o profícuo trabalho desenvolvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito já acumulou volume inquestionável de indícios de atividades suspeitas do investigado. Quando, há cerca de 20 meses, denunciei as atividades sombrias e suspeitas do Sr. Paulo César Farias, ele era apenas uma imagem apagada do retrato sinistro gerado pela revelação das suas ações criminosas. Perante o Congresso Nacional, reafirmo, uma por uma, as denúncias por mim formuladas. E se hoje tenho a meu favor tantos fatos revelados pela imprensa e oferecidos por tantos depoimentos registrados por esta CPI, posso acrescentar que, na verdade, Sr. Presidente, "o tempo é mesmo senhor da razão".

A última e intrigante questão é saber se era do conhecimento do Presidente da República os movimentos do Sr. Paulo César Farias. Eis, Senhores, a pergunta definitiva que o Presidente da República se recusa a responder.

Respondo pelos episódios que testemunhei, principalmente nas eleições de Alagoas, e de outros que tive conhecimento e de pronto in-



formei ao Senhor Presidente da República.

Eu respondo, senhores: o Presidente da República tinha pleno conhecimento das ações do Sr. Paulo César Farias porque foi advertido e informado por mim, enquanto seu Líder no Congresso Nacional. Hoje, pode haver a incidência de que iam muito além das por mim imaginadas, as ligações perigosas entre o Presidente Fernando Collor e o Sr. Paulo César Farias.

Senão, vejamos:

Que objetivos conduziam as reuniões freqüentes entre o Presidente da República e o Sr. Paulo César Farias, por este confirmadas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada na própria Casa da Dinda ou no Palácio, conforme ele próprio, Paulo César Farias, aqui admitiu?.

De quem emanava o poder de dirigir bilhetes à Sra. Ministra da Economia?

Partiu do Sr. Paulo César Farias a iniciativa de representar o Presidente da República em reuniões, das quais participei para indicar candidatos aos cargos majoritários e proporcionais nas eleições de 90, em Alagoas?

Por que, mesmo tendo que atravessar tantas crises decorrentes de atos do Sr. Paulo César Farias, não se tem notícia de qualquer estremecimento nos laços de amizade que unem um ou outro.

Aos que atribuem as investigações de tais episódios riscos ao funcionamento das instituições, replico com o argumento de que a Nação ainda respira tranqüila porque a instituição mais representativa, o Congresso Nacional, forjou-se depositária dos anseios nacionais pelo esclarecimento definitivo dos acontecimentos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

000 522

Secretário



Não espero do Presidente da República nenhum gesto de grandeza, mas se por um momento pudesse aconselhá-lo a tanto, certamente dir-lhe-ia: Renuncie, Presidente Collor! O Brasil espera, nessa hora, que Vossa Excelência cumpra o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra o Sr. Relator Amir Lando. (Pausa.) S. Exa.se reserva o direito de ouvir a testemunha logo depois dos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, o Senador Valmir Campelo, do PTB do Distrito Federal.

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, permita-me fazer um registro nesta Comissão, antes de formular minhas perguntas.

Todos os Parlamentares, sob a Presidência de V.Exa. nesta Comissão, têm sempre se comportado da melhor maneira possível, pelo entendimento, pelo companheirismo, e, sobretudo, Sr. Presidente, pelo respeito que todos nós temos aqui, apenas com o único objetivo: a busca da verdade. E esse cavalheirismo, essa amizade e esse respeito têm se estendido para além dos membros da Comissão: aos funcionários da Comissão e, principalmente, à imprensa, que tem demonstrado respeito para com os Parlamentares, dando total cobertura e dizendo a verdade do que se passa aqui.

E eu não poderia, neste momento, Sr. Presidente, deixar de registrar que ontem faleceu aqui, em Brasília, uma jornalista que vinha cobrindo a CPI, que estava convivendo conosco durante esse período, a jornalista Teresa Mac Dowell Soares, de 37 anos, funcionária da RADIOBRÁS. E eu gostaria de apresentar neste momento a nossa solidariedade à família enlutada da jornalista.



Sr. Presidente, eu gostaria apenas de perguntar: Dr. Renan Calheiros, há quanto tempo o Senhor conhece o Sr. PC?

O SR. RENAN CALHEIRO - Conheço pessoalmente o empresário Paulo César Farias mais precisamente a partir da campanha de 1986, que elegeu o Sr. Fernando Collor de Mello Governador do Estado de Alagoas.

O SR. VALMIR CAMPELO - Dr. Renan, o senhor falou sobre atos ilícitos, sobre comissões pagas pelo Governo. Mencionou que o Presidente comprometeu-se até mesmo com a fraude eleitoral em Alagoas.

Estamos ouvindo a exposição do senhor, com muito respeito. Mas o que estamos buscando é a verdade. E só podemos apurar a verdade através de provas. Que provas concretas, Dr. Renan, o senhor poderia nos apresentar sobre isso? Há algum fato concreto para esta Comissão tomar uma medida de encaminhamento jurídico? O que estamos buscando é a verdade. Quais são as provas concretas que V.Sa. traz a esta Comissão?

O SR. RENAN CALHEIROS - Senador, no Direito, não há hierarquia de provas. Acho importante lembrar isso. No Direito, as provas podem ser testemunhais, documentais, periciais. A própria confissão - o Senador Ney Maranhão o sabe muito bem - é um tipo de prova. De modo que o meu depoimento é sobretudo uma prova; é uma prova testemunhal.

O SR. VALMIR CAMPELO - O senhor conhece o Presidente Collor desde quando?

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheço o Presidente Collor pessoalmente a partir do momento em que nós nos elegemos Deputados Federais pelo Estado de Alagoas. De nome, eu já o conhecia há bastante tempo. Mas foi justamente aqui, na convivência na Câmara dos Deputados, que nos conhecemos mais detalhadamente.



O SR. VALMIR CAMPELO - O senhor poderia traçar um perfil da sua vida política?

O SR. RENAN CALHEIROS - Fui dirigente estudantil, um modesto dirigente estudantil; tentei cumprir tarefas históricas na retomada da democratização deste País; elegi-me Deputado Estadual com 22 anos de idade; depois, fui o Deputado Federal mais votado do meu partido em Alagoas; em seguida, Deputado Constituinte, com alguns votos a mais; fui coordenador político da campanha do Presidente Fernando Collor. Sonhei, como sonharam tantos brasileiros! Depois, por sua indicação, fui Líder do Governo na Câmara dos Deputados; tentei, tanto na coordenação política da campanha, quanto no exercício da Liderança no Congresso Nacional, fazê-los com a minha maior dedicação. Quando presenti desvios de rota no Governo, rompi, divergi, explicitiei divergência, bati a porta e fui embora. Seis meses depois - e este é um episódio público -, o Presidente da República, depois de seguidas entrevistas, inclusive entrevistas coletivas, convocadas não sei para que fim, repetia seguidos elogios e convidou-me para voltar ao Governo; pediu para que eu não tivesse constrangimento e combinasse uma visita dele, Presidente Fernando Collor, à minha casa, para que ele pudesse formalizar o convite da minha volta ao Governo.

O SR. VALMIR CAMPELO - Eu queria só o perfil político de V.Sa.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu queria que V.Exa. balizasse o que entende por político, porque tudo que falei até o presente momento, objetivei responder a sua indagação.

O SR. VALMIR CAMPELO - Agradeço muito a sua colocação e a sua palavra, mas não me satisfaz, Dr. Renan Calheiros. Eu gostaria que o senhor respondesse apenas ao que indago. E o que entendo por política é o seu **curriculum vitae** político, e não outras conversas que o senhor



teve posteriormente com A, B, ou C, porque isso não faz parte da vida curricular de V.Sa. nem da de ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS - Presidente, se V. Exa. me permitisse...

O SR. VALMIR CAMPELO - Eu pediria apenas que o senhor me respondesse o necessário. Pedi ao senhor que me desse um perfil político da sua vida política; o que o senhor já foi na vida; se o senhor foi vereador, deputado, se o senhor foi líder na Câmara. Eu gostaria, por favor, que o senhor me desse o seu perfil político.

O SR. RENAN CALHEIROS - Senador Valmir, acabei de dizer. Peço o testemunho do Presidente Benito Gama para reafirmar apenas uma coisa: a minha presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é algo espontâneo. Defendi a sua própria criação. De modo que entendam, sem nenhuma dúvida, que a minha presença neste momento, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é a reafirmação do meu compromisso com a verdade.

O SR. VALMIR CAMPELO - Tudo bem. Vou pedir apenas para V.Sa. não se estender, para dar oportunidade aos outros Parlamentares. Por isso, pedi que o senhor sintetizasse a sua vida política. E o senhor começou a discorrer sobre os impedimentos, quando recebeu um outro convite do Presidente da República que, neste momento, acredito que não seria o momento adequado para V.Sa. ter a oportunidade de fazê-lo. Acho que vai chegar o momento em que V.Sa. terá essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Sa. se atenha às perguntas do Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS - Com muito prazer.

O SR. VALMIR CAMPELO - Qual o relacionamento que o senhor tem com o ex-Deputado Djalma Falcão?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Deputado Djalma Falcão foi meu companheiro na Câmara dos Deputados e elegeu-se Prefeito de Maceió com o



meu apoio. Rompemos, divergimos, e hoje a conjuntura política brasileira nos obriga a conviver no mesmo partido, o PMDB de Alagoas.

O SR. VALMIR CAMPELO - O senhor trabalhou na campanha eleitoral de 1986 do Governador de Alagoas Fernando Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - Fui candidato a Deputado Federal e o mais votado do PMDB.

O SR. VALMIR CAMPELO - Na mesma chapa? Na mesma coligação do Governador Fernando Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exato, na mesma coligação.

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, no momento, era só o que eu gostaria de indagar ao Sr. Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Senador.

Peço aos senhores que estão participando desta reunião que não façam nenhuma intervenção, para não constranger nem os Parlamentares, nem a testemunha.

Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Presidente, permita-me, antes de entrar na fase de indagações, fazer uma comunicação.

Tomei conhecimento, lendo um dos jornais hoje, de uma suspeita em relação ao procedimento do Relator Amir Lando, inclusive, citando o PDT.

Gostaria de deixar bem explícito que, da minha parte, não existe a menor suspeita com relação ao trabalho limpo que tem sido feito pelo Relator. Conheço o Senador Amir Lando como companheiro de Senado. É um homem que tem uma postura limpa, correta, escoreita. Presumo até que S.Exa. abriu mão da indagação, em primeiro lugar, exatamente para permitir que outros o fizessem. De modo que eu não poderia deixar passar a oportunidade de fazer este registro. Tenho certeza absoluta de



que S.Exa. está em busca da verdade e não negará a sua assinatura num relatório isento, puro, limpo.

Feito este registro, passo às indagações.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Como Presidente da Comissão, em nome de todos os membros da CPI e no meu próprio, gostaria de dar o testemunho do correto comportamento do Senador Amir Lando em todos os atos praticados até agora, por S.Exa., nesta CPI.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Agradeço as manifestações dos nobres companheiros, mas entendo que agora não é o momento oportuno, embora agradeça, repito, para essas considerações preliminares. Vamos prosseguir as nossas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan, V.Sa. sabe perfeitamente o que é crime de responsabilidade e o que é crime comum. V.Sa. entende que o Presidente da República está incurso em crime de responsabilidade?

O SR. RENAN CALHEIROS - O que eu gostaria de reafirmar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Maurício Corrêa, é que o Presidente Fernando Collor sabia das estripulias do Sr. Paulo César Farias no Governo - do tráfico de influência, do poder paralelo, da sua força para demitir, nomear e comandar uma triagem que balizava o norteamento do próprio procedimento de nomeação de pessoas no Governo Federal. Este é o entendimento que tenho a respeito da relação Fernando Collor de Mello/Paulo César Farias. E acho que o Presidente terá, necessariamente, que ser responsabilizado por isto, seja qual for o crime que tivermos que tipificar.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

000525

Secretário



O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, o depoente, desde o início, disse à imprensa que viria aqui prestar um depoimento político. Queria pedir a V. Exa. que isso fosse proibido - não quero nem me valer do Código de Processo Penal, nem do Regimento do Senado e nem do Regimento da Câmara, porque isso é despiciendo e desnecessário, todos nós conhecemos. Mas que a testemunha fosse chamada a falar sobre fatos que conhece e não emitir a sua opinião.

Esta não é uma CPI de opinião, é uma CPI de fatos. Nós estamos aqui para apurar a verdade, não estamos aqui para ouvir a opinião de ninguém. A opinião, nós lemos nos jornais, lemos nos editoriais, nos artigos assinados nos jornais. Portanto, queria pedir a V. Exa., Sr. Presidente, que o depoimento se limitasse a fatos.

Se a testemunha tem conhecimento de fatos, ela depõe sobre eles. Emitir opinião parece-me que não é esse o escopo e nem o objetivo desta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, é possível contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, penso que as perguntas é que orientam a resposta. Eu, por exemplo, posso desejar conceitos. Não sei se outros podem. O nobre Senador Pedro Simon, por exemplo, deseja conceitos. Então vamos aplicar isso a cada parlamentar que é membro desta CPI; que cada um se declare satisfeito ou não com a resposta do depoente.



O SR. ODACIR SOARES - Nós queremos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O Código Penal é aplicado subsidiariamente. Como é uma Comissão Parlamentar, evidentemente, temos que abrir um pouco também para os conceitos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan, fiz essa pergunta, embora houvesse se adiantado com relação a sua impropriedade, mas há fundamentação para isso. V. Sa. tem dito reiteradas vezes que deu conhecimento ao Presidente da República sobre esses fatos; em uma dessas vezes, inclusive, V. Sa. teve a resposta imediata, que foi a afirmação do ex-Deputado Bernardo Cabral, tendo em vista a comunicação que V.Sa. fez ao Presidente da República. Gostaria que V.Sa. precisasse para a CPI, quais foram as oportunidades em que o senhor teria levado ao Presidente da República fatos que se caracterizariam como omissão, como descuido do Presidente da República com relação à apurações que lhe competia apurar.

O SR. RENAN CALHEIROS - Nobre Senador Maurício Corrêa, como senti muita preocupação da Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de saber antecedentes do meu relacionamento político e pessoal com o Presidente Fernando Collor, gostaria de me reportar exatamente às conversas que tive com Sua Excelência a respeito de Paulo César Farias.

A primeira delas, Senador, aconteceu ainda quando o Presidente Fernando Collor era Governador do Estado de Alagoas e se preparava para se desincompatibilizar para concorrer à Presidência da República. Eu e Sua Excelência no gabinete. Sua Excelência arrumava as gavetas do seu bureau. E corriam rumores em Alagoas de que o Sr. Paulo César Farias estava levando o então Governador Fernando Collor a assinar o se-

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

000528



gundo acordo com os usineiros, que consistia num acordo para o Estado devolver as parcelas de ICMS, na época, da cana própria das usinas de açúcar. Eu disse ao então Governador Fernando Collor, com a sinceridade de quem ia cumprir a destacada tarefa de ser o seu coordenador político na campanha, que aquilo era imperdoável, parecia até uma coisa burra. Nós estávamos tendo dificuldades para defender o primeiro acordo dos usineiros, que Sua Excelência já havia assinado como consequência de uma demanda judicial e que, às vésperas de deixar o Governo para ser candidato à Presidência da República, justo num momento em que nós recebíamos um resultado de uma pesquisa de opinião pública, que dizia que o Governador Leonel Brizola era o primeiro colocado com 17% e Fernando Collor vinha em segundo lugar, ao lado de Luiz Ignácio Lula da Silva, com 15%, seria desnecessário ter que levar para a campanha eleitoral a defesa, não mais do primeiro acordo com os usineiros, mas, também, a defesa do segundo acordo com os usineiros. Era uma tarefa hercúlea, que nós teríamos muita dificuldade para explicar à Nação, até porque os usineiros - eu disse isso ao então Governador Fernando Collor - diziam, à boca miúda, que o Paulo César Farias tinha feito negócio em nome do Governador e que havia ganho, na intermediação, uma comissão. Ele me respondeu secamente: - "Renan, eu não posso deixar de fazer o segundo acordo, porque se eu deixar de fazer-lo eu estarei punindo a quem não entrou na Justiça e privilegiando, justamente, as pessoas que entraram na Justiça. De modo que eu vou ter que assinar o segundo acordo."

Depois eu soube que o acordo já teria sido assinado e que aquela conversa teria sido tardia, porque o acordo teria sido assinado três dias antes de Sua Excelência deixar o Governo e a conversa acontecera justamente na véspera. Se não me engano, 15 de maio o prazo fa-



tal da desincompatibilização.

Houve a campanha para Presidente da República. Eu cumpri a estrita tarefa de coordenar politicamente a campanha.

Viajei muito por este País afora. Viajei muito com o Presidente da República. Estive com Sua Excelência acompanhando-o nos dois debates com o candidato Luiz Ignácio Lula da Silva. Fui citado três vezes pelo então candidato Fernando Collor, no primeiro debate, como a pessoa que detinha o perfil político do que seria o seu Governo e a sua representação no Congresso Nacional; no segundo debate fui citado três vezes novamente. Eleito Presidente da República, ainda, no "Bolo de Noiva", eu fui convidado pelo Paulo César Farias para participar de uma reunião na sua casa. Nessa reunião, sentado à cabeceira da mesa, participava o Senador João Lyra, o atual Governador Geraldo Bulhões, o Deputado Federal Cleto Falcão, o então Governador Moacir Andrade e eu. E, falando em nome do Presidente da República, repetindo isso até enfadonhamente para que todos o entendesse nessa condição, o Sr. Paulo César Farias procurou conduzir o destino do Estado, com relação à indicação de nomes para a sucessão e de nomes para as candidaturas proporcionais. Depois, no Governo, repetimos essa reunião.

Eu voltei a falar com o Presidente da República a respeito do Paulo César Farias nos momentos que antecederam o escândalo SOS Rodovias. Foi o primeiro escândalo do Governo, e a imprensa entendeu como tal. O Sr. Paulo César Farias havia nomeado o Sr. Marcelo Ribeiro para a Secretaria Nacional de Transportes, e havia nomeado, também, o Sr. José Henrique de Amorim para o DNER. O DNER e a Secretaria Nacional dos Transportes fizeram ao Governo uma proposta, no sentido de dispensar as licitações, em função da urgência que a recuperação das estradas requeria.

COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 000527

Secretário



Eu adverti o Presidente da República de que isso inevitavelmente teria repercussão política no Congresso e que as informações eram que o Paulo César Farias estava envolvido no problema da dispensa de licitação. O Presidente da República disse-me que iria responder sobre o Paulo César Farias. Absolutamente, Sua Excelência não acrescentou nada, não foi feita nenhuma apuração em tempo. A apuração só veio depois que o escândalo ganhou manchetes nos jornais.

Eu mantive outra conversa com Paulo César Farias, por ocasião do aniversário da esposa do Dr. Celso Cavalcante, Diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil. Essa conversa quase foi presenciada pelo Presidente Fernando Collor, já que estava a 2 ou 3 metros, também participando da festa de aniversário.

Nós havíamos buscado, nas reuniões da casa do Paulo César, um encaminhamento que pudesse aglutinar as forças políticas de Alagoas. O Presidente da República já havia pedido ao Vice-Presidente Itamar Franco, ao Coordenador político Bernardo Cabral, para fazer uma reunião comigo e com o Geraldo Bulhões, para tentar encontrar uma solução que pudesse unir as forças políticas do Estado. Nada disso tinha surtido efeito, e foi exatamente na casa do Dr. Celso Cavalcante que eu disse ao Paulo César Farias: - "Olha, Paulo César, você jurou neutralidade. Disse que essa era a posição do Presidente, que a sua posição teria necessariamente que repetir a posição que você teve nas duas reuniões que realizou na sua casa, mas eu estou recebendo informações que o você está participando das eleições em Alagoas. Eu estou com 60% nas pesquisas e Geraldo Bulhões tem 2%. Eu queria lhe dizer que conheço os seus métodos, porque os conhecimentos vão se tornando progressivos e a cada dia que passa, hoje muito mais do que ontem..." (o Deputado Euclýdes Mello sorri, talvez corroborando o que eu estou dizen-



do).

O SR. EUCLYDES MELLO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço a V. Sa. para não citar os Parlamentares fora do que está expondo.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, eu pediria uma questão de ordem para dizer por que sorri. Ele conhecia muito bem os procedimentos, porque o Paulo César Farias foi tesoureiro da campanha dele para Deputado Federal e tesoureiro da campanha dele para prefeito de Maceió. É por isso que eu sorri.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço a testemunha para evitar citar parlamentares que não estejam envolvidos na sua pergunta e na sua resposta, para evitar constrangimento tanto dos parlamentares como de V.Sa., como aconteceu agora. Não quero criar nenhum constrangimento, para que V.Sa. faça o seu depoimento na maior lisura e liberdade possível.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, eu só queria tranquilizar V.Exa. e esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, no momento oportuno, eu responderei à indagação do ...

O SR. EUCLYDES MELLO - Não é indagação, é insinuação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço ao Deputado Euclides Mello que colabore para evitar constrangimento.

Continue, Sr. Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS - Dias depois, o Presidente, num dos despachos quase que diários que mantínhamos no Palácio do Planalto, indagou me por que eu havia sido tão incisivo com Paulo César Farias naquela noite, na casa do diretor Celso Cavalcante. Eu disse ao Presidente que conhecia os métodos do Paulo César Farias e que, não tendo condições eleitorais para ganhar as eleições, eu sabia que ele ia



tentar a fraude. Eu tinha dito ao Paulo César que no momento em que ele tentasse a fraude, que eu tivesse indício de que isso aconteceria, eu o denunciaria à Nação; e o fiz, Senador Maurício Corrêa, no dia 1º de outubro, quando todas as pesquisas de opinião pública diziam que eu seria governador de Alagoas no primeiro turno; portanto, sem nenhum ressentimento.

Eu tive outra conversa com o Presidente Fernando Collor, específica sobre a utilização da máquina do Governo Estadual de Alagoas e da participação e do tráfico de influência, dos desvios de recursos do Sr. Paulo César Farias na campanha eleitoral. Essa conversa foi testemunhada pelo Ministro Bernardo Cabral que, dignamente, espontaneamente, deu entrevista aos órgãos de comunicação comprovando tudo que eu disse à revista *Veja*, e repito agora nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu disse ao Presidente que a sua neutralidade em Alagoas estava abalada, porque a sua esposa, Rosane Collor de Mello, e o Sr. Paulo César Farias estavam participando da campanha eleitoral de Alagoas, usando o Governo, fazendo tráfico de influência e tentando mudar o curso da campanha eleitoral e da eleição.

Sobre isso, Senador Maurício Corrêa, eu queria pedir a atenção de V. Exa. e desta Comissão Parlamentar de Inquérito para me deter por poucos minutos no problema da fraude eleitoral em Alagoas. Não quero dar mais destaque do que essa causa requer; não quero despolitizar este debate. A eleição de Alagoas é algo perfeitamente superado, eu já estou completamente curado dessa ressaca. Nós temos, hoje, em Alagoas, uma frente política que congrega diversos partidos de oposição, e eu tenho um só objetivo que é o enfrentamento dessa situação política. Pois bem, Senador Maurício Corrêa, eu fiz denúncias de fraudes. Quando começaram as apurações, eu anulei, com os meus advogados - está aqui o



Dr. Paulo Nilton -, 10% dos votos válidos da eleição. Trago três acórdãos do Tribunal Regional Eleitoral, unânimes, que foram, depois, referendados pelo Tribunal Superior Eleitoral, da anulação desses quase 80 mil votos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Sa. vai incorporar aos autos ou vai deixar...

O SR. RENAN CALHEIROS - Vou incorporar aos autos e pediria que V.Exa., Sr. Presidente, se pudesse, mandasse providenciar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS - Discurso do Dr. Paulo Roberto, Juiz Federal, Corregedor Eleitoral, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, no ato de diplomação dos eleitos: "Amargura-me, por outro lado, a certeza de que a Justiça Eleitoral confere igual diploma a quem somente o conquistou locupletando-se da própria impotência e relativa ineficácia do Poder Judiciário." Em nome do Tribunal Regional Eleitoral.

Dias depois, uma declaração do Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas, Dr. Estácio Gama de Lima, que eu fui roubado nas eleições de 90. Do Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas!

Entrevista do Desembargador Hélio Cabral, que presidiu as eleições em Alagoas, dizendo que o Governador Geraldo Bulhões foi o único beneficiário das fraudes no Estado e que ele havia comprado dois terços dos juízes de Alagoas.

Esse homem, Senador Maurício Corrêa, foi quem presidiu as eleições e quem, meses depois da eleição, resolveu depor dizendo que não queria morrer sem prestar esse depoimento à história política do meu Estado, citando nome do magistrado que dizia compor essa "banda de música" de Geraldo Bulhões.



Resultado do censo do IBGE confirma fraudes em vários municípios de Alagoas.

Os partidos de oposição, em função da comprovação das fraudes, pediram a recontagem dos votos. O Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral decidiram pela recontagem dos eleitores de Alagoas. Tal não foi a surpresa após o processo de revisão, após a prorrogação desse processo de revisão: de um conjunto de 1 milhão, 354 mil eleitores inscritos, 500 mil eleitores deixaram de participar dessa revisão eleitoral e foram entendidos como eleitores fantasmas, que participavam de eleições em Pernambuco, em Sergipe, em Alagoas; eleitores que, embora fantasmas, participaram da eleição. Aqui está o resultado, na **Gazeta de Alagoas**.

O SR. ELÍSIO CURVO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Deputado Elísio Curvo.

O SR. ELÍSIO CURVO - Sr. Presidente, acho que a CPI é contra o PC Farias, não contra o Governador Geraldo Bulhões. Eu não vim aqui saber resultado das eleições de Alagoas. Quero saber o resultado que tem conexão com o Sr. PC Farias. A questão das mágoas do depoente com o Sr. Geraldo Bulhões devem ser resolvidas nos tribunais de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, para contraditar.

O SR. PEDRO SIMON - O Senador perguntou à testemunha quantas ele falou ao Presidente da República sobre o Sr. PC Farias. A testemunha diz que foi exatamente sobre o envolvimento nas eleições de Alagoas e está demonstrando a fraude que, segundo ele diz, teria ocorrido com a grande responsabilidade do Sr. PC Farias. A nós isso interes-



sa muito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não há questão de ordem a ser decidida.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, na condição de Relator, necessito ouvir perguntas e repostas, livremente. Entendo que esta liberdade foi a tônica de todos os depoimentos. Cada depoente veio aqui, disse o que quis e nós ouvimos. Vamos ter a mesma postura mental e política para ouvir. Não importa o que se diga. O objetivo é ouvir, agora, neste momento, as perguntas e respostas.

Gostaria que esse direito fosse assegurado, sob pena de eu pedir, neste momento, que se suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Presidência entende que não há nenhum constrangimento e não está sendo retirado do eixo da questão da CPI o depoimento da testemunha.

Esse é o entendimento da Presidência. Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares para que continuemos ouvindo; inclusive, o tempo que ele está utilizando a mais do que os Srs. Parlamentares é porque a pergunta foi feita pelo Vice-Presidente da Comissão, Senador Maurício Corrêa, que tem o mesmo direito do Relator. Portanto, não há limite de tempo nem para pergunta nem para resposta.

Peço ao Sr. Renan Calheiros que continue o seu depoimento.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, queria apenas pedir a V.Exa., na forma do que foi colocado pelo Sr. Relator e pelo que foi colocado por V.Exa., independentemente dessa liberdade que tem o



depoente, e que está utilizando plenamente, que apenas fosse mais sintético, de modo que pudéssemos também, ouvindo o seu depoimento, dar celeridade aos trabalhos da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço aos Srs. Parlamentares e ao depoente que sejam concisos nas suas respostas e perguntas.

Sr. Renan Calheiros, V.Sa. tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sobre a preocupação dos Parlamentares com relação ao que falava, eu aproveito a oportunidade para detalhar.

Exatamente nessa conversa, falei ao Presidente da República sobre a participação da sua esposa Rosane Collor de Mello e do Sr. Paulo César Farias. Falei do Sr. Paulo César Farias, porque sabia da sua influência no Governo.

Não procurei o Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República, na presença do Ministro Bernardo Cabral, para falar, para levar mágoas da participação do empresário Antônio Ermírio de Moraes, em Alagoas, nem de Dom Evaristo Arns. Chamei o Presidente da República e falei da participação de sua esposa, Rosane Collor, e do Sr. Paulo César Farias, que comandavam um esquema de governo paralelo. Eu disse, na oportunidade, ao Presidente da República, que a CEME era um dos órgãos que mais desviavam recursos para a campanha eleitoral em Alagoas. Por que a CEME? Porque a CEME tinha como Diretor Financeiro o Sr. Luís Ribeiro, que fora indicado pelo Sr. Paulo César Farias para o Governo. E tinha como Secretário Executivo do Ministério da Saúde, o Sr. Luís Romero Farias, irmão de Paulo César Farias, que havia sido Presidente do LIFAL, que é um pequeno laboratório público de Alagoas - e eu queria aqui invocar o testemunho do Senador Divaldo Suruagy -, falido, que mal tem condições para fabricar e industrializar mercurocromo.

O SR. JOSÉ GENÓINO - Falido?



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - (Faz soar a campainha)

O SR. RENAN CALHEIROS - Queria dizer ao Senador Divaldo Suruagy, que falido está o laboratório. O Senador Divaldo Suruagy não vai estar falido nunca. Todo esforço que faço hoje na política de Alagoas é para ajudar no seu propósito de voltar a governar o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Vamos aos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS - Hoje se sabe, Presidente, que só no período de junho a dezembro de 1990 - portanto, no período da eleição -, a CEME mandou para Alagoas 16 milhões de dólares; está aqui na Folha de S. Paulo.

Com relação à participação de Dona Rosane Collor, de uma só vez, a Primeira Dama, através da Superintendência de Alagoas, licitou e superfaturou 250 mil cestas básicas, e distribuiu-as na eleição.

Essa foi uma das mais brilhantes matérias do jornalismo nacional, e deu ao jornalista Mário Rosa um prêmio de jornalismo no ano que passou. Há também um inquérito de quase dois metros na Polícia Federal que comprova isso.

E mais, a própria Ministra Margarida Procópio disse, numa das visitas que fez a uma das comissões desta Casa, que a LBA doou cestas a eleitores de 39 Municípios de Alagoas.

Foi essa influência que eu denunciei. É essa influência que o Ministro Bernardo Cabral testemunha. É esse depoimento verdadeiro que me senti na obrigação e na responsabilidade de prestar à História do meu País.

Não estou aqui na condição de alguém ressentido. Não. Estou aqui na condição de alguém que ganhou as pesquisas de ponta a ponta, e que diz que esse episódio de Alagoas é um fato superado. Essa não é a causa maior da minha divergência com o Presidente da República. A mi-



na divergência é política. A minha presença é política. O meu testemunho é político.

Saí do Governo porque o Governo desviou a sua rota. Saí do Governo porque o Governo soçobrou, porque o Governo não cumpriu seus compromissos de campanha. Saí do Governo porque o Governo se demonstrava incapaz de produzir fatos políticos.

Não estou ressentido, visivelmente ressentido...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. Fazendo soar a campainha) - Senador Saldanha Derzi!

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Estamos aqui bancando os bobos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Saldanha Derzi, vou assegurar o direito da testemunha, para que depois, no processo, não haja falha de forma nem de constrangimento.

Senador Rachid Saldanha Derzi, peço a cooperação de V.Exa., para que não fique configurado no processo que houve constrangimento, porque o Sr. Renan Calheiros é e será responsável por todo o seu depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS - Visivelmente constrangido, Sr. Presidente, está hoje, no Brasil, o esquema de poder paralelo do Paulo César Farias, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito, antes mesmo da sua convocação e da sua própria reunião, já o havia desmontado.

Há uma pressão da opinião pública nacional no sentido de apurar esses episódios - e estou aqui para ajudar, modestamente, nessa apuração - e levá-los ao Ministério Público, para desencadear uma ação penal, a fim de que eles possam pagar pelos crimes que cometeram. Esse é hoje o sentimento da Nação, que colhi em todos os Estados por onde andei. Trago esse sentimento de São Paulo, que foi o Estado que visitei nos últimos dois dias.



A última conversa, Senador Maurício Corrêa, que tive com o Presidente Fernando Collor sobre o empresário Paulo César Farias foi depois de passado o primeiro turno em Alagoas, quando foram anulados os votos da eleição de Alagoas, diante de fartos documentos que comprovavam tudo o que eu dizia. Conversei com o Presidente da República no dia seguinte à posse do Ministro Jarbas Passarinho, uma conversa longa, a partir das 12h30min, no Palácio do Planalto, quando disse ao Presidente que Sua Excelência precisava tomar providências com relação ao empresário Paulo César Farias, porque os indícios de corrupção começavam a se generalizar. Recomendei ao Presidente para mandar o Paulo César Farias embora do Brasil, porque, tal qual um vírus, ele iria contaminar todo o tecido da Administração Pública Federal.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está especificamente discutindo esse tema agora e esta é uma demonstração de que tudo o que disse ao Presidente, naquela oportunidade, era verdadeiro. Senão, o País não teria parado, o Congresso Nacional não teria definido a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito para, especificamente, apurar esses fatos.

O Presidente pediu calma, disse que iria apurar resolver, e orientou para que eu aguardasse em casa; aguardei por quase vinte dias. O Presidente viajou para o Japão, msd, antes, substituiu dois juízes do Tribunal Regional Eleitoral em Alagoas, justamente os dois juízes que, sem nenhuma vinculação, absolutamente nenhuma vinculação comigo, mais ajudaram a combater a fraude no processo eleitoral.

Ao voltar, protocolei uma carta de demissão no Palácio do Planalto. Esta é, na verdade, talvez, a única carta de demissão que alguém protocolou no Palácio do Planalto e que contém os motivos pelos quais deixou o Governo. É um documento político que, depois, eu pre-



tendo acrescentar aos documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não estou aqui na qualidade de nenhum ressentido, não. Eu estou aqui na condição de alguém que exerceu a Liderança do Governo, que cumpriu destacadas tarefas no exercício da Liderança do Governo. Invo-co, até, o testemunho do Senador Maurício Corrêa. S. Exa. era da opo-sição, e eu da defesa do Governo, em que acreditava; com ele tive vá-rias conversas, assim como com outros líderes da Oposição, e com S. Exa. sempre tive o melhor trânsito e o maior relacionamento. Está aqui o Deputado José Genoíno, com quem, apesar da posição política opo-sita, sempre tive uma grande, profícua e respeitosa relação.

Sr. Presidente, para concluir, já que teremos oportunidade de delongar mais essa discussão, quero reafirmar que tudo que contém a entrevista à revista **Veja** é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Maurí-cio Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan Calheiros, tenho seu depoi-mento na conta de um dos depoimentos sérios prestados aqui.

Eu tenho acompanhado a vida pública de muitos brasileiros e, às vezes, verifico as idas e voltas dos homens públicos - de alguns, evidentemente. V.Sa. teve oportunidade de retornar ao Governo. Toda imprensa noticiou o convite que o Presidente Collor lhe fez para re-tornar às hostes do Governo, e nem todos têm o desprendimento de lar-gar a fatura do Poder para se colocar na oposição.

Mas, o que eu gostaria que V.Sa. frisasse bem para nós é exa-tamente o fato desses encontros com a presença de alguém. V.Sa. ci-tou, ainda há pouco, que, na casa do Dr. Celso de Freitas, teria feito essas advertências. Seria capaz de precisar quais as pessoas que ouviram, quando o PC estava presente, essas advertências feitas por



V.Sa.?

O SR. RENAN CALHEIROS - Foi uma festa de aniversário...

O SR. ODACIR SOARES - Advertências a quem, Sr. Presidente? Eu só queria aditar à pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS - De advertência, nessa específica conversa, ao Sr. Paulo César Farias. O próprio Presidente da República é testemunha dessa conversa. Ele estava a 2 ou 3 metros de distância, e, dias depois, no Palácio do Planalto, me indagou por que eu falara de forma tão incisiva com o Sr. Paulo César Farias.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - V.Sa. seria capaz de dizer quais foram as nomeações feitas pelo Sr. PC, neste Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Quando eu denunciei o esquema de poder paralelo, a existência de indícios com relação ao tráfico de influência no Governo, exatamente no dia 1º de outubro de 1990, há exatos 20 meses, eu denunciei, porque começava a saber, e desta vez de uma forma incontestável, a força que o Sr. Paulo César Farias tinha no Governo. Tanto que nem a imprensa, nem este Congresso Nacional deram a importância, que hoje cala tão fundo na alma brasileira, ao que eu disse naquela oportunidade e que repito agora. Ninguém, nunca, ao longo da história político-administrativa deste País, tinha na mente a possibilidade de um rede tão grande, tão gigantesca, que chegou ao ponto de comandar o processo de nomeação das pessoas do Governo.

O Sr. Paulo César Farias - e eu soube de detalhes depois - coordenou na SAE uma comissão que fazia a triagem dos currículos das pessoas que mais tarde foram nomeadas para o Governo. Através dessa triagem, ele nomeava e demitia quem queria. Esse poder se alastrou por quase todos os ministérios e por quase todos os órgãos da Administração Federal. Esse esquema de poder paralelo tinha outros esquemas de-



pendentes. A partir da minha denúncia em Alagoas e do enfraquecimento imediato do Sr. Paulo César Farias, a partir da denúncia do Sr. Motta Veiga e do segundo enfraquecimento do Paulo César Farias, houve momentos em que esses esquemas dependentes de poder paralelo assumiram ares de esquemas independentes, mas, na verdade, dependiam de uma coordenação, de um comando central, que era o comando do Dr. Paulo César Farias.

Por que as reuniões às segundas-feiras, o café da manhã, que é uma coisa pública, na Casa da Dinda? E foi dito isso, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo empresário Paulo César Farias, e os jornais e as colunas sociais divulgaram muito na época. O próprio Paulo César Farias se encarregava de vender isso onde andava, porque parece que sua tarefa de ganhar dinheiro, de auferir prestígio publicamente, passava pela necessidade de vender o Presidente da República, ou de falar em seu nome, sistematicamente.

Esta coisa do cartão de crédito da madame, na campanha eleitoral, é algo que quase todo mundo da campanha sabe; das vezes que o Paulo César Farias exibia o cartão de crédito da D. Rosane Collor de Mello e dizia, diante de todos, que D. Rosane Collor de Mello estava se excedendo nas despesas, que ele estava tendo dificuldade de pagá-las.

Não estou dando este depoimento de forma irresponsável e ressentida, mas com a responsabilidade de quem foi Líder do Governo, de quem, durante um período de meses, neste Congresso Nacional, teve a honra de exercer liderança até sobre pessoas que hoje me interrogam neste depoimento, o que é um fator de orgulho.

Nobre Senador, para concluir, não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que o número de pessoas nomeadas pelo Sr. Paulo César Farias



na Administração Pública Federal é muitas vezes maior do que o próprio número de pessoas que a imprensa especula.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan Calheiros, o Dr. Luís Romero foi nomeado para o Ministério da Saúde pelo PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Dr. Luís Romero foi nomeado pelo Sr. Paulo César Farias.

Vivi momentos da nomeação do Dr. Alceni Guerra. Para que o Dr. Alceni Guerra pudesse ser nomeado Ministro da Saúde do Brasil, Ministro de Estado, foi preciso fazer um entendimento político no Paraná. Daí decorreu a candidatura do Deputado José Carlos Martinez, e o nome do Sr. Luís Romero foi imposto nesta mesma composição política do Paraná. Sou testemunha do que estou dizendo.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Com relação ao cartão de crédito que V. Sa. mencionou, quando o PC falava que D. Rosane estava gastando demais, alguém ouviu o PC afiançar isso, ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ouvi várias vezes, o Pedro Collor de Mello ouviu várias, e outras pessoas da campanha também ouviram.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - E por que V. Exa. não denunciou, naquela ocasião, quando V. Exa. era Líder? (Tumulto. Apartes simultâneos.)

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, terei todo o prazer em responder ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O Senador Saldanha Derzi está inscrito para interpelar a testemunha, e o fará na ocasião.

O SR. MAURICIO CORRÊA - Sr. Presidente, creio que o Senador Saldanha Derzi está querendo formular uma questão de ordem. Mas S. Exa. está inscrito. A maneira democrática de fazer as indagações é obedecer à ordem de inscrição, mas S. Exa. talvez queira antecipar-se. Con-



sultaria ao Relator se estaria de acordo em que eu interrompesse a interpeleção e passasse a palavra para que S.Exa. perguntasse.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Presidência só permitirá a V. Exa. dar o aparte. Antecipar a lista de inscrição não abre mão desse direito.

O SR. MAURICIO CORRÊA - V. Sa. estava com a palavra, Dr. Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS - Falávamos sobre o Luís Romero. Eu dizia que o Luís Romero foi nomeado Secretário-Executivo do Ministério pelo Sr. Paulo César Farias.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - V. Sa. não se recorda de outro nome que teria sido nomeado pelo PC, na estrutura do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - São vários nomes. O próprio empresário Paulo César Farias deu entrevista à jornalista Dora Kramer, no início do Governo, especificando pessoas que havia nomeado. Não quero me ater a esse detalhe de citar o nome. O meu depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito carrega uma preocupação fundamental que é a de não expor fatos dos quais tive conhecimento em função do cargo que ocupei, com a finalidade de não apequenar a discussão, que é política.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O Depoente está falando, nobre Deputado. A testemunha pode concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS - O meu testemunho tem o limite da dignidade do caráter.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Deputado Wilson Muller.



O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, eu peço vênica a V.Exa. e à Comissão para lembrar que a testemunha não precisa de testemunho do seu tesmunho - é a própria testemunha. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Eu queria lembraria ao ex-Deputado Renan Calheiros que é obrigado a responder as perguntas e não pode alegar questões éticas. Só poderia alegar questões de sigilo profissional e não há como caracterizar como sigilo profissional o exercício da função de Líder. No caso, V. Exa. é obrigado a responder.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A questão de ordem é dirigida à Presidência, nobre Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, não à testemunha.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Gostaria que eu repetisse para V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não. Eu queria apenas fazer esta observação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Agradeço a observação.

Nesse sentido, eu gostaria que V.Exa., como Presidente da Comissão, solicitasse ao depoente que respondesse, textualmente, à pergunta do nosso Vice-Presidente Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Sr. Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, eu vou responder à questão de ordem de V.Exa. relembRANDO à testemunha e aos Srs. Parlamentares o que diz o art. 4, Inciso II, da Lei nº 1.579/59, que diz o seguinte:

"Art. 4º - Constitui crime: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



.....

II) Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha" - que é o caso - "perito, tradutor ou intérprete, perante Comissão Parlamentar de Inquérito."

Obrigado, Sr. Deputado, é extremamente importante a questão de ordem de V.Exa.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, ontem, foi levantada uma questão quanto a apartear se estivéssemos tratando de determinado assunto. Por exemplo: cartão de crédito, como foi citado. Algumas pessoas podem querer fazer perguntas sobre cartão de crédito. Não seria o caso de conceder a palavra a qualquer Parlamentar que tivesse algo a acrescentar sobre o assunto? Por exemplo: quem pagava os cartões de crédito do Sr. Renan Calheiros durante a campanha?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Nobre Deputado, vou decidir a questão de ordem de V.Exa.

A cada inscrição, os Srs. Parlamentares têm as suas questões. Quando se fizer necessário, cada Parlamentar fará a sua questão de ordem porque, se procedermos de outra forma, perderemos o controle da reunião. Entretanto, um aparte ao Deputado que esteja fazendo uma pergunta é permitido. Se V.Exa. quiser pedir um aparte....

O SR. EUCLYDES MELLO - Já que fiz a indagação, eu gostaria de saber....

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Agora não é o momento, a não ser que o Sr. Senador Mauricio Corrêa permita o aparte.



Senador Maurício Corrêa, V.Exa. permite o aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Pois não, Sr. Presidente. Pediria, apenas, que S.Exa. fosse conciso.

O SR. EUCLYDES MELLO - Pois não, Senador Maurício Corrêa. Gostaria que o Sr. Renan Calheiros nos informasse por quem eram pagos os seus cartões de crédito, durante a campanha e fora dela. Indagaria se o senhor dispõe dos números dos cartões, para que a Comissão possa fazer um levantamento, da mesma forma como procederá com relação ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de responder ao Sr. Deputado Antônio Carlos Mendes Thame com relação à colocação que acabei de fazer e, depois, responderei ao meu amigo, Sr. Deputado Euclýdes Mello.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu citei o limite do meu caráter, o limite do cargo que exerci, para liberar outras informações que não dizem respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas reafirmo o meu compromisso a esta Comissão o juramento que fiz de me colocar inteiramente à disposição. Com relação aos cartões de crédito e às minhas despesas pessoais e familiares, eu quero dizer ao Sr. Deputado Euclýdes Mello que todas, ao longo da minha vida, foram pagas por mim. Estou aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque tenho a vida limpa. Estou neste enfrentamento com o Governo porque, até hoje, nada disseram a meu respeito, ao longo da minha vida pública.

O SR. EUCLYDES MELLO - O senhor jurou dizer a verdade, Deputado.

O SR. RENAN CALHEIROS - Entrei no Governo com as minhas mãos limpas e saí do Governo para não sujá-las, por isso que não voltei ao



Governo quando o Senhor Fernando Collor ligou para a minha casa e me convidou.

Tive a humildade e a honradez de dizer: Presidente, fico muito honrado com o seu telefonema, com o seu gesto, com as entrevistas públicas que o Senhor tem repetido, agradeço até a afeição que o Senhor tem demonstrado, mas não quero voltar para o Governo porque não acredito mais.

O SR. EUCLYDES MELLO - O senhor jurou dizer a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS - Estou jurando novamente perante V. Exa., se necessário for.

O SR. EUCLYDES MELLO - Quer dizer que os cartões de crédito, ficou bem claro aqui para todos, foram sempre pagos pelo senhor, com os seus recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sem nenhuma dúvida. As minhas despesas pessoais, ao longo de toda a minha vida, foram pagas por mim. Todas foram pagas por mim, se V. Exa. quiser se reportar às despesas de campanha eleitoral...

O SR. EUCLYDES MELLO - Eu ainda não cheguei no momento em que o Sr. Paulo César era o seu caixa.

O SR. RENAN CALHEIROS - As minhas despesas pessoais sempre foram pagas por mim. Repito.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan, eu gostaria de saber qual foi a participação do Sr. Paulo César Farias ao longo da sua vida política em Alagoas. Quando o senhor foi candidato a Governador, quando foi candidato a Deputado, de que forma o Sr. Paulo César Farias contribuiu em suas campanhas? O que o Sr. PC significou na sua vida polí-



tica em termos de auxílio monetário?

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheci, como já disse aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Paulo César Farias em 1986, na condição de representante do Senador João Lira na campanha eleitoral. Divergiram foram as informações. Nós, depois, sabemos que, no final, ele terminou como uma pessoa muito próxima do então candidato Fernando Collor de Mello. Ele disse que cumpriu tarefas de caixa do Senhor Fernando Collor de Mello na campanha eleitoral para Governador, não sou eu que estou dando essa informação, foi o próprio Paulo César Farias, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Depois, reencontrei-o quando candidato a Prefeito de Maceió e ele, nesta Comissão, preocupado com o impacto político que teria o meu depoimento, a reafirmação das críticas que havia feito há 20 meses, procurou dizer ao Brasil sobre a proximidade do nosso relacionamento, que não é verdadeira.

Eu meramente conhecia o Sr. Paulo César Farias e quando ele diz, repete e insiste, que foi o meu caixa na campanha eleitoral, talvez esteja tentando comprometer ainda mais o seu relacionamento com o relacionamento do Senhor Fernando Collor de Mello, porque a minha campanha eleitoral teve um caixa que se chama - um tesoureiro que pagou as despesas - Marcos Santa Rita. Ele pode até, eventualmente, ter cumprido tarefa específica do Senhor Fernando Collor de Mello e acho que isso também o compromete, mas para mim, em meu nome, com a minha autorização, nunca! Que o Sr. Paulo César Farias apresente as contas da campanha eleitoral a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Renan, volto novamente à questão das denúncias que V. Sa. fez diretamente ao Presidente da República.

Revi, ontem, a sua entrevista no programa do Jô Soares. Fala, V. Sa., com muita contundência a respeito dessas comunicações diri-



das pessoalmente ao Presidente da República. É claro que a prova não é só documental, ela também é testemunhal, tem validade perante o judiciário. V. Sa. afirma categórica e peremptoriamente que comunicou todos esses fatos e que o Presidente se omitiu?

O SR. RENAN CALHEIROS - Afirmando categórica e peremptoriamente que comentei os fatos, que levei indícios de provas, que pedi para apurar e que o Presidente se omitiu. E mais: se permitido fosse, eu queria sugerir ao próprio Presidente, que imediatamente convocou uma rede de comunicação para tentar desfazer a verdade do meu depoimento, que fôssemos submetidos a um detector de mentiras.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Deputado Renan Calheiros, não vai nisto nenhum sentido pejorativo aos alagoanos; respeito demais Alagoas, terra de Graciliano Ramos, de Pontes de Miranda, terra dos marechais e de Teotônio. Mas o que é "República das Alagoas"?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Presidente da República, motivado pela forte influência do Sr. Paulo César Farias, contratou mal - esta crítica eu refiz quando deixei o Governo - e com isso maculou o nosso Estado. Alagoas acabou, por ironia da História, exportando para o Brasil os seus piores quadros administrativos, salvo honrosas exceções.

As denúncias e as comprovações do que digo aqui são o maior testemunho que posso trazer à consideração desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tanto, Senador Maurício Corrêa, que estamos planejando, os partidos de Oposição, as pessoas que querem contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado, as pessoas que querem o bem do nosso País, promover nos próximos dias - e convido até V.Exa. - um ato de desagravo político a Alagoas, para acabar definitivamente com esta idéia que o Brasil tem do nosso Estado: a de que é uma república maior do que a República.



Alagoas é um Estado de homens de bem, de empresários corretos, de trabalhadores que honram as suas atribuições e de pessoas que, mesmo tendo a oportunidade de voltar para a convivência e para a redoma do poder, preferem o enfrentamento que esta Comissão Parlamentar de Inquérito proporciona, para manter uma linha de coerência.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - E qual é a "República do PC"? É o piloto Bandeira? Quais são os seus membros?

O SR. RENAN CALHEIROS - Como eu disse, a "República de Alagoas", bem como os outros esquemas de poder paralelo, todos estavam intimamente ligados ao esquema de poder paralelo geral do Sr. Paulo César Farias. E mais: os desvios de rota do Governo foram tantos que, além desse esquema de poder paralelo, havia um outro que sequer podemos chamar de sobreposto: era o esquema de pessoas que, embora nomeadas para cumprir específicas atribuições, acabavam cuidando de atribuições com as quais não tinham absolutamente nada a ver.

Certa vez, eu disse ao Presidente da República que não entendia por que o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos cuidava dos fundos de pensão da PETROBRÁS, da Vale do Rio Doce; por que o General Agenor cuidava da Previdência Social; por que o Sr. Cláudio Vieira cuidava das verbas de publicidade.

Este não é o depoimento de um ressentido; esta não é a causa específica nem da própria convocação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; mas é uma coisa pública que, durante todo esse tempo, os jornais divulgaram. É esse o compromisso que reafirmo com relação ao depoimento que estou dando aos senhores.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Agradeço a V.Sa. Por enquanto, são só essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado.



Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria de ouvir do depoente algumas informações que julgo fundamentais para formar a convicção indispensável para o relatório. Poderíamos até adotar um critério mais objetivo, mais direto, para ficar gravado. Para mim são importantes os detalhes.

Estou fazendo esta preliminar - que é dispensável - para andarmos melhor nesta nossa tomada de depoimento.

O senhor confirma o inteiro teor das declarações dadas à revista **Veja**, que está aqui presente?

O SR. RENAN CALHEIROS - Confirmando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sei, mas quero que fique gravado e que respeitem a minha liberdade de perguntar, como tenho respeitado a de todo mundo.

O senhor declarou, inclusive, aqui, que levou ao Presidente uma série de irregularidades, envolvimento do Sr. Paulo César Farias e de autoridades, inclusive do Governo Federal, na campanha eleitoral do seu Estado. Pergunto: além desses fatos - não estou aqui dizendo que não me importo com o que o senhor declarou -, o senhor levou mais algum fato específico para o Senhor Presidente, com relação às atividades que o senhor julgava ilícitas ou irregulares do Sr. Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Confirmando as conversas que detalhei na entrevista e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Agora, eu gostaria de algum fato específico.

O SR. RENAN CALHEIROS - Reafirmo os pormenores que já especifiquei; não só a confirmação dessas conversas, Senador, mas, sobretudo,



a queda de braço que travamos no Governo para que o Sr. Paulo César Farias não ampliasse essa soma fantástica de poderes que, desde o início do Governo, ele dizia arregimentar.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ouvi bem a sua resposta, mas gostaria de descer a detalhes que para mim são importantes.

O senhor, evidentemente, descreveu que o Sr. Paulo César Farias estava intervindo de forma veemente na campanha eleitoral, que o Sr. Paulo César Farias exercia, então, um poder paralelo ou sobreposto. Nas suas conversas, o que exatamente o senhor dizia para o Presidente? Se o senhor puder lembrar, claro!

O SR. RENAN CALHEIROS - Foram conversas distintas. Por exemplo, quando falei do esforço para conseguir a dispensa da licitação do SOS Rodovias, eu disse que isso teria enorme repercussão no Congresso, era ilegal, imoral, e não poderíamos concordar com isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o que o senhor dizia que o Sr. Paulo César Farias estava fazendo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Que havia informações de que ali estava o dedo de Paulo César Farias, porque ele havia nomeado o Dr. José Henrique de Amorim para o DNER e o Dr. Marcelo Ribeiro para a Secretaria Nacional de Transportes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o senhor dizia da ilicitude da dispensa de licitação, e o que mais?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pedia ao Presidente que evitasse que isso acontecesse; que, primeiro, Sua Excelência apurasse se era verdadeira a informação que eu levava.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quer dizer - só para situar -, a ilegalidade que o senhor apontou naquele momento seria a ausência de licitação?



O SR. RENAN CALHEIROS - ... de licitação e o caminho do crime que estava sendo preparado. Se era verdade que havia aquele esforço para a dispensa da licitação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Em que momento do Governo Collor, o senhor identificou uma ação que lhe parecia ilícita do Sr. Paulo César Farias? Em que momento e quais os fatos que o senhor detectou?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nos momentos dessas conversas, levei indícios de tráfico de influência e de corrupção do Sr. Paulo César Farias e pedi ao Presidente da República que apurasse.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Porque, certamente, o senhor obteve essas informações no convívio, dentro do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Dentro do Governo, do Congresso ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E aí o senhor começou a identificar, por exemplo, SOS, e o que mais?

O SR. RENAN CALHEIROS - E pedi para apurar. Sua Excelência disse que iria apurar sobre o Paulo César Farias nada falou. Foi sempre assim. Depois, no detalhamento das outras conversas, vou repetir isso. Já tomei conhecimento de que Sua Excelência não havia apurado nada, quando a coisa saiu nas manchetes dos jornais.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No que se refere a uma conversa que o senhor teve, se não me engano, em outubro de 90, na presença do então Ministro Bernardo Cabral: o senhor teve essa conversa? Girou em torno do que fundamentalmente?

O SR. RENAN CALHEIROS - Girou em torno de temas...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Da campanha?

O SR. RENAN CALHEIROS - ... do quadro político nacional. Por isso a presença do Ministro Bernardo Cabral. Depois tratamos dos problemas de Alagoas. Na oportunidade, fiz ver ao Presidente da República



que havia uma evidente participação da sua esposa, a primeira-dama Rosane Collor de Mello, através da influência da Superintendência da LBA, depois comprovada, que distribuiu 250 mil cestas básicas. Essa distribuição foi numa verdadeira operação de guerra, aos olhos de toda a população. E houve, também, a participação do Sr. Paulo César Farias, influenciando órgãos do Governo, desviando dinheiro...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Desviando dinheiro. O senhor citou algum fato naquele momento?

O SR. RENAN CALHEIROS - ...especificamente da CEME, porque começava a haver indícios de que a CEME era o órgão mais utilizado para desvio de recursos para a campanha de Alagoas. Depois ouvi do próprio ex-Presidente da CEME, Sr. Antônio Carlos, que tudo aquilo era verdade. Que Alagoas foi o lugar para onde houve o maior desvio de dinheiro da CEME.

Eu queria até sugerir, se me fosse permitido, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouvisse o Sr. Antônio Carlos, ex-Presidente da CEME.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor ouviu as declarações do ex-Ministro Bernardo Cabral a respeito dessa conversa, dessas suas críticas, essa conversa onde o senhor fez, como ele disse, amargas queixas, e enfatiza, - exatamente eu gostaria de colocar aqui - que seriam mais no âmbito da campanha eleitoral, a influência de órgãos do Governo, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS - Sem nenhuma dúvida.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor, então, já assistiu a essas declarações dele pelos meios de comunicação?

O senhor acha que ele está omitindo algum fato que o senhor relatou, ou ele está declarando tudo aquilo que foi tratado? Isso é im-



portante.

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele não está omitindo absolutamente nada do que viu.

Ele disse que eu levei profundas mágoas ao Presidente, da campanha de Alagoas. Queixas da utilização da máquina do Governo Estadual e, que é o principal, da influência do Sr. Paulo César Farias.

Claro que o próprio Ministro sabe, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito sabe muito bem, que, quando me referi à influência do Sr. Paulo César Farias foi exatamente a influência desse senhorio Governo Federal. E disse, no início deste depoimento, que eu não poderia citar, nessa conversa, a influência do empresário Antônio Ermírio, de Dom Evaristo Arns, porque essas pessoas não tinham absolutamente nada a ver com o Governo Federal, mas o Sr. Paulo César Farias tinha e tem. Tinha e tem.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor já citou o caso da SOS. Eu vou voltar a isso porque o senhor tinha, teoricamente, conhecimento de muitos fatos e, aqui, pode declinar. porque não há nenhuma razão, me parece, de o senhor preservar nomes, nem pessoas, nem fatos.

Mas o senhor teria detectado mais algum fato naquele momento, da ação do Sr. Paulo César Farias no âmbito do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Esses fatos que foram por mim relacionados, que foram por mim...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor teria mais algum?

O SR. RENAN CALHEIROS - Esses fatos que foram por mim relacionados, que foram por mim pormenorizados - eu não estou, em nenhum momento, me recusando a descer à discussão da autoridade judiciária, quero apenas me ater ao fato político que o meu discurso encerra -, eu sugeriria à Comissão Parlamentar de Inquérito que mandasse apurar to-



das as licitações da CEME e do Ministério da Saúde, porque é onde nós temos mais evidência da participação do Sr. Paulo César Farias, como exemplo de um esquema de poder paralelo que, repito, era gigantesco e abrangia praticamente todo o Governo.

Essa tarefa, necessariamente, terá que ser da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a sua autoridade judiciária.

A imprensa já tentou cumprir esse papel. Eu mesmo já tentei. O Pedro Collor de Mello também já tentou cumprir esse papel, mas todos nós temos obstáculos para ter acesso às coisas que consideramos fundamentais.

A Comissão Parlamentar de Inquérito terá mais facilidade; ela pode proceder, no detalhe, a essa verificação.

O SR.RELATOR (Amir Lando) - Quando teve essa conversa na presença do então Ministro Bernardo Cabral - como falou agora há pouco, aqui, que dizia outros fatos, mas sempre eram mais relativos, vamos dizer assim, à própria ação na campanha do Sr. Paulo César Farias -, o senhor não chegou para o Presidente e disse: "o Sr. Paulo César Farias, além de atuar de forma imprópria, além de, vamos dizer assim - como o senhor está mais ou menos se referindo -, ensejar fraudes na campanha, ele ainda atua no Governo em tais e quais órgãos, está se locupletando, está, enfim, se beneficiando do seu esquema de poder".

O senhor não chegou a especificar nessa reunião?

O SR. RENAN CALHEIROS - Cheguei a especificar, também, nessa conversa, que o Sr. Paulo César Farias praticava tráfico de influência no Governo e estava desviando...

O SR.RELATOR (Amir Lando) - O senhor responde aqui, para mim...

O SR. RENAN CALHEIROS - Nessa conversa, que foi testemunhada pelo Ministro Bernardo Cabral e que fez questão de dar o depoimento de



que eu teria tratado especificamente da questão de Alagoas, da utilização da máquina e da influência do Sr. Paulo César Farias... Não precisa dizer onde, é óbvio isso: da influência no Governo Federal.

O SR.RELATOR (Amir Lando) - O senhor pode indicar o nome de alguma empresa ou de algum empresário que tenha se beneficiado desse esquema PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - A contribuição que posso dar, talvez seja ineficaz e posso, com isso, cometer algum lapso de memória. São as contribuições que tenho lido nos jornais, através de depoimentos.

Eu recomento sobrepor os depoimentos do Paulo César, do Cláudio Vieira...

O SR.RELATOR (Amir Lando) - Não, tudo isso nós estamos procurando apurar. É evidente que o senhor, que conviveu na intimidade do poder, poderia ter um fato que, para nós, seria relevante, porque nós queremos, realmente, apurar a fundo. Nada melhor do que o senhor, que poderia dar uma contribuição.

Mas se o senhor se refere a essa, veja bem, eu não posso sequer exigir uma resposta previamente estabelecida.

O senhor falou que esse esquema funcionava na Secretaria de Assuntos Estratégicos. O que isso significa? Por que ele tinha acesso a informações? Enfim, o que significava isso? Se o senhor pudesse detalhar, seria importante. Tudo é muito importante para nós.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Paulo César Farias, com sua influência, compôs na SAE uma comissão para fazer a triagem dos currículos de pessoas que mais tarde vieram ser nomeadas para o Governo. Para que essa CPI verifique a veracidade do que estou dizendo, basta buscar alguém que confirme o procedimento das nomeações, e verificará que essa informação é verdadeira; que esses nomes passaram pela triagem de uma



comissão composta pelo Sr. Paulo César Farias.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Mas depois, da nomeação dessas pessoas, tinha ele acesso a dados, a conhecimento de fatos de forma privilegiada? Ele obtinha alguma informação importante? Estou perguntando para caracterizar a ação dele, de locupletação, se é que houve.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não entendi.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Depois da nomeação dessas pessoas, isso foi praticamente no momento da formação do quadro administrativo, mas, em seguida, ele ainda obtinha informações junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos? Que informações privilegiadas ele poderia obter, evidentemente para auferir vantagens?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele orientava e definia o critério de nomeação das pessoas.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Apenas disso o senhor tem conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS - Apenas disso eu tenho conhecimento. Sugiro que a CPI mande verificar o procedimento das nomeações.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Certo. Isso nós vamos verificar.

A primeira vez que o senhor chegou ao Presidente para formular-veja bem, Depoente, isso é importante- algumas denúncias sobre essa ação, tida como ilícita, esse esquema PC, que seria o tráfico de influência, o que o senhor disse ao Presidente? Pediria que senhor repetisse as palavras textuais, tanto quanto possível. É importante.

O SR. RENAN CALHEIROS - Bom, na primeira conversa sobre o escândalo do SOS Rodovias...

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Vamos afastar a questão da campanha eleitoral, porque nesta o senhor foi rico em detalhes.



O SR. RENAN CALHEIROS - Na segunda conversa, sobre a utilização da CEME e de órgãos do Governo Federal, no desvio de recursos, também?

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Sim, essa também. O senhor não teve, antes dessa, alguma conversa? "Olha, Presidente, está acontecendo isso ou aquilo. "O senhor não teve outra conversa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu sempre tive várias conversas com o Presidente. Eu conversava com o Presidente quase que diariamente, por telefone ou pessoalmente. Os parlamentares com quem eu tive o prazer de conviver, na época do exercício da minha liderança, sabem muito bem da facilidade que eu tinha...

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Sim, e quando o senhor falou pela primeira vez...

O SR. RENAN CALHEIROS - Mas eu prefiro me reportar a essas duas conversas.

O SR. RELATOR (Amir Lando)- A essas duas apenas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO- O nobre Relator, por gentileza, me concede um aparte?

O SR. RELATOR (Amir Lando)- Com prazer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO- O aparte é sobre um assunto bem concreto. Nobre Deputado Renan Calheiros, V.Exa. citou a SAE. Tivemos uma polêmica sobre a SAE quando da aprovação da medida provisória. Como ela tem 3 departamentos, o macroestratégico, o de informação e contra-informação, e o de assessoria do Presidente da República, pergunto: na nomeação do Sr. Pedro Paulo Leoni para a Secretaria de Assuntos Estratégicos - o que foi uma surpresa, esperava-se que fosse alguém entendido na área - houve alguma influência do Sr. Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não sei se o Sr. Paulo César Farias teve influência na nomeação do Sr. Pedro Paulo Leoni, nem tampouco



disse isso à revista **Veja**, se o Sr. Pedro Paulo Leoni sabia da existência desta Comissão. Eu presumo que ele soubesse, mas eu respondi dessa forma à revista **Veja**.

O SR. JOSÉ GENOINO - Nobre Relator, agradeço a oportunidade. Vou fazer isso na forma de requerimento, porque, sobre esse assunto é importante. Talvez seja necessário depois a Comissão examinar a possibilidade de ouvir o Sr. Pedro Paulo Leoni.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu agradeço o aparte...

O SR. RENAN CALHEIROS - Que, aliás, só para concluir...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pode falar, o senhor tem a palavra; nós precisamos de esclarecimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS - ...com outra informação à pergunta do Deputado Genuíno. Esta comissão na SAE, que cuidava da definição dos critérios para a nomeação das pessoas no Governo, era um exemplo menor daquilo que acabei de citar, que era um outro esquema de poder - sequer sei como conceituá-lo - de pessoas que tinham atribuições específicas e cuidavam de atribuições com as quais não tinham absolutamente nada a ver.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria exatamente, sobre essa questão, de saber o seguinte: o senhor não relaciona o Sr. Paulo César Farias com os fundos de pensão, com as irregularidades que foram apontadas nesse setor, ou relaciona, pelo conhecimento que tinha dos fatos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Acho que hoje temos evidências disso. Repito: as informações não chegam de uma só vez. Conteí, na entrevista à **Veja**, uma conversa que tive com a ex-Ministra da Economia, Zélia, em São Paulo, depois que ela havia deixado o Governo, quando me disse que, na primeira oportunidade que recebeu as ferozes anotações do Sr.



Paulo César Farias, ela consultou o Presidente da República sobre o que fazer com aquelas anotações de prioridades especificadas. E ele olhou para ela e disse: "Vá fazendo, vá tocando; vá fazendo, vá tocando"! A própria Ministra Zélia, à revista **Veja**, numa coisa que passou despercebida, naquela edição que tinha na capa "A máfia dos portos", disse que conversou várias vezes com Paulo César Farias a respeito de itens que ele levava numa pauta. Isso passou despercebido. Mas a própria Ministra, em entrevista à revista **Veja**, disse isso. Acho que algumas coisas precisam definitivamente ser respondidas! E acho que esse é o maior problema, hoje, do encaminhamento de uma definitiva solução para esse problema, porque, enquanto o Presidente, ele próprio, não responder quanto a mim, não há ressentimento...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu gostaria que o senhor concluísse, porque tenho outras perguntas a fazer. Faço-lhe, então, uma pergunta: nessa época, pelos idos de outubro, de novembro - apenas para situarmos uma data - o senhor já tinha uma convicção plena dos atos ilícitos praticados pelo Sr. Paulo César Farias ou de alguns atos ilícitos praticados pelo mesmo, ou naquele momento ainda havia só indícios, deduções? O senhor já tinha convicção plena? O senhor tinha algum fato concreto?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu estava formando a convicção e já tinha fatos concretos! O fato do SOS Rodovias era um fato que eu havia levado ao Presidente e pedido para Sua Excelência apurar! O fato da CEME, do Ministério da Saúde, era outro que eu tinha levado e pedido para o Presidente apurar. Eram fatos concretos! Eu não tinha a definição global de que ali havia corrupção. Era preciso que alguém procedesse à apuração. E nada mais justo de que essa apuração fosse feita pelo Presidente da República, com quem eu tinha assumido compromisso



nas praças públicas deste País de resgatar a moralidade do Brasil.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Fiz essa pergunta, porque exatamente o senhor diz que a sua convicção foi se estratificando no tempo. O tempo realmente é o grande divisor de tudo; é o divisor comum dos fatos, onde realmente podemos mensurá-lo de forma mais efetiva! O senhor agora se referiu a essa passagem da Ministra Zélia, em que ela teria ido ao Presidente com algumas indicações do Sr. Paulo César Farias. Como foi esse diálogo, essa conversa direta do senhor com a Ministra Zélia? Descreva mais detalhes, porque, para nós, isso é importante!

O SR. RENAN CALHEIROS - Estávamos conversando...a imprensa chegou até a divulgar essa conversa!

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Onde foi essa conversa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Em São Paulo. Na oportunidade, os jornais discutiam a possibilidade da volta da Ministra ao Governo, assim como a possibilidade, já que os elogios seguidos que o Presidente me fazia...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas quando foi, depois da saída dela do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Mais ou menos por volta de agosto de 1991. Prometo à Comissão resgatar isso nos jornais e mandar uma comprovação.

E, conversando com a Ministra, eu disse": Apesar de achar que alguém, talvez, possa dar uma contribuição ao País e, quem sabe resgatar esse projeto, recolocá-lo no eixo, eu não confio mais". O Presidente tinha me elogiado numa entrevista na Casa da Dinda, e também numa reunião com editores na casa do editor do Jornal do Brasil, Etevaldo Dias. Invoco o testemunho dele e das pessoas que estiveram nessa



reunião. Eu disse que não voltaria mais porque tinha plena convicção de que esse esquema de poder persistia, e a Ministra, num gesto espontâneo, tanto que depois das entrevistas eu nem liguei para ela, porque qualquer telefonema que eu venha a dar pode parecer que estou tentando incitá-la a vir aqui comprovar o que estou dizendo. Não é novo isso, já disse em entrevista ao jornalista Ricardo Amaral, no jornal O Globo, há 40 dias.

O SR.RELATOR (Amir Lando) - Quem mais estava presente? O senhor, a Ministra...

O SR. RENAN CALHEIROS - Com certeza a minha mulher, Maria Verônica Rodrigues Calheiros.

O SR.RELATOR (Amir Lando) - O senhor falou que se tratava de jornalista, que estava presente...

O SR. RENAN CALHEIROS - O Jornalista é testemunha dos seguidos elogios que o Presidente me fez.

E eu espero que a Ministra, sem constrangimento, venha a confirmar essa conversa que é absolutamente verdadeira.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor saberia declinar algumas operações ilícitas realizadas pelo Sr. Marcelo Ribeiro, no Ministério da Infra-Estrutura, e pelo Sr. Luiz Quatroni no IRB?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu tenho conhecimento dos indícios que levei ao Presidente nessa época com relação a Marcelo Ribeiro. Pedi para que ele verificasse se estava em curso a dispensa da licitação; se estivesse em curso, que evitasse que isso acontecesse porque traria reflexos terríveis na minha convivência, na convivência do Governo com o Congresso Nacional.

Com relação a indícios de irregularidades na área de resseguros, não tenho nenhuma informação.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quanto aos encontros regulares do Sr. Paulo César Farias e o Presidente Collor, até onde e quando ocorreram com essa regularidade que V.Sa. afirma?

O SR. RENAN CALHEIROS - o Presidente Fernando Collor procura enfatizar que há 18 meses exatos não vê o Sr. Paulo César Farias. Quando ele se esforça nessa colocação, procura se reportar ao último encontro público dos dois, que aconteceu justamente no seu aniversário, na casa do empresário Eduardo Cardoso, no dia 11 de agosto, aqui em Brasília, quando o Sr. Paulo César Farias, visivelmente prestigiado pelo Senhor Presidente da República, chegou ao ponto de fazer uma verdadeira exibição de dança que encantou a todos, inclusive a mim. Eu disse na entrevista uma coisa que queria retificar agora: não foi valsa, foi tango. (Risos)

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Sr. Paulo César Farias - isso foi dito aqui pelo Sr. Pedro Collor - era useiro e vezeiro, em rodas sociais, gabava-se da sua influência no Governo, de exercer esse tráfico de influência e dessa exploração de prestígio. Isso é verdadeiro? Isso ocorreu? O senhor presenciou alguns fatos dessa natureza?

O SR. RENAN CALHEIROS - É exatamente verdadeiro. Ora, meu Deus! , o Brasil inteiro não teria jornais condições de ter acesso a esse volume de denúncia de irregularidades, de tráfico de influência praticados pelo Sr. Paulo César Farias, se ele não fosse tipicamente um boquirroto, uma pessoa que gostasse de falar. Quem o conhece sabe - e aqui muitas pessoas o conhecem, como o Deputado Eclýdes...

O Sr. EUCLYDES MELLO - Eu não.

O SR. RENAN CALHEIROS - O senhor não conhece?

O SR. EUCLYDES MELLO - Peço um aparte a V.Sa., já que fui citado.



Quero dizer que quem tem uma convivência, e quem sempre disputou da privacidade, da companhia e dos privilégios do Sr. Paulo César Farias essa pessoa não foi o Sr. Euclides Mello. Em segundo lugar, se há uma pessoa que desfrutou disso foi o Sr. Renan Calheiros, quando candidato a prefeito de Maceió, quando candidato a Deputado Federal. Nessa época fui candidato a Deputado Estadual e apoiava justamente um candidato que era contrário ao Sr. Paulo César. Nunca recebi nenhum privilégio e não pretendo receber. Eu quero que esta CPI vá fundo e faça justiça, e que a justiça depois apure e coloque os culpados onde devem ser colocados. Agora, com relação a envolvimento do PC, V.Exa. sabe, porque me parece até que quem inaugurou o Morcego Negro, esse avião tão conhecido, foi V.Exa. Nunca pisei nesse avião, mas sim V.Exa. Na campanha para Presidente não tive nenhum contato, e se estive com o Sr. Paulo César uma, duas ou três vezes durante toda a minha vida foi muito. Mas V.Exa. está cuspidando no prato que comeu.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, só queria dizer que não tive esse privilégio.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pode responder e prosseguiremos.

O SR. RENAN CALHEIROS - Gostaria que V. Exa. repetisse a pergunta.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não. V. Sa. falava exatamente que o Sr. Paulo César Farias gabava-se de exercer essa influência.

O SR. RENAN CALHEIROS - Quem conhece o Sr. Paulo César Farias e não vou mais invocar testemunhos para evitar esses precedentes - mas quem conhece o Sr. Paulo César Farias sabe muito bem que S. Sa. é aquela típica pessoa para quem ninguém consegue dar uma informação nova. De tudo que você diz, absolutamente tudo, ele já teve conhecimento. É uma pessoa que gosta de vender esse papel, essa imagem.



E é por isso que o Brasil todo, numa rápida operação de formação da consciência nacional, passou a ter acesso às estrepolias e ao tráfico de influência que ele praticava dentro do próprio Governo. Acho que para o mal do próprio Paulo César, porque, se há alguém ressentido, hoje, no Brasil, é o Paulo César, que montou um esquema para durar cinco anos, mas que a Comissão Parlamentar de Inquérito e a pressão das ruas que verifico existir, por onde ando, verdadeiramente já desmontaram. Se não desmontaram, pelo menos já diminuiu muito essa coisa da presença e da influência desse esquema de poder.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quais eram as expressões que ele usava nesses encontros, exatamente, gabando-se do seu poder, da sua influência?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nas reuniões que mantivemos na casa dele, para definir os nomes de candidatos ao Governo de Alagoas e às eleições proporcionais, dizia que falava em nome do Presidente; que conversava com o Presidente; que tomava café da manhã, às segundas-feiras, com o Presidente - essa era uma prática da campanha eleitoral. E depois, segundo ele - Paulo César Farias - isso se repetiu já com Fernando Collor no Governo; aliás, ele disse isso à própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tive um exemplo concreto com relação a isso, quando tratei da questão da participação do Paulo César e da Da. Rosane Collor. O Presidente me prometeu que iria conversar com os dois: com a Rosane, ele resolveria e como o Paulo César Farias ele conversaria no café da manhã da segunda-feira. Conteí este caso na entrevista.

Liguei para o Paulo César Farias para saber se o Presidente, na verdade, havia tratado especificamente desse problema, conforme tinha combinado comigo. Ele disse que havia tratado de vários assuntos com o



Presidente, presumivelmente, presumivelmente, definindo as prioridades da agenda, mas que não havia tratado desse assunto. Isso daí me causou um profundo mal-estar, porque verifiquei que um dos dois estava mentindo: ou o PC ou o Presidente da República.

O SR. ODACIR SOARES - O Relator me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Pois não.

O SR. ODACIR SOARES - V. Sa. acaba de dizer que esse comportamento do Sr. Paulo César é típico dele, desde 86, quando, inclusive, foi o tesoureiro da campanha - salvo engano, foi dito por V. Sa. Isso nunca o preocupou?

O SR. RENAN CALHEIROS - Foi dito por ele aqui.

O SR. ODACIR SOARES - Mas V. Sa. nunca se preocupou com isso, nunca se sentiu melindrado, nunca teve suas suscetibilidades aguçadas em ter convivência com alguém que, desde aquela época, já considerava nefasto, próprio de fanfarronice e essa coisa toda, e se permitiu conviver até novembro, dezembro de 90, quando, terminado o mandato, V.Exa. deixou a liderança do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não é verdade.

O SR. ODACIR SOARES - Está bom. Ou quando deixou a liderança do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Quando deixei a liderança, mas não quando terminou o meu mandato.

O SR. ODACIR SOARES - Não. Quando deixou a liderança. Veja, V. Sa. traz toda uma trajetória anterior de surpresa, de desânimo, de desesperança; considera o Sr. PC essa figura nefasta, mas conviveu com ele, pelo menos oficialmente, a nível político-eleitoral, de 86 até as denúncias que formulou e que não foram atendidas; mesmo assim V. Sa. continuou como Líder do Governo?



O SR. RENAN CALHEIROS - V. Exa. acaba de responder a própria pergunta que formulou.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Prosseguimos então?

O SR. ODACIR SOARES - Explique-me. Não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS - V. Exa. acaba de responder, porque eu disse que sempre me preocupei. E a maior demonstração de que me preocupei, é que conversei, mantive uma conversa com o Presidente da República.

O SR. ODACIR SOARES - Não entendi. Quero saber por que demorou tanto tempo para romper com PC, pelo menos durante quatro anos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não demorou. Conversei com o Presidente; na oportunidade, levei indícios de corrupção e pedi que apurasse a quem de direito. Cumpri meu papel. Se ele não cumpriu, o problema é dele; se tivesse cumprido o seu papel, não estaríamos hoje, aqui, discutindo este tema na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Relator, solicito um breve aparte.

O SR. ODACIR SOARES - Apenas queria concluir, se V. Exa. permitir.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Seja breve, nobre Senador.

O SR. ODACIR SOARES - Serei. Quero dizer o seguinte: V. Exa. está nesta Comissão Parlamentar de Inquérito manifestando uma ira santa. Surpreende-me que essa ira santa tenha convivido com V. Exa. durante tanto tempo, sem nenhuma atitude formal que efetivamente marcas-se um rompimento com o Sr. PC Farias e com o próprio Presidente da República.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Evidentemente, temos sido tolerantes em relação aos apartes que auxiliem a investigação. Mas, como agora estamos partindo para um campo político, parece-me que os apartes



não estão auxiliando muito as investigações. E são perguntas que o Relator entende que devam ser respondidas.

Não obstante, concedo o último aparte ao Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço ao Relator e serei breve.

Nobre Deputado Renan Calheiros, V. Sa., como líder do Governo, não achou estranho o Presidente da República comunicar-lhe que agendaria o Paulo César Farias na reunião de segunda-feira para tratar de um assunto que não dizia respeito ao referido senhor?

V. Sa. não desconfiou que era estranho o Presidente ter uma reunião de segunda-feira para tratar de um assunto que não envolvia ministros, nem secretários de Governos e sim o Sr. Paulo César Farias, considerando que V. Sa. sabia dos métodos do Sr. Paulo César?

Qual foi seu estado de espírito e sua reação no momento em que o Presidente disse que com a D. Rosane resolveria e que com o Paulo César faria uma reunião na segunda-feira de manhã? Não era uma reunião no Palácio do Planalto, era uma reunião na casa de Sua Excelência, com o empresário.

Para completar: E se o Presidente da República tivesse demovido o Sr. Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado José Genoíno, V. Exa. fez alguma pergunta?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Fiz duas perguntas.

A primeira: Se V. Sa., como líder do Governo, conhecendo os métodos do Sr. PC não achou estranho que o Presidente da República tivesse marcado uma reunião para tratar de um assunto na segunda-feira de manhã. A segunda, se o Presidente da República tivesse demovido PC de suas investidas em Alagoas?



O SR. RENAN CALHEIROS - Citei essa conversa porque considero-a importante. Inicialmente, foi a primeira confirmação que ouvi do Presidente de que tomava café da manhã com Paulo César Farias. Foi a primeira confirmação. Depois, porque tive a confirmação de que iria conversar com Paulo César Farias, diferentemente do que disse que faria com D. Rosane, uma vez que Sua Excelência disse que, em relação a Rosane, resolveria.

Sua Excelência disse que, conversaria com Paulo César, para tentar resolver a neutralidade com relação à campanha de Alagoas, uma vez que ele - Paulo César - dizia que não era mais neutro, que já estava apoiando um outro candidato. No início, nas reuniões de que participei, ele dizia que sua posição era exatamente a do Presidente Fernando Collor. Creio que respondi à preocupação do Deputado Genoíno.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre o episódio VASP-PETROBRÁS, o senhor ouviu alguma manifestação do Sr. Paulo César Farias, no sentido de que iria resolver esse assunto, de que teria condições de resolver; enfim, ouviu-o gabar-se e dizer que tinha prestígio para entrar nessa questão e resolver?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, nunca o vi. Eu estive poucas vezes com o Paulo César depois que fui indicado Líder do Governo. As informações que tenho sobre esse episódio, são através dos jornais.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor sabe de alguma relação entre o Sr. Eduardo Cardoso e o Sr. Paulo César Farias? Algum fato que envolva tráfico de influência?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, absolutamente. Eu conheço muito o empresário Eduardo Cardoso...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Conhece?



O SR. RENAN CALHEIROS - Conheço muito, mas não sei de nenhuma informação que o vincule a Paulo César Farias.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. Sa. já falou sobre esse evento social, mas vamos ver se tem mais algum detalhe, porque isso é importante. V. Sa. se lembra das pessoas que estiveram presentes à festa de aniversário do Presidente Collor, no dia 11 de agosto de 1990, durante a qual, alegadamente, Sua Excelência teria dado sinais de prestigiar o Sr. Paulo César Farias? Quem mais estava presente?

O SR. RENAN CALHEIROS - Mais ou menos uns quarenta casais. Eu não queria citar nomes para não incorrer em lapso de memória.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Alguns que o senhor entende que, realmente, assistiram quando o Presidente prestigiava o Sr. Paulo César Farias.

O SR. RENAN CALHEIROS - Todas as pessoas presentes. Acho que posso até, posteriormente, tentar resgatar na minha memória alguns desses nomes e os darei à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, eu estava nesta festa e não...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Euclýdes Mello, V. Exa. tem que pedir a palavra pela ordem. Não é o momento. Darei a palavra a V. Exa. no momento oportuno.

O SR. EUCLYDES MELLO - Muito bem.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu não concedo mais apartes, já havia avisado.

Então, como Líder do Governo, o senhor fora instruído para uma reunião na casa do Sr. Paulo César Farias para tratar da sucessão estadual de Alagoas. Qual foi o resultado final desse encontro? Quanto às pessoas que estiveram presentes, o senhor mencionou algumas. O se-



nhor teria na memória o nome de algumas delas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Participaram desse encontro o então Governador Moacir Andrade, o Senador João Lyra, o Deputado Geraldo Bulhões, o Deputado Cleto Falcão e eu. As reuniões objetivavam, como já disse, encontrar um denominador para somarmos forças com relação às eleições de Alagoas. Não foi possível.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O resultado final, então, foi negativo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não foi possível. Foi negativo. Como consequência disso, o Presidente da República chamou o Ministro Bernardo Cabral - o próprio Ministro testemunhará esse fato -, chamou o Vice-Presidente Itamar Franco e pediu para que os dois participassem de duas reuniões no Ministério da Justiça, e orientou no sentido de como encaminhar essas reuniões. Eu fiquei dessa vez visivelmente satisfeito pela evolução e pelo tratamento diferenciado que passaria a ter do ponto de vista político, obviamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - É do seu conhecimento qualquer influência do Sr. Paulo César Farias no âmbito da Caixa, ou, então, do Banco do Brasil, relativamente ao Sr. Lafaiete Coutinho?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não tenho nenhuma informação que possa acrescentar com relação à vinculação do Sr. Paulo César Farias com o Sr. Lafaiete Coutinho, então Presidente da Caixa Econômica Federal. Eu não tenho, absolutamente, nenhum fato novo que possa trazer para esta Comissão para atestar, para testemunhar a vinculação entre os dois.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor tem conhecimento de algum atrito havido na área governamental entre o Sr. Ibrahim Éris e o Sr. Paulo César Farias?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

549

Secretário



O SR. RENAN CALHEIROS - Tenho. Inclusive esse é um assunto público. O Sr. Ibrahim Éris desmentiu uma entrevista que teria dado ao jornal **Folha de S. Paulo**, mas não desmentiu a colocação que eu fiz à revista **Veja**. Os jornais divulgaram, e trago aqui a **Folha de S. Paulo**, que publicou isso no dia 21 de março de 1991: "Éris diz ter apoio de Collor e descarta demissão". Isso ocorreu depois de uma reunião da equipe econômica do Governo, onde o Sr. Ibrahim Éris teria feito queixas à Ministra Zélia e aos membros da equipe econômica no sentido de que havia um movimento comandado pelo Sr. Paulo César Farias para demiti-lo das funções que exercia no Banco Central. E mais, chegou a chorar nessa reunião. O Paulo César Farias andava dizendo a muita gente - e não sirvo como testemunha dessas conversas, mas muitas pessoas com as quais conversei tiveram conhecimento disso - que enquanto ele estava se expondo, expondo a amizade que tinha com o Presidente, tirando dinheiro de empresários em dificuldades, as pessoas do Banco Central ganhavam muito dinheiro num mero ajuste de câmbio. Dei esse depoimento à revista Veja e reafirmo tudo que disse nesta oportunidade.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor sabe quais eram as pessoas? O senhor poderia citar algumas dessas pessoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele citou as pessoas do Banco Central e responsabilizou o Presidente Ibrahim Éris. O Presidente Ibrahim Éris disse que não aceitava, em nenhuma hipótese, a insinuação. Disse que era um homem correto, que era um homem de bem e pediu para deixar o Governo. A Ministra Zélia disse que ele só sairia com ela. Este é um assunto público. Alguém do Governo pode até se esforçar para tentar desfazê-lo, mas isso é uma coisa que já está na memória nacional. É impossível desfazer essas coisas. É esse o compromisso que procuro ter



com a verdade das minhas palavras nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Neste testemunho, o senhor teria ainda algo a acrescentar sobre esse fato?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nada além do que já acrescentei.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sobre o Sr. Luiz Romero Farias, evidentemente o senhor se refere à CEME. Mas o senhor tem algum dado sobre as atividades julgadas ilícitas do Sr. Luís Romero Farias no Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS - Os jornais falaram de várias irregularidades. O maior amontoado - e temos um inquérito na Polícia Federal que testemunha isso - é na CEME. Mas há irregularidades também no próprio Ministério da Saúde, que contaram com a participação do Sr. Luís Romero, irmão de Paulo César Farias, e por ele nomeado para o cargo.

Disse à revista uma coisa que queria repetir agora, com a responsabilidade do meu depoimento. Não entendi quando o Presidente Fernando Collor - e é mais um argumento que utilizo, no sentido de que as informações não chegam de uma só vez - demitiu, ou melhor, antecipou a demissão do Sr. Luís Romero do Ministério da Saúde. Mas as denúncias de indícios de irregularidades no Ministério eram tantas que hoje entendendo perfeitamente que, ao antecipar a saída do Sr. Luís Romero, o Presidente da República, competentemente - justiça se faça - tirou o irmão do Paulo César Farias, porque atingindo o irmão do Paulo César, essas denúncias atingiriam o Sr. Paulo César Farias e, em atingindo o Sr. Paulo César Farias, inevitavelmente atingiriam o Presidente da República. Por isso, o Presidente se esforça em dizer que o último encontro que teve com Paulo César Farias foi há 18 meses, como a dizer que o fato de não se encontrarem estancava as atividades de Paulo Cé-



sar Farias no Governo. Uma coisa, Sr. Relator, não tem absolutamente nada a ver com a outra.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor sabe de algum encontro não público? O senhor tem essa informação?

O SR. RENAN CALHEIROS - Dos dois?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Um encontro particular, reservado, dos dois.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor fez uma afirmação genérica na revista Veja dizendo que a CPI deve apurar a fundo - mais ou menos isso - o estelionato do Sr. PC no Banco Central. O que isso significa, esse estelionato? O senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS - Os jornais da época divulgaram isso fartamente e a revista IstoÉ - a quem queria também fazer justiça, para não citar somente a Veja - foi uma das primeiras que levantou especificamente esse assunto. O Sr. Paulo César Farias foi processado por crime de estelionato, por práticas irregulares, enquanto diretor da empresa de tratores TRATORAL, em Alagoas. Esses processos foram arquivados, o crime não prescreveu e, se possível, seria interessante esta Comissão Parlamentar de Inquérito procurar reabri-los ou trazer peças fundamentais para comprovar a periculosidade desse cidadão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Bem, por ora, Sr. Presidente, estou satisfeito. Poderei ainda, oportunamente, fazer novas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Sr. Relator.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que temos 28 inscrições. Vou abrir mais 15 minutos de prazo para inscrições, para, então, encerrar. (Pausa)



Estão encerradas as inscrições para o debate. Com esse novo prazo para inscrições, não está assegurado que todos falem. Há um limite de tempo. Aviso aos Srs. Parlamentares que as perguntas feitas e já respondidas, assim como as perguntas repetidas serão desclassificadas, para ganharmos tempo e evolução.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, espero que os prazos e a possibilidade de falar pela inscrição não sejam prejudicados. Ao contrário, daqui para a frente, anuncio uma posição pessoal: não formularei mais questões; farei apartes. Há gente aqui que sequer pertence à Comissão e que, através de apartes, seguramente já falou mais tempo do que eu, que sou membro da Comissão e estou aqui calado.

Primeiro, o critério do aparte é de absoluta excepcionalidade. Não dá para fazer apartes. Duas figuras na Comissão, muito merecidamente, têm prazo ilimitado. Portanto, jogo com a possibilidade de fazer apartes a essas duas figuras, e os demais ficam limitados ao seu próprio tempo. E quem tem um pouco de disciplina acaba sempre tomando na cabeça.

A tolerância é que criou os PCs. Acho melhor não caminharmos por aí, mas tentarmos tratar disso dentro da Comissão, de forma a estabelecermos um modus vivendi que permita a todos, membros, suplentes, ou até outros parlamentares, uma maneira comum de atuar. Não dá para se fazer dessa maneira. Ou, então, alguém, por melhor que seja, por mais conteúdo que tenha - e aqui todos são iguais - chega aqui repentinamente e, através desse artifício, acaba ocupando um espaço e, pior que tudo, ainda consome o espaço de quem tem direito a tê-lo.

De forma que peço a V.Exa. que até elimine essa possibilidade de aparte, - quem sabe - ou a restrinja muito.



ções absolutamente excepcionais.

Por outro lado, a Comissão está aberta a todos, tanto a quem pertence a ela na qualidade de titular ou de suplente, como até mesmo a qualquer outro parlamentar, no sentido de que tenham o seu tempo. Começamos a reunião às 10h, e são 12h19min, ou seja, temos praticamente 2 horas e 20 minutos. Não é possível que os demais, que aqui estão com o interesse de conhecer a verdade, tenham o seu tempo prejudicado. Muito provavelmente, não serei eu. Sou membro da Comissão; mas já assisti a reuniões em que eu não era membro da Comissão e, portanto, aguardava a minha oportunidade de perguntar com uma certa expectativa de poder exercê-la.

Peço a V.Exa. que, no mínimo, garanta aos que estão inscritos, já que V.Exa. limitou as inscrições a um momento determinado - não sei nem se isso seria válido, mas, enfim, está dentro das atribuições e prerrogativas de V. Exa. - pelo menos aos que estão aí, um período indispensável para que possam formular suas ligações. Seguramente o Relator as faz com melhor qualidade, mas todos os membros estão aqui atentos e tentando ganhar a sua possibilidade de esclarecer adicionalmente, perifericamente, alguns aspectos que não tenham ficado claros. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Mário Covas. Concordo plenamente com a questão de ordem de V.Exa. Apenas aviso que a limitação do tempo não prejudica a qualidade das perguntas e respostas, até porque estamos há 2 horas e 20 minutos com apenas 3 Parlamentares: o Vice-Presidente, o Relator e o Senador Valmir Campello, fazendo perguntas. Mas concordo plenamente com V.Exa, e o Sr. Relator já nos avisou que não vai permitir mais apartes.



Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcelo Barbieri, do PMDB de São Paulo.

O SR. MARCELO BARBIERI - Dr. Renan Calheiros, para ficar registrado aqui na Comissão, queria que o senhor declarasse o que o levou a se afastar do Governo: se foram as atividades do Sr. Paulo César Farias, ou se foi o resultado eleitoral das eleições de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Presidente tentou dar ao episódio das Alagoas, repito, mais importância do que ele merece. O que me levou a romper com o Governo foi a evolução de divergências que eram latentes e que tiveram que ser explicitadas. Eu as explicitiei no momento que julguei politicamente oportuno.

Como comprovação disso, tenho aqui uma reportagem da revista **Veja**, à época, que diz que Renan Calheiros deixou uma carta de demissão no Planalto e que o Presidente desviou a sua rota e bateu a porta. O Presidente tentou dizer que eu só falava essas coisas com relação ao Paulo César Farias agora.

O SR. MARCELO BARBIERI - De que dia é essa revista?

O SR. RENAN CALHEIROS - É do dia 21 de novembro de 1990. Os jornais da época do meu rompimento disseram: **Folha de S. Paulo**: "Calheiros renuncia e acusa Collor de traição". E não foi o final do meu mandato.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor ainda era Deputado Federal? Isso é importante.

O SR. RENAN CALHEIROS - Era Deputado Federal, e o meu mandato só acabou quando acabaram os mandatos todos da legislatura. Renunciei ao poder, renunciei a participar da redoma de um projeto que modestamente ajudei a conceber.



O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor afirmou aqui que o Sr. Paulo César Farias não foi tesoureiro da sua campanha à Prefeitura de Maceió. Ele afirmou a esta CPI que ele teria participado da parte financeira da sua campanha em 88 à Prefeitura de Maceió. Gostaria que o senhor deixasse bem claro à Comissão qual foi a participação que ele teve na sua campanha em 1988.

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele mentiu. Ao tentar dizer isso aqui, ele apenas repetiu a tática que a sua família está usando para conseguir a impunidade mediante ameaça de vinculação do Presidente Fernando Collor aos episódios de irregularidades do seu próprio Governo.

O seu irmão Augusto Farias disse, em entrevistas aos jornais de Alagoas, reproduzidas pelo **Jornal do Brasil**, que o seu irmão era apenas coadjuvante, não era o ator principal, pretendendo falar de um ator principal; e que, se ele falasse o que ele sabia, a República iria tremer.

Repito o que já disse inicialmente: ele mentiu quando disse que foi tesoureiro da minha campanha. Ele pode até ter cumprido tarefas que diziam respeito ao Senho Fernando Collor, e ninguém nunca entrou na intimidade dessa relação, até porque o Senhor Fernando Collor nunca permitiu.

Diferentemente do Sr. Paulo César Farias, o Senhor Fernando Collor desconversou todas as vezes em que se tratou de Paulo César Farias. Comigo mesmo aconteceu várias vezes. Foi sempre assim. O próprio pronunciamento dele em rede de rádio e televisão foi a repetição dessa prática antiga.

O Paulo César Farias, repito, respondendo ao meu amigo Marcelo Barbieri, importante membro desta CPI, com quem tive a honra de vi-



venciar momentos fantásticos da resistência e da política estudantil, quero dizer que ele mentiu. Ele pode ter cumprido tarefa do Senhor Fernando Collor - não quero entrar nesse detalhe. Mas a maior demonstração de que ele mentiu é que faço um apelo para que ele apresente, perante o Brasil e esta Comissão, as contas da minha campanha eleitoral.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Renan, com relação a essa questão de desconversar a que o senhor se referiu: como teria sido o diálogo entre a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello e o Presidente da República, relativamente às atividades do Sr. Paulo César Farias? O senhor poderia dizer, *ipsis litteris*, como ela lhe relatou este assunto?

O SR. RENAN CALHEIROS - Num encontro em São Paulo, conversávamos sobre o que os jornais diziam a respeito da possível volta dela ao Governo e da insistência com que o Presidente colocava a necessidade política da minha volta ao Governo, depois de ter rompido, de ter criticado, de ter denunciado a traição - e invoco aqui a **Folha de S. Paulo** e outros jornais da época. Estão aqui o **Jornal da Tarde**, o **Jornal do Brasil**, o **Estado do S. Paulo**, o **Globo**, enfim, todos noticiaram em primeira página que a Ministra Zélia disse que - quando coloquei as dificuldades que eu teria para voltar, não acreditava mais na recomposição de um projeto que o Brasil apoiou e aprovou - no início do Governo, o Sr. Paulo César Farias teria feito pedidos; e as agendas famosas exemplificam isso: que ela, diante desses pedidos, teria perguntado ao Presidente da República o que fazer com eles, se priorizá-los, ou atendê-los. Não sei se os atendeu, se os priorizou, e o Presidente da República a teria orientado no sentido de que fosse fazendo, fosse tocando.



O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor afirmou que a CEME teria tido uma grande influência nas eleições de Alagoas e trouxe alguns fatos escritos em jornais. O senhor teria algum documento oficial, xérox ou algo a apresentar à Comissão, relativamente a esses desvios de recursos enviados a Alagoas quando da campanha eleitoral?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Sr. Luís Romero disse que não autorizou, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nenhuma despesa ou licitação na CEME. Tenho documentos que comprovam a sua autorização e encargo do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda até o final do dia, entregar a esta Comissão os documentos.

O SR. MARCELO BARBIERI - Esses documentos provam envio de dinheiro para Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Esses documentos provam licitações irregulares que estão sendo investigadas pela Polícia Federal e, se me permitissem o direito, gostaria de sugerir à Comissão que acessasse essas irregularidades na CEME.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sobre isso, Dr. Renan, o Sr. Luís Romero assume nestes documentos a responsabilidade pelo envio destas verbas? O Sr. se recorda disso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Assume num despacho, assinado por ele, que não deixa nenhuma dúvida de que ele determinou.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Paulo César teria participado de alguma campanha anteriormente a 1986, por exemplo, a campanha indireta de 1984 e a campanha de 1982? O senhor tem algum conhecimento relativamente a essa época?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Sr. Paulo César Farias procura, como já disse aqui, e é consequência da sua própria personalidade, mostrar proximidade e relacionamento com as pessoas. No seu depoimento aqui,



ele jurou proximidade com partidos de esquerda, e isso é algo absolutamente mentiroso. O Sr. Paulo César Farias pode até haver torcido, mas nunca participou de nenhum ato, de nenhum momento político que viesse a retirar a credibilidade de pessoas que, talvez seja até importante, venham a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para depor.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor sabe se ele participou da campanha de 1982 e de 1984, por exemplo? Em 1982 houve campanha para o Governo e em 1984 com as eleições indiretas para Presidente da República...

O SR. RENAN CALHEIROS - Não sei se ele participou. Eu só sei que ele sempre teve uma vinculação pessoal com o então Deputado Geraldo Bulhões. Eles pertenciam ao mesmo grupo político e sempre tiveram um relacionamento direto, tanto que só vim a conhecer mais detalhadamente o Sr. Paulo César Farias na campanha de 1986, que foi a de Fernando Collor ao governo de Alagoas.

O SR. MARCELO BARBIERI - O senhor poderia dizer a esta comissão se o Sr. Paulo César Farias - nas operações que o senhor afirma terem sido feitas com tráfico de influências - falava em nome do Presidente da República? E Sua Excelência sabia que ele, Paulo César, falava em seu nome?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pelo menos é isso que ele dizia.

São várias as testemunhas de que o Sr. Paulo César Farias dizia falar em nome do Presidente da República. Eu mesmo vi isso, várias vezes.

O SR. MARCELO BARBIERI - Para concluir, Sr. Presidente. Essas frases ao senhor atribuídas pela revista **Veja**, no dia 21 de novembro de 1990, V.Sa.as confirma? Por exemplo: "O Presidente está ficando louco, ele tem total desprezo pelo Congresso e precisa ser contido para



não imitar Jânio. Collor não se ama, só se inveja."

Outra frase: "Se o Governo continuar neste mar de lama, só surfista será capaz de descer a rampa do Palácio do Planalto."

Outra: "Culpam Cabral pela zorra do Governo, mas a culpa é do próprio Collor que se recusa a receber os Deputados e os Senadores. Passarinho que se cuide."

A última: "Collor preferiu o assédio dos inimigos da Pátria e isolou-se da classe média e dos descamisados."

Essas frases, entre aspas, são do senhor?

O SR. RENAN CALHEIROS - São minhas. Talvez a própria revista **Veja** guarde a gravação da entrevista que dei ao jornalista Expedito Filho, se não me engano.

O SR. MARCELO BARBIERI - Muito obrigado. Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Dirceu, do PT de São Paulo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Dr. Renan Calheiros, procuro entender, mas estou com dificuldades quanto ao limite que o senhor se auto-impõe ao prestar este depoimento à CPI.

Perguntaria: V. Sa. está procurando poupar o Presidente da República ao expor o relacionamento do Sr. Paulo César Farias com Sua Excelência ou esse limite ético que o senhor se impõe diz respeito a um direito que o senhor se atribui de manter na consciência apenas certas informações? Porque o papel de líder do Governo não pode ser usado, na minha opinião, para não revelar fatos, nomes, porque é um cargo, evidentemente político, evidentemente público, apesar de ser atribuição de um partido e de V. Sa. quando exerceu a função. foi.



Proporria, se é pelo problema da publicidade, antes do encerramento das investigações, que o senhor fizesse esse depoimento em reunião secreta da Comissão Parlamentar de Inquérito; do meu ponto de vista, preferia que fosse feito publicamente. Gostaria que o V.Sa. declarasse ao País tudo que sabe, até porque é o Governo que está levantando a suspeição sobre V. Sa. e o governo pode utilizar seu próprio comportamento para agravar, ou para tentar apresentar à opinião pública - o que não conseguiu até agora - qualquer suspeição sobre a vida de V. Sa.

Queria que V. Sa. nos dissesse: estaria disposto a declarar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito tudo que sabe? Porque não consigo compreender essa razão ética que o senhor nos coloca.

O SR. RENAN CALHEIROS - Queria até agradecer a oportunidade da pergunta do Deputado José Dirceu. Gostaria de dar esse outro depoimento a um dos grandes parlamentares dessa nova safra do Congresso Nacional. Não tive oportunidade de conviver com o Deputado José Dirceu, mas tenho tido, ao longo desse fantástico momento da vida política que vivemos, oportunidade de manter contatos seguidos com S. Exa. não só pessoalmente, mas por telefone. Respeito muito o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É mútuo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS - Tenho falado sobre esse limite e até aproveito a oportunidade da sua pergunta para, de uma vez por toda, respondê-la. Este é o limite, que entendo, de não liberar informações que não dizem respeito à própria necessidade da criação e do prosseguimento dos trabalhos desta Comissão. Estou dizendo aqui, rigorosamente, tudo que sei. O que não tenho acrescentado é porque não tenho detalhadas informações e não posso me aventurar, com a responsabilidade



de de quem exerceu três mandatos parlamentares, de quem tem amigos que me respeitam nesta Casa, de quem exerceu a liderança do Governo, a dizer mentiras, levandades, e não ter, numa eventual necessidade de comprovação, nenhuma possibilidade de fazê-lo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

Dr. Renan Calheiros, quem foi o tesoureiro da campanha do Presidente da República em 89? O Dr. Paulo César Farias se auto-atribuiu a função de tesoureiro e administrador da campanha eleitoral. O senhor, como membro do staff do então candidato, pode dizer se ele tinha essas funções?

O SR. RENAN CALHEIROS - Para responder, eu gostaria de remontar a alguns fatos que considero importantes na evolução desse raciocínio.

Eu tenho tradição de luta democrática, eu militei no movimento estudantil, e, como pude, tentei ajudar a democratização do País. Fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Deputado Constituinte e Líder do Governo. Na condição de Líder do Governo, eu estava, e eu queria dar este depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, dando uma entrevista ao vivo ao jornalista Boris Casoy, quando a Polícia Federal invadiu a **Folha de S. Paulo**. E o Boris, com o espírito que caracteriza aquele grande jornalista e fantástico repórter, me perguntou: "E aí, Renan, você que tem compromisso com a luta democrática e agora está investido na condição de Líder do Governo. Como é que você vai se posicionar diante da invasão da **Folha de S. Paulo** Polícia Federal"? E eu disse na oportunidade: "Olha, Boris, não foi para isso que nós elegemos este Governo. Eu quero publicamente condenar a ação da Polícia Federal, quero me solidarizar, na condição de Líder do Governo, com a **Folha de S. Paulo**, e não podemos permitir isso. Enquanto Líder do Governo eu for, meu compromisso será esse, e o reafirmarei onde puder -



que o Governo atente no sentido de limitar a liberdade de expressão".

Quando o Dr. Cláudio Vieira processou a **Folha de S. Paulo**, naquele processo que mobilizou parte da opinião pública nacional, eu já tinha deixado o Governo. A **Folha de S. Paulo** estava diante de um processo, e o Governo assegurava antecipadamente a própria condenação - os jornais da época divulgavam muito isso, até entendo, numa tentativa talvez de conter ânimos que poderiam se exacerbar. A. Folha de S. Paulo precisou indicar testemunhas de defesa. Eu já tinha saído do Governo, e foi como testemunha de defesa da **Folha de S. Paulo**, que levei argumentos para o processo, e que foram utilizados pelo advogado José Carlos Dias como os principais argumentos de defesa da **Folha de S. Paulo**. Foi onde, pela primeira vez, ficou caracterizado que o Sr. Paulo César Farias foi caixa da campanha, e que o Sr. Cláudio Vieira cumpria tarefas administrativas no comitê central eleitoral aqui em Brasília. E é até por isso que eu não tive contatos com o Sr. Paulo César Farias com relação a despesas. Nunca tive. Ninguém, absolutamente, pode dizer isso.

As despesas que porventura a campanha teve que fazer...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Renan Calheiros... Deputado José Dirceu, infelizmente temos aqui um limite de tempo; são dois minutos que faltam a V. Exa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu tenho cinco perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - São dois minutos que faltam a V. Exa. Eu não posso facilitar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu comecei a falar às 12h33min.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V. Exa. terá os seus 10 minutos, Deputado.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 556

Secretário



O SR. JOSÉ DIRCEU - Deputado Renan Calheiros, o Sr. Cláudio Vieira é o tesoureiro oficial da campanha do Presidente da República, segundo documentos entregues pelo PRN ao Tribunal Superior Eleitoral. O tesoureiro não foi e não é oficialmente, legalmente, no processo que existe na Justiça Eleitoral, o Dr. Paulo César Farias.

Eu gostaria, então, de passar a outras questões que eu gostaria que o senhor me respondesse sinteticamente, se for possível.

O Sr. Lafaiete Coutinho, nessa reunião a que o senhor faz menção na **Veja**, falou que vai ser montado um esquema nas eleições de Alagoas contra o senhor. Ele estava denunciando ou ele estava comunicando, porque fazia parte desse esquema?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele estava na qualidade de uma pessoa que, segundo ele próprio dizia, me admirava muito. Ele estava comunicando que começou a ter conhecimento de que havia um esquema montado para fraudar a eleição.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor considera que ele é um dos homens indicados por Paulo César Farias para o Governo do Presidente Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu seria leviano se fizesse essa afirmação. Eu não tenho informações para fazê-lo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Dr. Renan Calheiros, sobre a SAE, o senhor declarou que havia uma lista, currículos na SAE, para nomeações. O Sr. Paulo César Farias tinha acesso a essa lista ou ele a solicitava ao Sr. Pedro Paulo Leoni, à SAE, ou essa lista existia para ser trabalhada, operada pelo Secretário de Assuntos Estratégicos e pelo Presidente da República?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu presumo, já tentei reponder a essa pergunta anteriormente e faço questão, com muita satisfação, de repe-



tir. Eu presumo que ele sabia. Não posso assegurar que ele sabia. Asseguro a existência da comissão que fazia triagem dos currículos para o procedimento das nomeações.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor, quando faz referências às eleições de 90 e tem conhecimento do depoimento do Sr. Pedro Collor de Mello nesta Comissão; disse ele que houve um telefonema do Presidente da República para ele, no dia da apuração - o Senador Mário Covas, durante o depoimento do Dr. Pedro Collor, fez questão de tentar chegar ao fundo dessa questão - em que o Presidente afirmava para o Dr. Pedro Collor que a eleição seria decidida no primeiro turno. E quando perguntado ao Sr. Pedro Collor se o Presidente fazia essa afirmação porque sabia que os resultados das eleições seriam modificados, o Dr. Pedro Collor, como em outras questões, recuou.

O senhor tem conhecimento desse telefonema? Qual a avaliação que o senhor faz sobre essa questão? O senhor acredita que o Presidente da República participou diretamente do processo político-eleitoral e das fraudes que foram feitas em Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tenho conhecimento do telefonema. A três dias das eleições, eu tinha 15% de frente sobre o somatório dos outros candidatos, 15% em média, em todos os institutos de opinião pública, ou seja do GALLUP, do IBOPE, do VOX POPULI, do DATAFOLHA, que me davam a vitória no primeiro turno. Licitaram e distribuíram, de uma só vez, 250 mil cestas básicas da LBA. Fizeram as pesquisas de boca de urna e elas disseram que eu ganharia a eleição no primeiro turno. Depois fomos obrigados a anular 10% dos votos válidos, provando a fraude. Pela primeira vez, aconteceu isso na história política deste País!...

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

557

Secretário



O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas o senhor considera que o Presidente da República participou diretamente desse processo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Considero que o Presidente da República participou direta ou indiretamente. No mínimo ele se omitiu, e esse telefonema ao Pedro Collor é gravíssimo, porque a Organização Arnon de Mello... E o fato de o Pedro Collor de Mello ter me apoiado no primeiro turno em Alagoas, creio até que em função do estratégico apoio de Paulo César Farias ao Geraldo Bulhões, significa muito. A Organização Arnon de Mello, por exemplo, poderia impedir a fraude ou criar condições de evitar a fraude.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, para concluir, a última pergunta.

O senhor sabe que a imprensa toda está trazendo, em relação à CEME, novas revelações sobre o Sr. Antônio Carlos Alves Santos e sobre uma funcionária, a assessora-jurídica Sandra Vieira, que prestou depoimento hoje e que afirma que havia uma disputa entre o Sr. Leopoldo Collor e o Sr. PC Farias. O senhor conhecia essa disputa pelo controle da CEME entre o Sr. Leopoldo Collor e o Sr. PC Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não conhecia. No meu entendimento, o Sr. Paulo César reinava absoluto..

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, quero requerer, em consequência do depoimento, que, em caráter sigiloso, a Comissão Parlamentar de Inquérito requeira da Secretária de Assuntos Estratégicos os currículos e relações que o Governo utilizava, o nome dos componentes da comissão e a função exata desses currículos e dessa comissão.

E que, através do Sr. Relator, V.Exa., Sr. Presidente, faça uma sub-relatoria para se ouvir o Sr. Antônio Carlos Alves Santos e a



Dra. Sandra Vieira sobre essa questão da CEME, que acredito estar evoluindo. Já podemos destacar uma sub-relatoria, dado o caráter que a questão já assumiu através dos inquéritos policiais.

Eu teria outras questões a levantar, mas deixarei para outros parlamentares, visando contribuir com o andamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, do PDSB de São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, em primeiro lugar, encaminho a V. Exa. questão de ordem, antes das minhas colocações. Cronometrei as perguntas que farei e elas não chegam a dois minutos. Solicito a V. Exa. que reitere ao depoente para que seja o mais sucinto possível.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Pois não. Peço ao depoente que seja sucinto em suas repostas, sem prejudicar a qualidade das mesmas, mas que seja breve.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - O senhor, como sabe, não pode alegar motivos éticos para deixar de responder, a não ser que seja sigilo profissional ou que o depoimento vá prejudicar um ascendente ou descendente, o que não é o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não é o caso.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A primeira pergunta: O senhor sabe de empresários que foram extorquidos pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias? Conhece-os?

O SR. RENAN CALHEIROS - Os que os jornais informam.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O senhor tem conhecimento do caso do Presidente da Goldem Cross? Já revelou isso, particularmente, a pessoas do seu relacionamento íntimo?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 558 *fy*

Secretário



O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou me lembrando do caso. Se V.Ex^a puder dar mais detalhes, direi se revelei ou não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O caso do Presidente da Gol-dem Cross, que teria recebido uma extorsão do Sr. Paulo César Cavalcante Farias e, inclusive, chegou a ter um problema de saúde. Esse detalhe não é suficiente?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não. Infelizmente. Gostaria até de contribuir com esse testemunho.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Diferentemente do Sr. Pedro Collor que, quando chegou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, colocou perante as declarações que havia feito à revista **Veja** uma oração subordinada, dizendo assim: "eu ouvi o que afirmei". Em todas elas, ele colocou: "eu ouvi o que afirmei", enfraquecendo o conjunto das suas declarações. Diferentemente do Sr. Pedro Collor, pelo que entendi, o senhor não fez essa ressalva; o senhor confirmou na íntegra as suas colocações à revista **Veja**. É isso mesmo?

O SR. RENAN CALHEIROS - É isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Muito bem. Na declaração à **Veja**, o senhor não disse "eu ouvi dizer que o Sr. Paulo César Cavalcante Farias nomeou"; nem disse "eu ouvi dizer que o Sr. Paulo César Cavalcante Farias demitiu". Portanto, o senhor deve saber quem foi demitido e quem foi nomeado. Pergunto: o senhor poderia nos dizer quem o Sr. Paulo César Cavalcante Farias nomeou e quem ele demitiu que não seja por jornais, não seja por leitura de..?

O SR. RENAN CALHEIROS - Já tentei colocar com relação a isso um posicionamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Mas o senhor não pode se negar.



O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou me negando a revelar informações que possuo. Não possuo muitas informações com relação a nomes, além das evidências das coisas óbvias que Paulo César Cavalcante Farias mesmo falou publicamente. Comigo ele nunca chegou a dizer: nomeei Fulano, Beltrano ou sicrano. Sabia - e fui formando progressivamente a convicção - da força, do gigantismo desse esquema de poder paralelo. Ele próprio, até em entrevista à jornalista Dora Kramer, do **Jornal do Brasil**, falou de pessoas que teria nomeado no Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Certo. Ou seja, o senhor criou uma concepção de que o Sr. PC nomeou e demitiu? E isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Essa convicção foi se formando ao longo dos meses.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Quem compõe essa comissão montada pelo Sr. PC na Secretaria de Assuntos Estratégicos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Era uma comissão informal, como já disse aqui, tal qual informal era o outro esquema de poder que cuidava de atribuições sem para as quais, especificamente, terem sido indicados. A comissão da SAE era um exemplo menor da comissão maior que ficava em torno do Presidente da República da qual participava o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos, o Sr. Cláudio Vieira e o General Agenor Homem de Carvalho.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O senhor não conhece nenhum desses nomes?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nomes, não, porque eram nomes informais, eram nomes ditados pelos atos informais do esquema de poder paralelo; não eram nomes públicos, verificados nos **Diários Oficiais**.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Exatamente, por isso que estamos imaginando que o senhor os conhecesse. O Sr. Pedro Collor



disse aqui, nesta Comissão, respondendo a uma pergunta do Vice-Presidente desta CPI que o Sr. PC havia revelado ao Sr. José Barbosa de Oliveira, ao ex-Governador Moacir de Andrade e a Carlos Mendonça que era sócio de uma sociedade informal com o Presidente da República da qual lhe cabia uma porcentagem de 30%. O senhor ouviu de alguma pessoa que o Senhor Presidente da República ficava com 70% do que era arrecadado pelo Sr. PC?.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não ouvi. Posso afirmar, no entanto, que essas três pessoas citadas são da absoluta confiança e convivência do Sr. Pedro Collor de Mello.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - E dessas três pessoas, V.Sa. alguma vez ouviu alguma revelação de que ela teriam ouvido alguma referência a esse assunto do Sr. PC?.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, repito, não ouvi.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Muito bem!

V.Sa. disse aqui que chegou a ver, ou que pessoas viram, o Sr. PC exhibir o cartão de crédito da Sra. Rosane Collor. É isso mesmo?

O SR. RENAN CALHEIROS - É isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Exibir o cartão?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exibir, dizer que estava pagando...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Mas exibir o cartão...

O SR. RENAN CALHEIROS - Exibir o cartão, em conversas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Exibia o cartão ou a fatura?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, exibia a fatura, cópia da fatura..

..

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Cópia da fatura, não o cartão?



O SR. RENAN CALHEIROS - ...que sequer V. Exa. poderia verificar. Quer dizer, ele exhibia, numa cênica demonstração de querer ostentar para os mortais da campanha muito mais poder do que os mortais tinham.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Retifica a declaração anterior: não exhibia o cartão, exhibia a fatura?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exhibia cópias de faturas que dizia ser da Sra. Rosane Collor de Mello.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Faço essa observação, pelo seguinte: na declaração aqui do Sr. PC...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Mendes Thame, V. Exa. concede um aparte?.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não é permitido aparte agora. Já está definido isso, Deputado José Genoíno

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Na declaração do Sr. PC, ele declarou que nos Estados Unidos abre-se uma empresa elencando sócios sem contar com a assinatura desse sócio. Evidentemente, o Sr. PC poderá alegar que o cartão de crédito de uma empresa comercial dele elencou uma série de pessoas como dependentes e que poderiam receber esse cartão e teria até ficado com esse cartão, o que provaria, na realidade, que o nome da Primeira Dama foi usado indevidamente.

V. Sa. chegou a ver o cartão da Sra. Rosane?.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não cheguei a ver. Repito: cópias de extratos que ele dizia ser cópia de extrato do cartão da primeiradama.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Isso lhe foi mostrado?

O SR. RENAN CALHEIROS - Foi mostrado a mim e a outras pessoas, inclusive ao Pedro Collor.



O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Como V.Sa. explica essa ligação de Luís Romero com o Paraná, que V.Sa. citou hoje, aqui? Como, na eleição estadual do Paraná, foi negociada a indicação do Sr. Luís Romero, que não é do Paraná?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Ministro Alceni Guerra foi um dos últimos Ministros anunciados pelo Presidente Fernando Collor. Para que pudesse acontecer a sua nomeação, era preciso compor um quadro político no Paraná. Assim, foi definida a candidatura do ex-companheiro José Carlos Martinez, o que asfaltou o caminho para que o Alceni Guerra viesse a ser nomeado Ministro da Saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - V.Sa. alguma vez participou desses cafés da manhã de segunda-feira, como Líder do Governo, no qual estava presente o Sr. PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nunca participei e ninguém nunca participou. Eu queria trazer novamente esse testemunho - ninguém nunca dividiu a intimidade da relação PC/Fernando Collor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - V. Sa. tem conhecimento de algum ato relacionando o Sr. Olavo Monteiro de Carvalho com o Sr. PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nenhum ato, além do relacionamento pessoal, amizade. E foi assim que me referi na revista **Veja**.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A idéia que temos aqui também formada, aproveitando-se da figura que V.Sa. coloca, é que alguns compromissos de campanha, na campanha presidencial, redundaram na nomeação de alguns cargos para o Governo, como é o caso das indicações do Sr. Luís Ribeiro e outros ligados ao Grupo União. A afirmação que V.Sa. faz, de que há um compromisso ligado à campanha no Paraná, reforça essa tese de que houve uma primeira etapa. Nós tínhamos imaginado, até, que essa reforma ministerial já tivesse feito um pagamento,



zerado tudo e começaria um Governo novo, pagos os compromissos de campanha.

V.Sa. tem conhecimento desses compromissos com o Grupo União? De outros compromissos de campanha que redundavam na nomeação de nomes para a primeira etapa de formação do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. No que dependeu de mim, eu não tenho conhecimento.

Como coordenador político e como a pessoa que tratou da condução política da campanha em vários Estados do Brasil, senão em todos, eu não assumi nenhum compromisso político.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O senhor teve conhecimento de alguém de Alagoas que teve **inside information**, informações privilegiadas que permitiram sacar dinheiro antes do bloqueio de cruzados?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ninguém?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nenhuma informação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para concluir, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O senhor tem algum relacionamento com o Sr. Osvaldo Mero Sales, algum conhecimento das atividades do Sr. Osvaldo Mero Sales?

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Conhece alguma ligação dele com o Sr. PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, ligação formal, não.

O Osvaldo Sales era uma pessoa muito conhecida lá em Alagoas. Era proprietário de um restaurante, depois trabalhou na campanha eleitoral, e é uma pessoa próxima do Sr. Cláudio Vieira, mas não conheço nada além disso.



O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - O escândalo SERVENG-CIVILSAN ocorreu na época em que o senhor era o Líder do Governo. Também nesse caso o senhor teve algum conhecimento? Levou ao Senhor Presidente alguma medida acauteladora, para evitar um desfecho como o SOS Rodovia?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tive conhecimento prévio.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Das atividades do Sr. José Wellington, o senhor tem algum conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheço, é um publicitário. Quando o Sr. Fernando Collor era Prefeito de Maceió, ele era representante da agência de publicidade DEMINOVI, da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Para encerrar, a última pergunta é se o senhor se lembra se a fatura dos cartões apresentados pelo Sr. PC era da American Express ou Credicard, e, em segundo lugar, o senhor deixou, aqui, uma dúvida que gostaria de me dar uma oportunidade de esclarecer.

Quando respondeu a uma pergunta feita por um dos Deputados desta Casa, a respeito de gastos do seu cartão de crédito com despesas pessoais, a idéia que nos ficou é de que o senhor abria uma exceção, dizendo que se fossem despesas pessoais nunca ninguém as pagou, mas se fossem despesas eleitorais poderia até ter havido a possibilidade de serem pagas, digamos, pelo fundo de campanha. Mas é possível fazer despesas eleitorais com um cartão de crédito, ou entendemos mal?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, absolutamente. Eu quero deixar claro, de uma vez por todas, que a minha presença aqui não pode deixar nenhuma dúvida.

A minha presença a esta Comissão Parlamentar de Inquérito só tem sentido se não deixar dúvida.



O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Foi nesse sentido que fiz a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS - Então, não houve pagamento de despesa minha em nenhum momento.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Pessoal ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu viajei muito com o Presidente da República, hospedei-me muito no mesmo hotel que o Presidente durante a campanha eleitoral.

Essas eram despesas de campanha, mas eu nunca dei ao Presidente da República nem a Paulo César Farias, a quem eu pouco vi, nem ao Sr. Cláudio Vieira, o direito de pagar as minhas despesas. Pelo contrário, eu nunca tive com ele nenhum vínculo. Eu fui coordenador político da campanha, na condição de Deputado Federal, de uma pessoa que tinha tido um relacionamento igualitário com ele e que, com os seus subsídios, pagava as suas próprias despesas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A primeira metade da pergunta é se o senhor se lembra se esse cartão da Sr^a Primeira-Dama era American Express, ou Credicard, ou Visa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não me lembro.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não se lembra?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não me lembro, porque o Sr. Paulo César Cavalcante Farias mostrava cópia dos extratos que dizia serem da Primeira Dama, até para ostentar um poder que - hoje, não tenho dúvidas - verdadeiramente tinha.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Sr. Deputado Renan Calheiros.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira, do PDT do Rio de Janeiro.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Senhor Deputado Renan Calheiros, hoje, saímos um pouco de Alagoas e batemos no Paraná. V.Exa. disse que a nomeação do Sr. Ministro Alceni Guerra se deu em função - com outras palavras, é claro - da necessidade de uma composição política.

Essa composição política era para evitar que o então Deputado Alceni Guerra fosse candidato a algum cargo eletivo no Paraná e abrisse caminho para alguma outra candidatura?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Ela decorreu de um entendimento entre o Sr. Alceni Guerra e o Sr. José Carlos Martinez, o que criou condições para que o Governo representasse melhor o Paraná a partir daí; mas o Sr. Alceni Guerra foi, se não me engano, o último ou o penúltimo ministro nomeado.

Eu disse isto para citar que a nomeação do Sr. Luís Romero - até onde eu sei, e só posso dar este depoimento - foi uma indicação do seu irmão Paulo César Cavalcante Farias, porque tentaram dizer em outro depoimento - e é por isto que é preciso sobrepor este - que a nomeação do Sr. Luiz Romero teria sido uma exigência do Sr. Alceni Guerra. Eu não tenho conhecimento disto. Pelo que sei, a nomeação do Sr. Alceni Guerra foi consequência de um entendimento que houve com o Sr. José Carlos Martinez, facilitando ao Governo a sua própria indicação porque, composto o quadro político do Estado, o Sr. Alceni Guerra foi nomeado e o Sr. Paulo César Cavalcante Farias....

O SR. MIRO TEIXEIRA - Desculpe-me; vamos, então, à segunda questão: o Sr. Deputado Alceni Guerra e o Dr. José Carlos Martinez fizeram, então, esse entendimento com a intermediação do Sr. Paulo César Cavalcante Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Dr. Alceni Guerra foi o coordenador de fiscalização da campanha eleitoral. Eu até sugeri, em algum momento



da campanha, convidar o Dr. Alceni Guerra para cuidar, especificamente, dessa coordenação, já que ele havia desenvolvido no Paraná um esquema de fiscalização, com assessoramento jurídico e tudo o que se faz necessário. E foi nessa condição que ele veio a participar da campanha eleitoral.

De modo que a proximidade dele com o núcleo do poder e, sobretudo, com Paulo César Cavalcante Farias, era uma coisa anterior à sua própria indicação para o cargo de Ministro da Saúde do Governo Federal.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas a pergunta foi se o Sr. Paulo César Cavalcante Farias, de alguma forma, interveio nessa negociação para a composição política do Estado do Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Essa foi uma tarefa política. O Sr. Paulo César Cavalcante Farias, por mais que tentasse cumprir papéis, também, na articulação política - porque era uma figura que gostava de se afirmar como a mais importante da campanha, depois do Governo - claro que não era de se limitar às atribuições das tarefas que cumpria. Ele tentou fazer isso em algum momento. Eu, quando pude, reagi. Essa tarefa das conversas com o Sr. Alceni Guerra e o Sr. José Carlos Martinez foram conversas das quais eu próprio participei. O Dr. Alceni Guerra é um exemplo disto.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É evidente que ninguém cria uma idéia falsa sobre fatos inexistentes com a extensão desses que envolvem o Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Isto não surge do nada. É evidente que, na vida pública - e não é o caso do Sr. Paulo César Cavalcante Farias que até não a exerce - ninguém está livre de uma injúria mas, no caso



do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, não se indica apenas um fato. Constata-se a existência de uma teia, de uma rede. Isso não é decorrente de um corte na personalidade de uma pessoa que apregoa prestígio; isso é decorrente de alguém que tem prestígio.

V.Exa. foi Líder do Governo. V.Exa. alega, aqui, razões éticas para não falar. Pois eu invoco as razões éticas para V.Exa. falar. De onde vem diretamente essa influência política do Sr. Paulo Cesar Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ao dizer que há 18 meses não vê o Sr. Paulo César Farias, o Presidente da República tenta com isso dizer ao País que não tem nenhuma responsabilidade com a presença do Sr. Paulo César Farias no Governo. Ao dizer que não o encontra, quer dizer com isso que não tem responsabilidade com o que ele fez.

Por isso o Presidente não respondeu ao meu desafio; que de uma vez por todas dissesse ao País: primeiro, que o Sr. Paulo César Farias não fez tráfico de influência no Governo; segundo, que ele não tinha absolutamente nada a ver com o Sr. Paulo Cesar Farias. Porque esse é o entendimento que o Brasil todo tem hoje, que esta CPI tem e que eu também tenho, e é com a responsabilidade de quem não pode omitir informações, atendendo até à colocação oportuna de V.Exa., que reafirmo tudo que disse perante esta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Exa. reafirma; todos assistimos ao depoimento do Presidente da República; assistimos até a entrevista de V.Sa. ao programa do Jô Soares. Estamos perguntando objetivamente.

O SR. RENAN CALHEIROS - E eu respondi objetivamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Foi a primeira pergunta que eu fiz aqui ao Sr. Pedro Collor de Melo. O Sr. Paulo Cesar Farias não é um simples fanfarrão; não procura demonstrar que tem prestígio; tem prestígio



porque ele resolve casos; libera recursos. Ele disse aqui que fez pedido para liberação de recursos, o que foi confirmado pelo irmão dele. De onde vem, objetivamente, esse prestígio do Sr. Paulo Cesar Farias? V.Sa. foi Líder do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS -Eu respondo da mesma forma que anteriormente. Ele tem prestígio; nomeou pessoas; traficou influência; virou uma figura incômoda; o Presidente passou a dizer que não o via, como a pretender descolar sua imagem das estripulias que ele praticava. Ele tem poder; no dia do aniversário do Senhor Presidente, ele fez questão, na casa do Sr. Eduardo Cardoso, de deixar claro para todos que ali estavam que o Paulo César Farias era uma pessoa prestigiada. Até hoje, faz questão de manter essa linha de raciocínio; em nenhum momento reportou-se sobre o Sr. Paulo Cesar Farias; ele se limita a dizer a, b, c ou d.

Os editores de jornal, no dia seguinte ao seu pronunciamento, num café da manhã no Palácio do Planalto, perguntaram: "E aí, Presidente, o Senhor vai responder ou não às duas perguntas que o ex-Líder lhe fez? O Paulo César Farias tem ou não influência no Governo? Ele tem ou não vinculação com o Senhor"? E, novamente, como aliás em todas as oportunidades, desconversou e absolutamente não respondeu nada.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Sa. foi Líder do Governo, foi parlamentar, tem experiência administrativa. Depondo nesta Comissão, o Sr. Paulo César Farias disse que pediu ao seu irmão, Luís Romero, para liberar recursos para o laboratório LIFAL, de Alagoas. Depois, o irmão do Sr. Paulo César Farias confessou aqui que recebeu o pedido do Sr. Paulo César Farias para liberar esses recursos. Mas acontece que o Sr. Luís Romero, se não me engano - precisarei recorrer às nossas gravações e transcrições - usou a expressão descontinuar. E se ainda



não me engano, o Orçamento de 1990 estava contingenciado sim; o Governo alegou que houve uma superavaliação da Receita pelo Congresso Nacional. Não me ocorre que, para descontingenciar o Orçamento, secretário executivo tenha poderes. E aí nós vamos bater no primeiro escalo do Governo.

Recorro à memória de V.Sa.: houve necessidade de descontingenciamiento desses recursos? Qual a grandeza? V.Sa. falou em US\$ 16 milhões; o atual presidente do laboratório disse que foram US\$ 7 milhões remetidos para lá. Foram US\$ 16 milhões ou US\$ 7 milhões? V.Sa. tem idéia se foi o Ministro da Economia ou o Ministro da Saúde quem diretamente interveio para liberar esses recursos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pelo amor de Deus! Não digam aqui que o meu depoimento encerra alguma contradição. Estou aqui justamente para evitar que isso aconteça.

Quando me referi à liberação de recursos para o LIFAL, de Alagoas, eu disse que as informações - que eram indícios - na oportunidade, e as que agora se tem são de que de junho a dezembro foram liberados 16 milhões de dólares. E usei a expressão "que agora se sabe".

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mas V.Sa. não tem sequer obrigação de saber o número exato.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sim, mas deixem-me explicar para não pairar dúvida a respeito do depoimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Da minha parte não paira.

O SR. RENAN CALHEIROS - Por que o "agora se sabe"? Porque naquele exato dia a **Folha de S.Paulotinha** publicou uma matéria dizendo que de junho a dezembro foram liberados exatamente 18 milhões de dólares.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Quero só pedir a V.Sa. uma objetividade maior - e V.Sa. a tem; demonstrou muitas vezes aqui da tribuna - porque nós temos um tempo aqui implacável, e estamos submetidos a ele.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço a V. Exa. que conclua, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Pergunto à testemunha se já ouviu alguma vez o Sr. Paulo César Farias apregoar, ou se já ouviu, de certa maneira, que o Sr. Paulo Cesar Farias tenha participação direta ou indireta, total ou parcial, em empresas no exterior?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nada além das informações que tenho lido nos jornais.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Nada além?

O SR. RENAN CALHEIROS - Nada além das informações dos jornais.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O Estado de Alagoas tem muitos talentos políticos. Citaram aqui Teotônio Vilela, nosso saudoso companheiro...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - (fora do microfone) - Graciliano Ramos, Pontes de Miranda.

O SR. MIRO TEIXEIRA - ... mas não é um Estado economicamente pujante. Não sei exatamente qual é o Produto Interno do Estado de Alagoas. Não é dos maiores do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS - É dos menores.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É dos menores do Brasil! Mas é curiosa a vocação para atividades aeronáuticas de certas pessoas em Alagoas. Compra-se avião com a facilidade com que se compra Volkwagem em São Paulo. Como é que de repente essas vocações afloraram? A partir de quando, mais ou menos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Quando eu denunciei o gigantismo do esquema de poder paralelo, a imprensa se surpreendeu; o Congresso Nacio-



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com o tempo. Conclua, Deputado Miro Teixeira.

O SR. RENAN CALHEIROS - Com a necessidade de atender a tudo que V.Exa. quer com as suas perguntas.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Sa. fez referência a uma reunião para a qual foi convocado o Vice-Presidente Itamar Franco. V.Exa. passou a Presidência da Mesa para alguém, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Por que V.Exa. pergunta?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Porque eu ouvi aqui uma interpelação a V.Exa. sobre o horário.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não. Aviso a V.Exa. agora que o seu prazo está concluído. Termine, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.

Mas V.Sa. fez referência à presença do Vice-Presidente Itamar Franco em discussões políticas relativas, se não me engano, à sucessão em Alagoas. Foi uma reunião, foram duas reuniões? V.Sa. participou dessas reuniões?

O SR. RENAN CALHEIROS - Duas reuniões no Ministério da Justiça.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Sa. participou?

O SR. RENAN CALHEIROS - Participei das duas reuniões: estavam presentes o Itamar, eu, Geraldo Bulhões, João Lira e o Presidente do PRN, Daniel Tourinho.

O SR. MIRO TEIXEIRA - E nessas reuniões se falou alguma coisa sobre o esquema PC, além da influência do PC nas eleições de Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Essas reuniões eram preparatórias das indicações. Não se falou, até este momento não se tinha indícios das irregularidades que foram levadas mais adiante ao Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Estou satisfeito.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

566

Secretário



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Deputado José Múcio Monteiro, do PFL.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Dr. Renan, o senhor sabe da importância do seu depoimento hoje aqui. Primeiro, pelo peso político que o senhor tem e pelo respeito que esta Casa lhe dedica; segundo, porque o senhor vem aqui como ex-líder do Governo e como o primeiro ex-amigo a depor.

A relação do senhor com o Senhor Fernando Collor de Mello se divide em 3 partes: colaborador, no início da campanha presidencial; líder, no início do seu Governo, e ex-amigo hoje, fase em que se encontram.

O senhor nos falou aqui que chamou a atenção do então Governador de Alagoas, no início da campanha presidencial, para o segundo acordo que havia entre os usineiros...

O SR. RENAN CALHEIROS - Exatamente.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - ...e que havia interferência do Sr. Paulo César Farias. O senhor disse, aqui, que já havia um poder paralelo se instalando no Governo do Estado de Alagoas, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Eu não disse isso aqui em nenhum momento. Para retirar qualquer dúvida que o Deputado possa ter, depois mostro o teor do meu depoimento.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Não estou...

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro. Estou querendo ajudar.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Mas, o senhor falou que tinha alertado Sua Excelência com relação a esse acordo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Alertado, porque alguns usineiros falavam, em Maceió - e era uma consequência até da dificuldade de relação que o próprio Fernando Collor tinha com eles, alimentada ao longo



das dificuldades que tiveram no próprio Governo -, que o Paulo César tinha feito o primeiro acordo, tinha participado do primeiro acordo.

E eu tinha dito: "Presidente, não podemos ter dúvidas sobre isso, porque vamos para um campanha política nacional. A nossa é uma proposta de moralização; o nosso discurso não pode encerrar nenhuma contradição. É preciso não ter dúvidas. Acho que a melhor forma de não permitir que haja dúvidas é não assinar o segundo acordo. Chega a ser uma coisa burra - foi uma expressão que ele talvez até não tenha gostado quando a utilizei - O Senhor está com 15% nas pesquisas de opinião pública, a sua campanha está ascendente, o Senhor pode, na próxima semana, daqui a 10, 12 dias, estar como primeiro colocado nas pesquisas de opinião pública - isso, na verdade, aconteceu - é um ônus que não podemos levar para uma campanha eleitoral."

Naquele momento, parece que eu estava iluminado.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Mas o então Governador disse que não poderia deixar de patrocinar?...

O SR. RENAN CALHEIROS - Que não poderia deixar de fazer. E eu disse, no meu depoimento, que, talvez, naquele momento, Sua Excelência já tivesse assinado. Depois os jornais disseram que Sua Excelência assinou 3 dias antes de deixar o Governo.

Mas Sua Excelência disse que assinaria - o que significa dizer que eu não tinha o número completo de informações - porque se não assinasse, Sua Excelência estaria punindo a quem não entrou na Justiça e privilegiando justamente as pessoas que entraram. Ou seja, punindo aos não cooperados, que não tinham entrado na Justiça, e privilegiando - o senhor sabe bem dessa separação que existe na indústria de Alagoas - os cooperados, que haviam ganho na justiça o direito da assinatura do primeiro acordo.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 567

Secretário



O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Bom, ganha a eleição, o senhor recebe a responsabilidade de representar o Governo, aqui na Câmara. O senhor disse que o Presidente não trouxe para Brasília os melhores quadros das Alagoas. O senhor assistiu à formação da equipe. O senhor chegou, alguma vez, a dizer ao Presidente, a alertá-lo sobre isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ao deixar o Governo...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Não. Na formação.

O SR. RENAN CALHEIROS - Estou respondendo exatamente isso. Ao deixar o Governo, não deixei nenhuma viúva. Ninguém saiu do Governo em consequência do meu rompimento. É o maior atestado que posso dar de que não nomeei nenhuma pessoa no Governo. Nenhuma pessoa foi nomeada para o Governo pelo então Deputado Renan Calheiros.

Hoje entendo, mais do que na época, que não nomeei pessoas no Governo, porque a indicação de pessoas por mim, na prática, conflitou com os interesses desse esquema de poder paralelo. É óbvio.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - O senhor não nomeou. Mas durante a formação, como Líder do Governo na Câmara, o senhor alertou o Presidente? Não coloque esse, porque não é dos nossos melhores quadros, esse não é um bom nome das Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Vou contar um fato que dimensiona exatamente a minha responsabilidade na relação com Fernando Collor.

Em algum momento da composição do Governo, o Presidente Fernando Collor chegou a me consultar, aliás, a me ouvir - consultar é uma palavra muito forte para quem não tinha o poder de nomear, e queria dar essa informação até por quem se considera próximo e não tem essas informações - sobre a indicação da Sra. Rosane Collor de Mello para o Ministério da Ação Social. É um fato novo. E eu disse ao Presidente, com a sinceridade com que estou depondo aqui, com a sinceridade de



quem teve com Sua Excelência o relacionamento que V.Ex.^a acaba de enfatizar: eu considerava uma decisão precipitada, porque D. Rosane iria virar o refletor do seu próprio Governo. Tudo que ela fizesse à frente do Ministério iria, inevitavelmente, ser da responsabilidade do Presidente. Creio que parte da mágoa que ela tem de mim e até a sua ostensiva participação na eleição de Alagoas seja um pouco em decorrência desse fato, que trago com exclusividade para a própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Estou terminando, Sr. Presidente.

O senhor diz que não tem nenhum ressentimento com relação ao resultado das eleições de 90, já superou essa fase.

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro, estou curado.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Mas o senhor tem evidentes ressentimentos dos métodos usados na eleição de 90.

O SR. RENAN CALHEIROS - Ressentimento não tenho. Tem ressentimento quem, embora obtendo 35 milhões de votos, não tem capacidade para governar o Brasil, não consegue alavancar o crescimento econômico do País, nos dar uma política econômica capaz de fazer com que os trabalhadores... Ressentimento tem quem não tem capacidade de compor a maioria congressual; quem faz uma reforma apressada para tentar descolar essas coisas, que a CPI está apurando, da sua imagem; quem não consegue criar sequer fatos políticos. Esse é o verdadeiro ressentimento. Não quero dimensionar a questão da eleição de Alagoas, porque está superada. Estou lá numa frente de oposição, convivendo pacificamente com o Deputado José Thomaz Nono, com o Senador Divaldo Suruagy, com o Senador Teotônio Vilela Filho, com todas as pessoas com as quais até divergi no passado. Quer dizer, é a maior demonstração de que não há ressentimento. Invoco o testemunho do Deputado José Thomaz Nono.



O SR. RENAN CALHEIROS - Acho que era uma demonstração de poder político do Governo, através do seu esquema de poder paralelo, de impedir que alguém, embora tendo 60% da preferência da opinião pública; na véspera da eleição, com 15% à frente do somatório dos outros candidatos juntos; no dia da eleição, nas pesquisas de boca-de-urna, como ganharia no primeiro turno, de repente, não pode exercer o direito de ganhar a eleição e anulou os votos, em consequência, porque não era uma pessoa subserviente a esse esquema de poder. É nesta condição, de alguém que enfrentou esse esquema de poder, com a coragem que Deus me permitiu, que estou aqui depondo e, sinceramente, tentando responder às indagações de V.Exa.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado José Múcio Monteiro.

Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, antes de fazer algumas perguntas ao Deputado Renan Calheiros, quero dizer que fui citado por S. S^a, no início. Pretendo fazer um pronunciamento no Senado, hoje, como Senador, como Líder do Governo e como Líder do Presidente Fernando Collor, com respeito à entrevista que dei que a imprensa falada e escrita comenta já há dois dias.

Quero dizer a esta Comissão e ao depoente que falei que a lei era falha concernente à sonegação e quem quisesse sonegar neste País sonegava - como força de expressão. A imprensa deu a entender que este Senador sonegava ou sonega.

Quero chamar a atenção desta Casa para o fato de que fui cassado em 1969. Os militares examinaram minha vida pública e particular durante 8 anos e tenho documento atestando que nada encontraram. Como



homem do Nordeste, como homem de palavra, nunca soneguei, nunca sonegarei, não seria doido. Se eu tivesse rabo de palha e sonegasse, da mesma maneira que os militares investigaram minha vida, faço questão que o Fisco faça a mesma coisa agora, para dar a resposta. Não tenho rabo de palha nem tenho medo de assombração; respondo por mim mesmo, pelo meu mandato e pela responsabilidade que tenho junto ao povo de Pernambuco. No Senado da República falarei sobre esse assunto.

Essa é a resposta que dou ao meu amigo Renan Calheiros.

Deputado Renan Calheiro, V. Sa. sempre foi amigo do Presidente Fernando Collor?

O SR. RENAN CALHEIRO - Fui Deputado Estadual eleito como consequência da necessidade de pessoas que cumpriam tarefas no movimento estudantil de serem candidatos a eleição de 1978. Como Deputado Estadual, divergi do então Prefeito Fernando Collor de Mello, nomeado Prefeito de Macéio pelo então Governador Guilherme Palmeira. Tivemos um nível de divergência política respeitoso, tanto que isso permitiu, criou condições para que em 1986 fizéssemos uma aliança e juntássemos uma frente e juntos estivéssemos no mesmo palanque na eleição de Alagoas.

O SR. NEY MARANHÃO - Durante a sua campanha ao Governo, o senhor recebeu ajuda do grupo Quintela de São Paulo. O senhor procurou o então Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, defendendo interesses desse grupo?

O SR. RENAN CALHEIRO - Nunca recebi ajuda do grupo Quintela e nunca procurei o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Alberto Policaro, para tratar especificamente de interesse, nem desse grupo, nem de outro qualquer. Falo com a autoridade que tenho deste Governo, porque tenho a minha vida limpa.



Invoco a necessidade de ouvir-se o ex-Presidente do Banco do Brasil, Dr. Alberto Policaro, especificamente sobre esse problema.

O SR. NEY MARANHÃO - Dr. Renan, é verdade que três jatinhos da AM - viação executiva, e mais um jatinho da ECOBRÁS Construção Civil, estiveram à sua disposição 24h por dia, durante o período em que o senhor era Líder do Governo e até o final da campanha do governo de Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu tive a preocupação de explicar, aqui, esse detalhe da prova porque eu sabia do nível de enfrentamento ao qual teria que me expor. Foi sempre assim. Quando o Presidente Fernando Collor pediu que eu voltasse ao Governo, Sua Excelência pretendia um símbolo contra o enfrentamento desse Sr. Paulo César Farias, contra o seu esquema de poder paralelo; alguém que pudesse, da forma que ele exibiu na campanha eleitoral, no segundo debate com o Lula, mostrar-se à opinião pública como uma pessoa limpa. Não tinha nenhum jatinho à disposição durante minha campanha eleitoral.

O SR. NEY MARANHÃO - A última pergunta, Sr. Presidente.

Deputado Renan, falamos aqui sobre esse problema de cartão de crédito e V.Sa. já deu as devidas explicações. Eu queria saber apenas o seguinte:

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu quero que V. Exa. fique extremamente à vontade. Se for preciso, repetirei quantas vezes for necessário.

O SR. NEY MARANHÃO - Dentro dessa linha, o senhor sabe o respeito e a admiração que eu tenho por V. Sa. independente de qualquer problema político.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não tenho dúvidas.

O SR. NEY MARANHÃO - A última pergunta, Sr. Presidente. Gostaria de saber se o Deputado Renan Calheiros abre mão de seu sigilo ban-



cário e dos seus cartões de crédito de 88 e 89.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu peço à Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir da formalização das denúncias do Senador Ney Maranhão, se for o caso,- até indago a V.Exa. se é o caso - que fique inteiramente à vontade; que minha vida pessoal possa ser, a exemplo do que S. Exa. disse ter havido na sua vida, durante a ditadura, fiscalizada. Se esse for o desejo da Comissão Parlamentar de Inquérito, quero dizer que nada tenho a temer e que fico inteiramente à disposição.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito com a resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Benito Gama) - Para a Presidência não ficou claro, Senador Ney Maranhão. A conclusão da pergunta, para efeito administrativo, foi atendida pela resposta?

O SR. NEY MARANHÃO - Atendida. Ele se colocou à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu disse que se for tema de preocupação da Comissão Parlamentar de Inquérito, se houver a formalização dessa denúncia e se essa quebra de sigilo ajudar, eu tenho a minha vida absolutamente limpa. Agora, isso tem que ser, rigorosamente, uma determinação de prioridade da Comissão.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito com a resposta. Cabe ao Relator a decisão final.

O SR. PRESIDENTE(Benito Gama - Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Deputado Renan Calheiros, V. Sa. mencionou os processos. Temos conhecimento aqui, de que teriam sido arquivados. Salvo em condições especialíssimas, é impossível arquivar, juridicamente, um processo penal. O senhor usou a palavra arquivar no sentido de que eles estão atirados na gaveta e não têm tramitação. É



isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não sei, na verdade, o porquê do arquivamento. É esse o motivo da minha dúvida.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, o arquivamento de que o senhor fala é o arquivamento judicial? O juiz deu um despacho arquivando?

O SR. RENAN CALHEIROS - A IstoÉ chegou a denunciar que esses inquéritos quase foram parar na Vara de Trânsito de Maceió. E de lá para cá, não se sabe mais qual é a destinação deles. Por isso é importante que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apure isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Obrigado, Vamos mudar de assunto. Em 19 de novembro de 1990, a imprensa veiculou a seguinte afirmação de V.Sa.: "se eu estivesse atrás de dinheiro sujo para a minha campanha, aceitaria a proposta que Paulo César Farias, o PC, ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor, me fez no início do ano. Ele queria me financiar em troca da indicação de três Secretários e do controle sobre as concorrências das obras de Alagoas".

O SR. RENAN CALHEIROS - É tudo verdade! Quando as reuniões que fizemos na casa do Paulo César Farias não significaram nada, do ponto de vista do entendimento com relação à especificação de um candidato; quando se tornaram infrutíferas as reuniões que fizemos no Ministério da Justiça, com Bernardo Cabral e com Itamar Franco; quando eu disse para o Presidente da República : "Veja, Presidente, há um problema, de fato. Não posso tornar-me um prisioneiro do Sr. Geraldo Bulhões na estrutura partidária do PRN em Alagoas. Ou Geraldo Bulhões vai continuar presidente e eu vou continuar líder e Deputado Federal - e aí é uma opção das forças políticas do meu Estado - ou, em sendo candidato, tenho de ter o controle do Partido em Alagoas - é óbvio - ou não teria como indicar meu nome na convenção".

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 571

Secretário



O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS - Senador, apenas um momento, para que eu possa colocar um detalhe...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Esse tempo é o meu.

O SR. RENAN CALHEIROS - O tempo é senhor da razão. Só um detalhe, para fazer esta colocação.

Nesse momento, o Presidente da República chamou Itamar Franco e Bernardo Cabral, e mandou que eles aconselhassem o Daniel Tourinho, Presidente do PRN - que pode testemunhar, a exemplo do Itamar e do Bernardo, esses fatos - para que fizessem a intervenção no Partido em Alagoas. Ou seja, interveio, tirando da Presidência do PRN, em Alagoas, o então Deputado e hoje Governador Geraldo Bulhões. Diante dessa evidente demonstração de minha força política, consequência do cargo que eu exercia e do desdobramento dos fatos no Congresso Nacional, o Sr. Paulo César Farias, enxergando naquilo um gesto que apontava no sentido do direcionamento do apoio do Presidente da República, procurou-me para dizer que, se eu fosse o candidato do Presidente ao Governo de Alagoas, ele estaria disposto a me ajudar. Ora, meu Deus, isso aconteceu comigo! Está nos jornais, e o Senador traz à discussão muito bem. O Sr. Paulo César disse-me que estaria disposto a financiar minha campanha desde que eu criasse condições para que ele indicasse três Secretários - ele indicou três Secretários no Governo Bulhões, inclusive o irmão - e controlasse as obras do Governo de Alagoas. Eu disse secamente - queria reproduzir aqui, na Comissão de Inquérito - ao Sr. Paulo César Farias : "não aceito ser Governador de Alagoas dessa forma".

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor usou a expressão "dinheiro sujo". O que o senhor quis dizer exatamente com essa expressão?



O SR. RENAN CALHEIROS - Dinheiro sujo seria o dinheiro proveniente do tráfico de influência que começava a aflorar. A proposta era espúria e denotava que, sendo uma proposta para controlar obras e indicar Secretários - como indicou no governo do Geraldo; seu próprio irmão foi Secretário de Saneamento e se desincompatibilizou para ser candidato a vereador -, o dinheiro era, inequivocadamente, sujo. Repeiti essa frase, ao longo desses 20 meses, em algumas oportunidades.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É verdade. Também em entrevista publicada pela **Folha de S.Paulo**, em 21 de junho de 1992, V.Sa. faz referência a algo que poderíamos chamar de tentáculos do esquema PC Farias. Esses tentáculos estariam mais ou menos definidos por V.Sa. assim: no Ministério da Ação Social, a influência é do piloto Jorge Bandeira, que seria o comandante do esquema. Confere?

O SR. RENAN CALHEIROS - Falavam da influência do comandante Jorge Bandeira no Ministério da Ação Social. Eu queria até, com relação a esse fato, dizer que algumas matérias, na iminência do furo que a revista **Veja** deu, foram compostas a partir de declarações minhas, citando nomes; essas declarações não conferem, não são verdadeiras, não foram entrevistas. Tanto que, no caso que eu queria citar, liguei para o Rui Nogueira, Editor da **Folha de S.Paulo** aqui em Brasília, dizendo que uma entrevista na **Folha de S.Paulo** não reproduzia a verdade com relação à especificação de nomes.

Senador, como eu disse no início, não quero adentrar nisso de especificar nomes, porque seria leviano e exigiria uma comprovação. Por isso é que tenho procurado situar nesses limites o meu depoimento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que o senhor acaba de dizer-me vale também para essa afirmação de que, no Ministério dos Transportes, o



comandante seria o Luiz Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS - Isso era mais evidente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sérgio Nascimento, Chefe de Gabinete de Zélia Cardoso de Mello?

O SR. RENAN CALHEIROS - Falavam, na época do Governo, que era uma pessoa do Paulo César Farias, e que teria caído em função de uma queda de braço da Ministra com o Paulo César.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor tem referências vagas, de ouvir falar, então. Nada de objetivo mesmo.

Deputado, o senhor seria capaz de relacionar o nome dessa comissão através da qual o PC coordenava a escolha do pessoal do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não tenho nomes e até lamento não ter tido acesso a isso, mas penso que a melhor forma - até sugeri isso aqui, se me permitissem, eu gostaria de sugerir novamente à Comissão Parlamentar de Inquérito - é pedir que o Governo informe ou mande o documento de procedimento da nomeação das pessoas no Governo. Penso que é a melhor forma de comprovar a avaliação desse critério.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Vou lhe fazer uma pergunta circunstancialmente delicada: o senhor está descrevendo, como outros já o fizeram, com o Richelieu de Alagoas, não é verdade? Um homem que exerce o poder presidencial, detrás dos reposteiros, tem que ser inteligente, tem que ser criativo, e, pelo depoimento muito objetivo, sobretudo na primeira parte de V.Sa., ele tem condições de influir em quase todas as dimensões político-administrativas do País, desde que referidas à Presidência da República. Essa síntese está correta?

Uma das dimensões mais importantes de V.Sa., que foi Líder do Governo, é a influência que o Governo tem na formação da Comissão Mis-



ta de Orçamento do Congresso.

Faço objetivamente esta pergunta: o PC teve condições de influir e escolher nomes para compor a Comissão Mista de Orçamento aqui do Congresso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não tenho essa informação, Senador, e, no que dependeu de mim, não.

Como Líder do Governo no Congresso Nacional, procurei imprimir à Liderança do Governo uma prática política absolutamente nova.

O Deputado Humberto Souto está ali presente, e tive mais do que a honra, o orgulho de tê-lo indicado meu vice-Líder durante todo o período em que exerci a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Isso é um fato que marcará a minha biografia.

Não tenho, realmente, essa informação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Deputado, V.Sa. nos está propiciando um depoimento que ficará na história em matéria de objetividade. Comparado com os pronunciamentos que fez na imprensa, o seu depoimento hoje é descritivo de fato, e é o que nos importa, porque a opinião pode ser muito rica, muito inteligente, mas não pode ser considerada. O que vamos ter que considerar, ao fazermos o nosso relatório, são os fatos. E hoje o senhor realmente, na primeira parte do seu depoimento, foi muito objetivo, muito descritivo, que é a função. Embora se fale muito que é um depoimento político, tudo bem, as irradiações de consequências são políticas; mas a função é jurídica e tem que ser descritiva.

Então, a meu ver, só há um espaço onde o seu depoimento fica ambíguo, e o meu objetivo é que isso seja clareado. Já lhe foi formulada a pergunta com um determinado sentido, de uma forma argumentativa, e a resposta, então, foi prejudicada por esse impacto da pergunta. Quero fazer-lhe serenamente a pergunta. Quem fala foi candidato a Vi-



ce-Presidente da chapa de Lula: na campanha, os procedimentos dos quais fomos vítimas já careciam de uma cobertura financeira muito forte. Por exemplo, dar um apartamento - isso a imprensa noticiou - para Mirian Cordeiro. É preciso staff financeiro; assalariar durante um certo período; colocar num jornal de Brasília uma notícia de que o Bisol foi processado e cortar na metade; primeiro, dizer que não foram processados todos os Deputados do Rio Grande do Sul; só o Bisol. Depois, cortar pela metade, não colocar que já havia uma sentença absolvendo. É preciso dinheiro para fazer isso aí. Pagar a uma pessoa pobre para montar um processo civil completamente absurdo, ridículo, só porque o Bisol foi fiador, nada tinha a ver com o negócio. Para tudo isso é preciso dinheiro. A pergunta que quero formular ao senhor, e é a seu favor, é no sentido de tornar definitivamente objetivo o seu depoimento - é: como o senhor não ficou sabendo disso, ou seja, que esse esquema PC já funcionava na campanha eleitoral presidencial?

O SR. RENAN CALHEIROS - Mas o PC cumpriu uma tarefa específica e reconheceu isso, aqui, na própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui tenho uma série organizada cronologicamente de entrevistas, porque o Presidente mesmo disse que indagou por que eu só estava falando isso agora.

Ora, não tínhamos nenhuma informação de como aconteciam e evoluíam essas coisas do dinheiro na campanha. Essa era uma tarefa do Sr. Paulo César Farias. Cuidei especificamente da coordenação política da campanha e nunca tive a preocupação - e queria dar esse depoimento - de procurar saber do andamento, da velocidade e da capacidade de arregimentação de recursos da campanha eleitoral.

Acreditem os senhores que se tivesse essa informação eu mesmo seria o primeiro a trazê-la à Comissão Parlamentar de Inquérito, por-



que a minha presença aqui é, sobretudo, a presença de uma pessoa que quer, verdadeiramente, ajudar este momento delicado da vida política nacional.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Era esse o esclarecimento que pretendia deixar colocado no seu depoimento porque amanhã vão sustentar a incoerência: "Mas como? Só viu depois?"

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro, mas está certíssimo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E, agora, V.Sa. prestou o esclarecimento necessário e, como já terminou meu tempo, vou deixar de fazer as outras perguntas que havia anotado.

O SR. RENAN CALHEIROS - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Dr. Renan Calheiros, o senhor foi parlamentar, Deputado Estadual, Deputado Federal por duas legislaturas, líder de bancada e conhece bem o que é uma CPI, como funciona e quais as suas limitações. E o senhor também é advogado militante.

Na entrevista à **Veja**, fizeram-lhe a seguinte pergunta: a CPI está fazendo o seu trabalho direito? E a resposta foi: "Se a CPI apurar fundo e desenterrar o estelionato..." - o termo foi estelionato - "... de PC no Banco Central, pode dar cadeia e seqüestro de bens. Se PC for pego apenas por sonegação, irá aparecer um jeitinho, um arranjo."

Estelionato é uma figura típica, prevista no Código Penal, no art. 171.

O crime de estelionato consiste em obter para si ou para outrem vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.



Gostaria de perguntar a V.Sa., primeiro: quando se referiu a estelionato, a referência foi à prática específica do delito previsto no Código Penal, dentro desta conceituação, ou usou genericamente o termo, como sinônimo de fraude, o que ocorre muito? Segundo, como V.Sa. mesmo colocou que para a CPI ter sucesso é fundamental aprofundar o exame desse estelionato, que V.Sa. especifique bem no que ele consiste e o que devemos nós, da CPI, fazer para aprofundar a investigação, já que V.Sa. mesmo, na sua entrevista, coloca isso como fundamental para o sucesso dos nossos trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS - Quando me referi a estelionato é porque as informações que possuo são de que o crime havia sido tipificado como de estelionato, mas só esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter, na verdade, condições de ter acesso a todas essas informações: se é verdadeiramente estelionato ou se a tipificação é essa; se o processo está arquivado, se o crime prescreveu - com certeza acho que o crime não prescreveu. Acho que esse deverá ser - se puder sugerir até o faço nesse sentido - o caminho que, porventura, possa ser seguido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queria dizer ao Deputado Odacir Klein, que é um dos grandes Líderes que esta Casa já teve em todos os tempos, que foi, sem demérito para ninguém, um dos maiores líderes que a Oposição já teve ao longo da sua história, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é a mais importante de toda a História deste Parlamento. Não tenho sobre isso nenhuma dúvida. E uma rara oportunidade que temos para fazer estancar essa sangria absurda de desvio de recursos públicos neste País. O Brasil inteiro olha esta Comissão Parlamentar de Inquérito com esses olhos. Não tenho dúvida de que se os depoentes, as testemunhas, ajudarem no sentido de apontar caminhos - modestamente estou aqui me colo-



cando na condição de alugém que quer, Presidente Benito Gama, dar uma pequena colaboração -, no sentido de apontar caminhos, não tenho nenhuma dúvida, vamos chegar, Deputado Odacir Klein, a um excelente desfecho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, se V.Ex^a me permite um esclarecimento, é a segunda vez que tocam nesse mesmo assunto dos processos do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Gostaria de conceder a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein, depois, concedo-a a V.Ex^a

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E um esclarecimento que ganha tempo. V.Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Dr. Renan Calheiros, apenas com a preocupação de termos condições efetivas de apuração da verdade na CPI é que insistiria que V.S^a nos pudesse fornecer maiores detalhes a respeito das operações, para que possamos ter conhecimento, até, de como agir-mos na busca dessa elucidação.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não possuo mais detalhes além dos que já li nas revistas, nos jornais de Alagoas e, sobretudo, do fato de que o processo havia sido arquivado não sei nem por que, nem como - e há pouco indagava aqui do Senador Maurício Corrêa -, em que condições jurídicas, isso poderia ter, na verdade, acontecido. Por isso, reafirmo que só a Comissão Parlamentar de Inquérito pode acessá-las. Eu mesmo me colocaria à disposição de tentar chegar a Alagoas e obter essas informações e me comprometo no sentido de trazê-las de volta.

O SR. ODACIR KLEIN - Apenas pergunto a V.S^a se teria declarado que o Presidente da República disse ao Sr. PC Farias que ele deveria



limpar o seu problema com o Banco Central antes do início do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, fiz uma frase que dizia que o Sr. Paulo César Farias era a extensão do Presidente da República - e o entendendo como tal -, tanto que reafirmei tudo que disse à revista **Veja**. E que o Presidente havia preparado o Sr. Paulo César para cumprir tarefas nacionais e até brinquei com relação à costeleta, ao bigode. Foi com esse sentimento que fiz a frase e a reproduzi aqui neste depoimento.

O SR. ODACIR KLEIN - Agradeço a V.S^a.

O SR. RENAN CALHEIROS - Obrigado, Deputado Odacir Klein.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, do PFL.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, primeiro, desejava, de certo modo, cumprimentar o depoente na medida em que V.S^a não se furtou àquilo que já havia declarado à imprensa, nos últimos dias, que viria a esta Comissão Parlamentar de Inquérito prestar um depoimento eminentemente político, e o fez. Aqui, reiterou que seu depoimento é eminentemente político e, portanto, ficou claro que V.S^a não se sentia na obrigação, nem no dever processual, de trazer às suas declarações qualquer prova do que estava afirmando, como aqui afirmou. De modo que merece ser cumprimentado por isso. O seu depoimento é eminentemente político, V.S^a, ao longo do mesmo, está emitindo as mais variadas opiniões, de certo modo, como o fez durante todos os anos da sua vida política: opiniões variadas, posições políticas variadas - isso não constitui nenhum delito, nenhum crime, nem do ponto de vista criminal, nem do ponto de vista ético, nem moral. V.S^a deve ser cumprimentado por isso.



O depoente, fez duas afirmações que me pareceram deveriam constituir-se no centro do seu depoimento, na realidade, poderiam constituir-se - e V.S^a disse que o fez dessa forma acompanhado da devida prova. V.S^a disse que o então Ministro da Justiça Bernardo Cabral, assistiu a sua conversa com o Presidente da República. Disse isso à imprensa e repetiu, hoje, novamente, na qual fazia denúncias da interferência do Sr. Paulo César Farias...

O SR. RENAN CALHEIROS - Levava indícios de irregularidades.

O SR. ODACIR SOARES - levava indícios - melhor ainda, V. Sa. está tornando mais transparente o meu raciocínio. V. Sa. dizia, fazia essas acusações e fez essas acusações, como reafirma agora, na presença do Ministro Bernardo Cabral.

V.Sa. disse, também, logo no começo de seu depoimento, que o Ministro Bernardo Cabral não ouviu mais do que o senhor afirmou naquela ocasião.

O Ministro Bernardo Cabral já veio à imprensa e declarou que efetivamente assistiu ou ouviu a sua conversa com o Presidente da República, mas que naquela conversa o V. Sa. se limitou a narrar fatos relacionados com as eleições que estavam ocorrendo no Estado de Alagoas e isso logo depois do primeiro turno, quando V.Sa. não havia logrado obter o coeficiente necessário para evitar o segundo turno. E sobre a interferência do Sr. Paulo César Farias com a máquina governamental estadual...

O SR. RENAN CALHEIROS - Não disse isso.

O SR. ODACIR SOARES - ...com a máquina governamental estadual na qual interferiu o Sr. Paulo César Farias.

O Ministro Bernardo Cabral disse que ouviu exatamente isso, que V.Sa. não fez nenhuma afirmação relativa ao à influência do Sr. Paulo



César Farias, junto ao Governo Federal.

Então, queria perguntar se o depoente tem alguma razão, de qualquer ordem, moral, política, ética ou o que for, que tenha levado o Ministro Bernardo Cabral a mentir aos veículos de comunicação do País, relativamente a sua denúncia.

O SR. RENAN CALHEIROS - Pelo contrário, eu, ao iniciar meu depoimento, parabeneizei a coragem cívica, patriótica do Ministro Bernardo Cabral. O Ministro disse exatamente a verdade, que eu levei amargas queixas ao Presidente, não quis chamar de indício de irregularidade sobre a evidente participação da máquina administrativa do Governo do Estado de Alagoas e da influência do Paulo César Farias. É óbvio que a influência do Paulo César Farias, ao Ministro se relacionar a isso, é no Governo Federal. Até citei, aqui, exemplos de pessoas que jamais poderia citar como pessoas influentes no Governo com relação à eleição de Alagoas, que absolutamente não tinha nada a ver com o Presidente Fernando Collor, e não é o caso do Paulo César Farias.

O SR. ODACIR SOARES - Queria repisar essa indagação que é muito importante.

A **Folha de S. Paulo**, do dia 24 de junho, publicou, na seção painel do leitor, a seguinte carta, do Ministro Bernardo Cabral ao editor:

"Confirmando a correção do texto da reportagem contida na página 7, Primeiro Caderno, edição de 23 de junho de 1992, sob o título "Cabral confirma que Renan avisou Collor de ação de PC em Alagoas" - o próprio jornal dizia isso -, quero assinalar que há um descompasso entre o mesmo e o título da Primeira Página, oito colunas: "Collor sabia sobre PC, afirma Cabral", eis que este último título pode induzir o leitor a um equívoco sobre o que afirmei. O que destaquei é ter sido o



Presidente Collor avisado da ação de Paulo César Farias no pleito eleitoral de Alagoas.

Assinado Bernardo Cabral, ex-Ministro da Justiça, Brasília, DF, data de 24 de junho de 1992".

O SR. RENAN CALHEIROS - É exatamente isso que V.Exa. acaba de ler.

O SR. ODACIR SOARES - Agora, queria chamar a atenção apenas para um outro fato importante, que V. Sa. declarou e que, como já disse, pareciam ser esses os pontos centrais...

O SR. RENAN CALHEIROS - V.Exa. me ajuda a confirmar a ação do Paulo César Farias.

O SR. ODACIR SOARES - ...do seu depoimento.

V.Sa. disse que num certo momento foi ao Presidente da República e aconselhou-o a sugerir ao Sr. Paulo César Faria que ele deixasse o Brasil e passasse a residir no exterior, tal seria a sua influência no Governo. Essas são declarações do depoente.

Tenho duas perguntas a fazer. A primeira pergunta é a seguinte: por que o depoente, se tinha indícios veementes de corrupção, praticadas pelo Sr. Paulo César Farias, e fez essa denúncia ao Presidente e não tendo o Presidente tomado nenhuma providência, relativamente a isso, nesse momento não renunciou a sua condição de Líder no Governo na Câmara dos Deputados?

O SR. RENAN CALHEIROS - Acho que se V.Exa. tivesse tido a preocupação que tentei dar com o que significa indício de irregularidade, já teria respondido a sua pergunta.

O SR. ODACIR SOARES - Como disse no começo V.Sa., está fazendo um pronunciamento político.



O SR. RENAN CALHEIROS - Levei indícios de irregularidades e pedi para que o Presidente procedesse à apuração. Mas, meu Deus, agi errado dessa forma? Agora, diante dos indícios de irregularidades, talvez fosse prudente para o Presidente, se não quisesse entrar numa fria, a expressão que usei foi essa, que mandasse esse cidadão embora do País, o que não significava dizer que o fato de ir embora não era sinônimo de impunidade, era ir embora para que ele não continuasse mais a delinqüir, a traficar influência.

O SR. ODACIR SOARES - Por que não tendo o Presidente agido conforme V.Sa. recomendara, V.Sa. ferido na sua qualidade ética e moral, não abandonou, nesse momento, sua condição de Líder do Governo, só o fazendo posteriormente por carta dirigida ao Presidente da República? Essa a primeira pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS - Já respondi.

O SR. ODACIR SOARES - V. Sa. não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço ao Sr. Renan Calheiros que aguarde o nobre Senador concluir a pergunta para que dar a resposta.

O SR. ODACIR SOARES - Estou satisfeito, porque as respostas são gravadas. Vou fazer a última pergunta: o depoente declarou que, durante sua campanha para o Governo de Alagoas, foi procurado pelo Sr. PC Farias...

O SR. RENAN CALHEIROS - No desdobramento das duas reuniões e depois dos dois encontros no Ministério da Justiça, diante da orientação do Presidente da República, através do Vice Presidente Itamar Franco e do Ministro Bernardo Cabral, para que Daniel Tourinho procedesse à intervenção no partido de Alagoas. Todos são testemunhas! Todos, sem exceção! E acho que nenhum deles se recusa a confirmar na CPI



esse fato. O Paulo César Farias, diante dessa evidente demonstração de que o Presidente poderia se inclinar no sentido da minha candidatura, procurou-me e fez essa proposta. Isso não é de hoje! Até nem coloquei essas informações na revista Veja. Sabe por que não coloquei isso e outras coisas mais que acabei revelando aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito? Porque eu não queria abrir espaço para a provinciana discussão da eleição de Alagoas, porque eu sabia que o Presidente da República ia, da mesma forma que procedeu no meu rompimento, ao pedir ao então Ministro Jarbas Passarinho - a quem respeito muito e por quem tenho a maior consideração - que lesse uma nota. Visivelmente constrangido - e quem viu essa cena se recorda -, o Ministro disse que as minhas críticas - que reproduzo agora - eram consequência de ressentimentos de campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - O que o depoente disse está gravado e naturalmente o Relator vai utilizar da forma mais correta possível, como é do seu feitio. O depoente declarou aqui que foi procurado pelo Sr. Paulo César Farias, no conjunto dessas considerações que acaba de fazer e que este lhe fez uma proposta suja de financiamento da sua campanha eleitoral e que, ao mesmo tempo, pediu-lhe três cargos de secretário no governo que S.Sa. viria a ocupar se fosse vitorioso.

O SR. RENAN CALHEIROS - Coincidentemente acabou nomeando o irmão secretário.

O SR. ODACIR SOARES - V.Sa. procurou, ao longo do seu depoimento, demonstrar não ter nenhum tipo de intimidade, nenhum tipo de relação, nenhum tipo de vinculação com o Sr. Paulo César Farias.



Inexistia qualquer tipo de relação, de amizade, de vinculação entre o Sr. Paulo César Farias e o Senhor, de que maneira, movido com que coragem ou através de quem, através de quem? Através de pessoas foi possível o Sr. Paulo César Farias fazer uma proposta tão indecente como essa a V.Sa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Essa proposta, que era, na verdade, uma proposta política...

O SR. ODACIR SOARES - O senhor falou em proposta suja!

O SR. RENAN CALHEIROS - Falei em dinheiro sujo, não em proposta suja. Essa é uma proposta que a gente, muitas vezes, é obrigado a conviver com ela! Segue quem quiser seguir! Não sei se a orientação é no sentido de que eu pudesse ter seguido a proposta. Imagino, pois conheço V.Exa. muito bem. Essa proposta não era a primeira que Paulo César Farias havia me feito com relação à ocupação de espaços políticos junto a mim. Ele já fez outras propostas!

O SR. ODACIR SOARES - V.Exa. antes não havia se tomado de ira sagrada para repeli-la!

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, porque há fatos que devem ser separados! E V.Exa., talvez, não queira entender que esses fatos têm um divisor de águas, que é o divisor de águas que vai até onde o Presidente sabia da irregularidade ou não; até onde, da minha parte, comuniquei ou não; até onde vai o fato de o Presidente ter tomado ou não algumas medidas para evitar que isso acontecesse! Procurei ser didático. Posso até não ter tido aqui, ao longo do depoimento, facilidade para fazer essas colocações. Talvez a dúvida seja de mais alguém: do Presidente, do Relator, do Senador Maurício Corrêa...

O SR. ODACIR SOARES - Com relação a essas questões, estou satisfeito. Queria mais uma vez elogiar o depoimento do Deputado Renan



Calheiros pelo fato de S.Sa. ter deixado bastante claro que está aqui prestando um depoimento político sem nenhuma conotação com a prova, com a obrigação de ter de provar, de ter de instruí-la...

O SR. RENAN CALHEIROS - Não entendi o que V.Exa. tentou dizer..

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ISSO É a opinião dele, e não da comissão.

O SR. ODACIR SOARES - Já disse isso no início da minha inquirição. O depoente está, do ponto de vista do Direito, simplesmente emitindo opiniões, sem trazer prova alguma. Qualquer estudante de primeiro semestre de Direito sabe que a acusação sem prova é mera opinião, é mero bate-boca e mero boato. Tentar conceituar, do ponto de vista do Direito Penal, de maneira diferente o depoimento do depoente é querer inovar o Direito Penal, com todo o respeito pelos juristas que aqui estão.

Quem emite um conceito no sentido de dizer que acusação, que denúncia sem prova tem valor legal, parece-me que ainda está no primeiro semestre de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Odacir Soares, V. Exa. concluiu?

O SR. ODACIR SOARES - Concluí, Sr.Presidente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, estamos aqui observando comportamentos que ferem a ordem da CPI, que, se adotados como prática, poderão inibir as possíveis futuras testemunhas.

Por exemplo, um dos nossos companheiros de CPI pediu que ele permitisse fosse investigada a sua vida em termos de cartão de crédito. Por outro lado, argumenta-se que o depoimento não tem validade al-



guma. Isso tenta desqualificar os depoimentos, esvaziar a CPI e intimidar os depoentes.

Para boa ordem dos trabalhos e para que as testemunhas possam vir depor com tranqüilidade, com serenidade nesta Comissão, V. Exa. tem que garantir que a testemunha seja preservada no seu direito, de acordo com a lei que V. Exa. leu. Fere-se o direito da testemunha quando se tenta fazer juízo de valor sobre um testemunho. Não sei em que escola de Direito o nobre Senador estudou, mas, ao que me consta, testemunha faz parte de prova e prova testemunhal faz parte do Direito. Não sei a que escola o nobre Senador acaba de se referir.

O SR. ODACIR SOARES - Nacional de Direito, Universidade do Brasil.

O SR. MARCELO BARBIERI - Gostaria que o Presidente garantisse que a testemunha tivesse o seu direito garantido. Esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, quero dizer que essa tese é nossa desde os primeiros depoimentos que foram aqui feitos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A testemunha tem todos os seus direitos garantidos.

O requerimento sobre os cartões de crédito, feito pelo Senador Ney Maranhão, foi em função de uma possível vinculação da testemunha com o Sr. Paulo César Farias, como foi feito com outros depoentes que aqui estiveram. Acho que está no direito do Senador Ney Maranhão, porque pode haver uma conexão. Mas asseguro ao Senador Odacir Soares o direito de emitir o conceito político, porque também autorizei ao depoente emití-los, em se tratando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e não somente do Código Penal.

Com a palavra o Deputado José Carlos Vasconcellos.



O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Presidente, antes de minhas perguntas, quero rememorar o comportamento desta Comissão em busca da verdade.

Ontem, mesmo, não estive presente na reunião e foi esquematizada toda uma forma de trabalho da Comissão: de se criar subcomissões, de se contratar assessorias externas, de se apurar os fatos à luz do Direito e as provas que permitissem o indiciamento dos culpados, daqueles que a Comissão, através das provas, considerasse com o dever de indicar ao Ministério Público para indiciamento.

O depoimento, hoje, prestado pelo ex-Deputado Renan Calheiros, disse-o bem o Senador Odacir Soares, não trouxe nenhuma novidade e na busca dessa apuração da verdade, que é decisão da Comissão.

Foi um depoimento, como disse o depoente, político. Foi um depoimento onde ele se impôs limitações de ética e onde insistiu muito em torno não só dessas limitações, mas da conotação política do mesmo

Referiu-se, de fato, o depoente, parece-me e reavivem-me a memória, se estou enganado- a três situações: Primeiro, pelo depoimento que prestou, a conversa que teve com o Senhor Presidente da República e que ele próprio atesta as declarações do ex-Ministro Bernardo Cabral, que se referiu exclusivamente à política de Alagoas, e não ao envolvimento do Sr. Paulo César Farias na questão nacional. Isso foi repetido pelo depoente e repetido também pelo ex-Ministro Bernardo Cabral. Inclusive, de forma muito clara, quando ele vai buscar a intermediação do Presidente da República junto ao Sr. Paulo César Farias; ele vai com a preocupação de quem não sabe a ação de delito do Sr. Paulo César Farias, a nível nacional, porque senão ele, Líder do Governo, colaborador do Governo, não envolveria a ação do Presidente da República - isso é importante - para fazer gestões junto a um de-



lingüente.

A responsabilidade do Deputado Renan Calheiros como Líder do Governo, como participante, como ele próprio afirma, e é verdade, de uma campanha que era de transformação das estruturas econômico-sociais deste País, não lhe permitiria ir ao Presidente, se conhecimento tivesse que estava se referindo ao Sr. Paulo César como delinquente, para que o Senhor Fernando Collor, como Presidente da República, fosse manter gestões junto a um delinquente que seria o Sr. Paulo César Farias.

Então, parece-me que não temos elementos, não fomos informados sobre esse fato concreto pelo depoente, de tal forma que permitisse à Comissão buscar a verdade para denúncia possível daqueles que aqui são acusados.

O outro fato a que ele se referiu foi com relação à Operação SOS. Quer dizer, foi denunciada pelo Líder do Governo porque achava que não era correto se realizar obras sem licitações e o próprio Executivo tomou medidas em relação a isso, tanto que as obras não foram realizadas sem licitações. Foi por iniciativa do Presidente da República, revogada a posição primeira e atendidas, portanto, as ponderações feitas pelo Líder Renan Calheiros.

Mas, durante esse depoimento, ele também se referiu de forma muito clara - e aí parece-me que a Comissão deve se debruçar sobre a intenção do Sr. Presidente da República - o depoente disse isso, que quando o Presidente o chamou de volta ao Governo, queria um símbolo e, além de um símbolo, uma posição emblemática - foi o que ele disse - para enfrentar o Sr. Paulo César Farias.

Então, parece-me que foram esse três fatos citados por ele mas não temos nenhuma prova concreta, a não ser a intenção de o depoente



levantar suposições sobre o Presidente da República, do envolvimento do Senhor Presidente da República, com o objetivo desta Comissão que é apurar as acusações do Sr. Pedro Collor ao Sr. Paulo César Farias.

Parece-me que se deve tomar cuidado - não sou advogado e muito menos jurista - porque se gera uma série de expectativa em relação a depoimentos que aqui ocorrem, e desses depoimentos não se tiram aquelas provas concretas, sem o que a Comissão não pode, efetivamente, fazer a apuração que tem que fazer, porque o povo brasileiro exige que se faça; porque essa é uma decisão soberana, não só dos Membros desta Comissão, mas do Congresso Nacional. Talvez estejamos perdendo tempo, pois deveria a Comissão se dedicar à apuração dos fatos que lhe permitirão concluir, solicitando o indiciamento de pessoas que, por acaso, tenham praticado crimes contra o Fisco, ou de formação de quadrilha, ou tantos outros apontados aqui.

Eram essas as observações, Sr. Presidente, que gostaria de fazer, dizendo até que entendo as motivações políticas do depoente, que foi muito claro, muito honesto e transparente, o que é a característica de toda a sua vida pública; uma vida de combate à ditadura brasileira, uma vida de militância na resistência democrática que se deu, no exercício da Liderança do Governo onde prestou relevantes serviços a este País, mantendo conversações dentro deste Congresso Nacional com Líderes de Partidos do Governo e de Partidos de Oposição. Na realidade, acredito que o depoimento do depoente é um atestado do não envolvimento do Presidente da República, porque, em diversos pontos, até na convocação, S.Sa. se refere a ele como símbolo de combate ao PC e não terá tido aqueles defeitos, não sei se pela emoção, acredito que até pelo dever cívico, dentro da sua óptica, considerou devesse fazer. São essas as considerações que eu gostaria de fazer e também, chamar a



atenção de V. Exa. para o seguinte: não é possível que se estabeleça..

O SR. PRESIDENTE(Benito Gama) - Eu pediria a que não possam concedidos apartes, pois a Presidência não irá permiti-los. Está concluída...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Se V. Exa. não permitir esse aparte que, tenho certeza, enriqueceria esse depoimento que eu dou aqui, em defesa da linha de trabalho da Comissão...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Até para saudar a presença das forças governistas aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Benito Gama) - Deputado José Carlos Vasconcellos...

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Estas observações que gostaria de fazer; dada a convicção que tenho, falo com toda sinceridade! Sabe o Deputado Renan Calheiros que nós tivemos sempre uma convivência muito boa, militamos dentro do MDB; dentro do PMDB, na tendência popular do MDB, participamos juntos na luta de resistência democrática, e eu estou fazendo, digo com toda a sinceridade à Presidência e aos meus Pares, uma observação isenta, uma reflexão sobre aquilo que eu observei. Não há, da parte do depoimento do ex-Deputado Renan Calheiros, nenhum fato contra o Senhor Presidente da República e também, embora haja afirmações contra outras pessoas, não são fatos concretos. Creio, mais ainda, que esses fatos estão nos autos e é sobre estes que devemos debruçar-mos, para cumprir o que pede o Deputado Renan Calheiros: a apuração correta e a punição de quem delinquir neste País.

Obrigado. Não tenho nenhuma pergunta a fazer.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Parece que está sendo norma nesta Comissão avançarmos no sentido de considerações durante a fase de inquirição. A mim me surpreende a maneira como se tenta qualificar o depoimento, desqualificando-o pelo fato de chamá-lo político. É evidente que isso vale para o que cada um entende por política, e como cada um pratica a política. Mas se há um depoimento que tem nobreza e grandeza é exatamente o depoimento que é feito pela dimensão política; e é uma pena que políticos não saibam disso. O que se esperava desse depoimento? Que o Líder do Governo usasse a norma que agora parece que se tornou permanente de conversar com o Presidente da República com um gravador debaixo do braço, para depois trazer a prova do que ele disse que conversou com o Presidente. Conversou mesmo? Temos duas pessoas que conversaram. Uma vem e diz: eu conversei isso. Essa afirmação deixa a outra mal. Mas pelo menos se tem 50% dos que estavam presentes fazendo a afirmação. Esse alguém não pode trazer mais do que a sua palavra, ou do que o seu peso político - que for reconhecido pelo Governo, tanto que o fez Líder.

É evidente que a testemunha vai ser desqualificada. É lógico! Ela não foi, enquanto foi Líder do Governo. Eu tinha por ele o mesmo apreço que tenho hoje. Discordava muito, mas tinha por ele o mesmo apreço que tenho hoje. Ele merece a mesma consideração que mereceu ontem. Mas conheço bem esse negócio de ressentimento. Escuto isso antes de V.Sa. escutar. Essa é a desculpa fácil que se dá para se fechar os olhos a certos fatos. Se, nesta Casa, fizéssemos política como se deveria fazer, quando V.Sa. fez a denúncia, em novembro de 1990, esta CPI deveria ter sido instalada. Quando o Sr. Motta Veiga fez a denúncia



cia que fez - uma denúncia que envolve a dimensão total do Governo -, só uma instituição pode verificá-la: o Congresso Nacional. Ele tem obrigação de fazer isso, não para acusar o Presidente, e sim para innocentá-lo, se Sua Excelência for inocente. Mas não pode deixar a Nação sob a perspectiva de que isso tenha acontecido ou não.

V.Sa. tem todo o direito de estender ao limite que entender as suas considerações.

Esta Comissão foi invocada, ou convocada, para apurar fatos capazes de configurar ilicitudes penais, contidos na denúncia do Sr. Pedro Collor de Mello, referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Nem falo nas declarações do Sr. Pedro Collor aqui não repetidas, como aquela que falava em percentagem. Falo sobre o tráfico de influência do Sr. Paulo César. Mas parece a esta Comissão que se esse tráfico de influência for até à figura de um Ministro de Estado, muito bem; se for até um funcionário, muito bem; se for até à figura do Presidente da República, muito mal.

Esta Comissão existe para se chegar à verdade. Não vim aqui para condenar o Presidente da República, nem mesmo o Sr. PC Farias. Já fui condenado, sem poder me defender; portanto, não aceito isso. Não parto do pressuposto de que alguém é culpado. Mas não sou obrigado a aceitar que me empulhem a idéia de que alguém é obrigatoriamente inocente.

Causou-me espanto! É uma questão de ler, meu Deus do Céu!. Pergunta da **Veja**: "O então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, assistia a essas suas conversas com o Presidente"? Resposta do Sr. Renan:" Como coordenador político, Bernardo Cabral participava de alguns encontros. Ele foi um dos que ficaram ao meu lado contra as fraudes". Ou seja, a resposta específica ao caso da fraude eleitoral em Alagoas, fato que,



aliás, o Ministro Bernardo Cabral refletiu em sua entrevista em **O Globo**. Eis o texto: "Nessas conversas específicas do ex-Deputado Renan Calheiros, o senhor o ouviu denunciar ao Presidente Collor as atividades do PC Farias?" Numa dessas conversas, depois de ter feito o relato sobre projetos de interesse do Governo no Congresso, o Deputado Renan Calheiros fez amargas queixas ao Presidente sobre o esmagamento que sua candidatura estava sofrendo: de um lado, por parte da máquina governamental do Estado de Alagoas e, de outro, pela interferência ostensiva do Dr. Paulo César Farias num apoio à candidatura do seu opositor. Nessa altura, queixou-se também de que estavam em marcha tratativa para possibilitar fraudes eleitorais, visando a beneficiar a outra candidatura. A resposta do Presidente, naquela hora, foi a de que ele - Presidente - não se envolveria na disputa política de Alagoas.

Era natural que o senhor fosse procurar o Presidente para falar do Sr. Paulo Farias. É evidente! O senhor pressupôs que havia ligação e que a única pessoa capaz de comandar era ele.

Fiquei impressionado com uma frase de V.Sa. - atrevo-me a chamá-lo de V.Exa.: "O meu depoimento tem o limite do meu caráter". Tentei aprofundar o que queria dizer esta expressão: "Tem o limite do meu caráter" quer dizer: não vou contar coisas que sei da intimidade do Governo, mas que não são da lavra desta Comissão. Ou quer dizer: sinto-me obrigado, hoje, como ente político, em sabendo isso neste instante, vir aqui e contar.

Qualquer que seja a alternativa, a decisão de V.Sa. é correta. Ressentimento V.Sa. teria se viesse aqui, agora, falar da copa e da cozinha do Governo e não de algo que tem a ver diretamente com assunto desta Comissão, sabendo que sofreria o que sofreu. V.Sa. saiu do Governo em 11 de novembro de 1990, ou por aí, e estamos em 1992. O Go-



verno está há alguns dias, a exatamente cinco dias da sua metade, pouca gente se apercebeu disso. E V.Sa. saiu colocando claro que o faria em função de um gangster chamado PC Farias. V.Sa. saiu dizendo que rompia com o Presidente porque várias vezes havia avisado ao Presidente que havia uma figura desse tipo. Nós é que não tomamos providência. Num instante como esse, o Parlamento tem a obrigação de buscar a verdade para desqualificá-lo ou para corrigir os rumos. O que não pode é alguém da responsabilidade de Líder do Governo, no instante que deixa de o ser, fazer uma acusação desse tipo e ela cai no vazio. E um ou dois anos depois ficamos a perguntar: por que o senhor não falou antes? Não importa muito se é verdade ou não. Importa saber por que o senhor não falou antes. E não estou preocupado porque o senhor não falou antes. Estou preocupado é em saber se o que o senhor falou corresponde ou não à verdade.

O senhor nos conta, lá na origem, ainda em Alagoas, que houve o caso dos usineiros. O senhor preveniu o Presidente que não devia assinar o segundo contrato. Por que o senhor preveniu? Por que corria a notícia do envolvimento do Sr. PC Farias ou por que o primeiro caso era uma decisão da Justiça e o segundo era uma decisão do Executivo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exatamente porque corria à boca miúda - foi a expressão que usei - notícia de que o Paulo César Farias teria participado da intermediação e da consumação do acordo. E era preciso deixar claro se isso teria ou não ocorrido. E a oportunidade de deixar claro isso, com todas as letras, era não assinando o segundo acordo e investigando o primeiro.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor tem conhecimento de pessoas que o Sr. Paulo César Farias tenha indicado para ocupar cargos do Governo?



O SR. RENAN CALHEIROS - Um conhecimento das notícias que temos através de pessoas com quem conviveu e através de jornais.

Eu disse, há pouco, em pergunta igual que me fizeram, que não gostaria de descer à indicação de nomes e vinculações porque eu teria de provar e não teria informações suficientes para fazê-lo. Não é este o depoimento que pretendo dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Seria, no mínimo, uma atitude irresponsável e leviana.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas depois que o senhor fez a reunião na casa do Sr. PC Farias, a partir do "Bolo de Noiva", quando convocado por ele, os senhores ali estiveram para discutir a sucessão em Alagoas; o senhor nos conta, ou conta na entrevista, que o atual Presidente do Banco do Brasil, naquele tempo Presidente da Caixa Econômica, lhe disse: não adiante, alguns dias depois, porque há um esquema muito forte para derrotá-lo. Correto? Como ou por que essa pessoa teria conhecimento disso?

O SR. RENAN CALHEIROS - O então Presidente da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho, procurou-me, dizendo que estava preocupado porque tinha informações no sentido de que a eleição em Alagoas já estaria definida e o quadro era de 60 a 2; e não adiantava pesquisa de opinião pública - na véspera tinha havido uma pesquisa de opinião pública - porque o quadro lá já estava consumado. E que era injusto que isso acontecesse. E com a preocupação de quem se considerava pessoa que reconhecia o meu trabalho na Liderança do Governo, ele queria ajudar. E sugeriu que conversássemos com Paulo César Farias; e fomos juntos à casa do Paulo César, eu e ele. E eu não fui cobrar ao Paulo César Farias que o Paulo César Farias apoiasse a minha candidatura ou coisa parecida. Fui exigir do Paulo César que ele se mantivesse no compromisso da neutralidade, que ele dizia ser o posicionamento do



Presidente da República. Não posso antecipar, e seria leviano se antecipasse que, em função da iniciativa tomada, o Sr. Lafaiete Coutinho tivesse ou não alguma vinculação. Realmente gostaria de dar esse depoimento, mas não tenho informação nenhuma para verdadeiramente fazê-lo.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor tem conhecimento de uma entrevista dada pelo Sr. PC Farias, no dia 24 de março de 91, ao **Jornal do Brasil**? Ele diz o seguinte: "entre gargalhadas diz que sua influência sobre o Presidente Collor é bem menor do que se supõe" e relacionou "apenas 3 pessoas ligadas diretamente a ele e que estão no Governo, seu irmão Luís Romero Farias, Secretário Executivo do Ministério da Saúde; Lafaiete Coutinho Torres, Presidente da Caixa Econômica Federal e Luís Quattroni Filho, Presidente do Instituto de Resseguro do Brasil". Emitiu rumores que estaria em guerra com o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o turco. Gosto muito dele, é meu amigo, está sendo vítima de uma injusta campanha de inverdades. PC falou mal de inimigos como Renan Calheiros, ex-líder do Governo na Câmara dos Deputados, e confirmou seu envolvimento no empréstimo da PETROBRÁS à VASP sem ver nisso nada de mal."

Essas pessoas estão entre as que V.Sa. tem notícia de que foram indicações dele?

O SR. RENAM CALHEIROS - Essas pessoas estão entre aquelas de que tenho notícia que foram indicação dele pela leitura dos jornais. Conheço essa matéria assinada pela jornalista Dora Cramer, do **Jornal do Brasil**, que não foi negada; foi negada somente no depoimento de Paulo César Farias a esta CPI.

O SR. MÁRIO COVAS - V.Exa. conta que o Presidente da República quando deu uma "guaribada" no cenário do Sr. PC Farias, entre outras coisas lhe deferiu alguns amigos. Um deles seria o Sr. Marcelo Ribei-



ro?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sim. O próprio Paulo César Farias disse, se não me engano, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu depoimento ou em uma entrevista logo depois da denúncia de Pedro Collor que a amizade com o Marcelo Ribeiro teria sido uma herança de Fernando Collor. Confirma, portanto, o que eu digo.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sa. anunciou, há pouco, que, no Bolo da Noiva, aqueles que tinham a sua vida política ligada a Alagoas, portanto, no período preliminar antes de o Governo assumir, foram convocados a ir à casa do PC Farias, que fez o convite exibindo uma liderança para a coordenação desse processo e que V. Sa., em seguida, foi ao Presidente da República e lhe perguntou:- "Estou recebendo um convite do Sr. PC que quer comandar o processo da eleição em Alagoas e, portanto, convocou a mim e mais cinco ou seis pessoas da política de Alagoas para lá conversarmos. Ele tem alguma credencial?" A resposta do Presidente foi: "É por aí!"

O SR. RENAN CALHEIROS - É por aí!

O SR. MÁRIO COVAS - Em outras palavras, o Presidente disse ao senhor que ele faria aquela reunião, representando-o.

O SR. RENAN CALHEIROS - É por aí! Vá conversando. Exatamente. No momento em que disse isso, entendi dessa forma, vá fazendo, vá conversando.

Fizemos a segunda reunião com esse mesmo propósito e, novamente, ele se sentou à cabeceira da mesa e comandou a reunião.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sa. tem alguma outra confirmação a respeito dos encontros semanais na Casa da Dinda, a não ser o fato de o Presidente ter lhe dito e o PC ter confirmado num telefonema?



O SR. RENAN CALHEIROS - Essa é uma confirmação que envolve as duas partes: o Presidente Fernando Collor e Paulo César Farias. Mas essas reuniões corriqueiras que aconteciam às segundas-feiras, estavam, até o período do aniversário do Presidente na casa do Sr. Eduardo Cardoso, em todas as colunas de jornais. Imagino até sopradas ou informadas pelo próprio Paulo César Farias, objetivando tirar os dividendos dessas situações.

O SR. MÁRIO COVAS - Mais uma vez, desculpe-me. É uma pergunta já feita por um Deputado do meu partido: o senhor próprio assistiu, junto com outras pessoas, o Sr. PC Farias apresentar cópias de faturas alegando que eram de cartões de crédito pertencentes a pessoas da família do Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS - Em algumas oportunidades, mostrava a cópia dos extratos dos cartões de crédito que ele dizia serem da Rosane Collor de Mello e até se aventurava a dizer se a **madame** gastou mais ou menos.

O SR. MÁRIO COVAS - Mais ainda que não fosse apregoar o fato, V. Sa. e outras pessoas assistiram?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pelo menos eu, Pedro Collor de Mello e outras pessoas da campanha.

O SR. MÁRIO COVAS - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Roberto Jefferson, do PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, tenho duas perguntas a fazer. "No início do Governo, a ex-Ministra Zélia perguntou o que fazer com os pedidos do PC" - frase do Deputado Renan Calheiros. A resposta do Presidente, em relato feito a ele foi "vá tocando", está certo?



O SR. RENAN CALHEIROS - Frase da Ministra contando a ocorrência da conversa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Que V. Sa. relatou a esta CPI. Após isso, ela revelou a V. Sa. ter tocado algum pedido do Sr.PC, adiante?

O SR. RENAN CALHEIROS - Respondo na própria entrevista que ela não me revelou, se priorizou ou não. Entretanto, sobre isso há um fato que precisa ser levado em consideração. O próprio empresário Paulo César Farias falou, nesta Comissão, da existência dessa agenda e da especificação desses assuntos que ele levou à ex- Ministra Zélia que, por sua vez, revelou à Revista Veja, ao jornalista Eduardo Oinegue que recebeu vários desses pedidos de Paulo César Farias. Está na Revista Veja cuja capa traz a seguinte manchete: "A máfia dos portos." Esse foi um fato que passou despercebido e que considero o mais grave e deve ser apurado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - A Veja já colocou isso como reportagem, mas eu indago a V.Sa.a então Ministra Zélia lhe relatou algum pedido, feito pelo Sr. Paulo César Farias, ao qual ela tivesse atendido?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não me relatou e não sei se atendeu ou deixou de atender. Digo isso na entrevista.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não li a entrevista.

O SR. RENAN CALHEIROS - É uma pena!

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Estou ouvindo V. Sa. sobre essas faturas dos cartões de Dona Rosane Collor, esse episódio do PC em exibí-las. Isso ocorreu antes da posse do Presidente ou durante a campanha presidencial?

O SR. RENAN CALHEIROS - Antes, na campanha, e durante o Governo. Essa entrevista a que se referiu o Senador Mário Covas é típica da personalidade do Paulo César Farias. Não fica difícil aproximar o



sentimento verdadeiro de uma afirmação de alguém que exibiu extrato de cartão de crédito e deu uma entrevista dessa ao **Jornal do Brasil**.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas, depois da posse, o Sr. PC alegava que continuava a pagar os cartões da Primeira Dama? Depois do Presidente empossado ele continuava a pagá-los?

O SR. RENAN CALHEIROS - Antes e depois. O Paulo César Farias onde pôde - já disse isso nesta Comissão - vendeu a idéia, verdadeira ou não, de que falava pelo Presidente da República; onde pôde, ele se afirmava dizendo isso. São várias as conversas nesse sentido e testemunhos. Foi isso mesmo que o Pedro Collor Farias disse aqui. Não fosse esse comportamento e essa personalidade, há apenas dois anos de Governo, jamais teríamos que paralisar este Congresso Nacional e a vida política deste País para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a responsabilidade que está apurando a grandiosidade da influência desse cidadão no poder e no Governo Federal.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, depois da posse, ele continuava a afirmar que pagava os cartões da Primeira Dama do País. É isso, Deputado Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS - Antes e depois.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Estou insistindo na pergunta porque esse episódio não estava esclarecido.

V.Sa.fala em traços da personalidade do PC.

A vaidade criminal é um fato muito marcante na personalidade de muitos criminosos. V.Sa. disse que quando o Sr. PC, aqui, nesta Comissão, alegou ter apoiado partidos de esquerda, ele estava mentindo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu disse que ele estava querendo demonstrar proximidade com as pessoas, talvez até objetivando esvaziar futuros depoimento.



O SR. ROBERTO JEFFERSON- Então é mentira do Sr. PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não estou dizendo que é mentira, mas que talvez estivesse procurando demonstrar proximidade.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- O que significa para V.Sa. demonstrar proximidade? Não consigo entender.

O SR. RENAN CALHEIROS - Interpelado no seu depoimento pelo Deputado Aldo Rebelo, a quem tive a honra de rever, que foi um velho conterrâneo, lá, das Alagoas, ele disse que teria ajudado o PC do B na eleição de 1978, em Alagoas, e é uma coisa verdadeiramente mentirosa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Então, essa proximidade que ele alegava era uma proximidade mentirosa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Específica e mentirosa; citei na questão do PC do B.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Quer dizer que com relação ao PC do B é mentira? V.Exa. tem convicção disso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Esse fato citado, outros poderei citar, à medida em que V.Exa....

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Mas em relação ao Presidente, V.Sa. acredita?

O SR. RENAN CALHEIROS - Com relação ao Presidente, eu tenho provas de conversas com o Presidente e testemunhos de prestígio que o Presidente publicamente deu a ele. Acho que é por isso que o meu depoimento tem calado tão fundo na alma brasileira, porque contei fatos que presenciei. É diferente do episódio do PC do B, completamente diferente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O do PC do B o senhor não assistiu e tem provas. O senhor foi cobrado, Deputado Renan Calheiros, durante todo esse seu depoimento na Comissão, sobre essas provas, a ponto de o



Senador Mário Covas dizer que é 50% de crédito que o senhor alega que falou, em relação às eleições de Alagoas, e o Presidente diz que o senhor não falou; e por que está dizendo agora? Provas de quê? Essas provas são as que queremos que o senhor junte às declarações.

O SR. RENAN CALHEIROS - No início do meu depoimento fiz questão de deixar claro que, no Direito, não havia hierarquia de provas, que a prova testemunhal era uma prova, da mesma forma que a prova documental, da mesma forma que a prova pericial e da mesma forma que a confissão era uma prova. O que V.Exa. jamais pode pretender é que alguém venha a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e aí está uma inovação que talvez tenhamos que abrir o espaço para garanti-la e sustentá-la; é a inovação de alguém trazer aqui um recibo de tráfico de influência ou de propina. Se alguém trouxer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um recibo de propina ou de tráfico de influência, estaremos inaugurando um novo momento no Direito brasileiro. Isto, sim, é que será uma coisa inusitada. Mas trazer um depoimento testemunhal de alguém que participou de fatos, que conta, que detalha, que traz pormenores é uma coisa absolutamente normal.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Continuo a insistir na pergunta. O senhor falou 23 vezes que não é ressentido, fiz questão de anotar, durante todo o seu depoimento, quantas vezes o senhor falou que não é ressentido, e invoca o Código de Processo Penal. O senhor, com sinceridade, presta esse depoimento com isenção, ou V.Exa. tem no seu coração mágoa com relação à omissão que o senhor diz que houve do Presidente da República e do Ministro da Justiça, em não interferir no processo eleitoral de Alagoas para que ele fosse um processo neutro? Só para poder avaliar as condições do depoimento que V.Exa. faz.



O SR. RENAN CALHEIROS - O processo eleitoral de Alagoas é um problema menor, repito. Estou prestando este depoimento, na condição de alguém que fez um juramento e que reconhece, aqui, a importância desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O meu depoimento, aqui, reafirmei outras tantas vezes, talvez V.Exa. não tenha contado como o fiz com a reafirmação do ressentimento, a minha presença, aqui, carrega unicamente compromisso com a verdade. É isso que estou fazendo e o que vou continuar tentando fazer.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Mas o senhor não relatou nenhum outro episódio, a não ser a presença do Ministro Bernardo Cabral, nessa posição de observador de uma conversa sua com o Presidente em relação à influência do PC, lá, nas Alagoas, na eleição.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu precisaria citar episódio mais forte do que esse?

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Bom, então é o problema das eleições.

O SR. RENAN CALHEIROS - Mas o Bernardo Cabral- e é essa a divergência que o Senador Odacir Soares, com o brilhantismo da sua inteligência colocou, e a diferença fundamental entre nós é essa- não detalha que é influência do PC na eleição de Alagoas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- No jornal detalha.

O SR. RENAN CALHEIROS -Não detalha. Se o senhor pudesse ler, eu gostaria para acompanhar de uma vez por todas, verificar que ele não disse isso. O que o Ministro falou foi da influência da máquina estatal na eleição de Alagoas e da influência do PC. Eu não citaria a influência do PC na eleição de Alagoas, e não poderia jamais vincular a influência do PC ao poder estadual, a influência do PC ao poder do Governo Federal. É isto, sim, que o Bernardo Cabral disse. Ele foi até onde se permite dizer isso. A sua declaração na entrevista da televi-



são e nos jornais...tanto que pedi que V.Ex^a. repetisse, e se V.Ex^a pudesse repetir eu gostaria, porque seria muito esclarecedor para diminuir dúvida. Não estou aqui para deixar dúvida.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - O que destaquei é ter sido o Presidente Fernando Collor de Mello avisado da ação de Paulo César Cavalcante Farias no pleito eleitoral de Alagoas; Bernardo Cabral, da Justiça...

O SR. RENAN CALHEIROS - Da influência dele no pleito. Mas a influência em quê? No pleito? A influência no Governo, e o conseqüente desvio de recursos da CEME e de outros órgãos para a eleição de Alagoas.

O SR. ODACIR SOARES - Fora do pleito.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, a última pergunta que eu gostaria de fazer ao Deputado Renan Calheiros, é que ele descrevesse para nós, assim, de maneira mais minudente, essa análise que faz da personalidade desse Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Eu gostaria- já que ele aborda tanto essa personalidade arrogante, a personalidade de vaidade- que ele pudesse nos descrever a personalidade, segundo sua visão, desse cidadão Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente, se V.Ex^a. entender que é necessário responder essa pergunta, eu já respondi várias vezes. Responderei, com muito prazer, porque o Deputado Roberto Jefferson trata-se de um grande amigo.



S.Ex^a. fez uma pergunta para que falasse da personalidade de Paulo César Cavalcante Farias. Já respondi, mas se V.Ex^a. entender que é fundamental que repita a resposta, em homenagem ao Deputado Roberto Jefferson, farei.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, ele sempre respondeu assim só **en passant**. Estou fazendo uma pergunta específica a S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço a V.S^a. que responda à pergunta do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. RENAN CALHEIROS - Falei há pouco, e queria repetir tudo que disse dos traços característicos da personalidade...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Eu pediria a V.S^a que o fizesse.

O SR. RENAN CALHEIROS -...do Sr. Paulo César Cavalcante Farias e citei dois exemplos: o exemplo que vai de dizer que paga o cartão de crédito da esposa do candidato e do Presidente, à entrevista que ele deu à jornalista Dora Kramer, do **Jornal do Brasil**. Aí está o exato limite dessa personalidade e do que significa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concluiu, Deputado Roberto Jefferson?

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa)

S.Ex^a não está presente.

Vou suspender a reunião por quarenta e cinco minutos para almoçarmos e descansarmos e retornaremos às 15h45min.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está reaberta a reunião. Designo o Senador Beni Veras para funcionar como Relator **ad hoc**, até que o Senador Amir Lando esteja presente.



Com a palavra o Deputado Wilson Müller, do PDT, do Rio Grande do Sul.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre testemunha, na minha opinião, o depoimento da testemunha foi coerente. É incompatível inclusive com o noticiário de vários meses atrás. Agora, ou a verdade, ou o equívoco, ou a mentira vai surgir no final, no conjunto de todas as provas.

Peço vênica a V. Exa., Sr. Presidente, para emitir mais uma opinião no sentido de que uma comissão de inquérito não acusa e não defende ninguém. Apenas investiga fatos.

Bem, o que foi dito aqui resumidamente pela testemunha em relação aos fatos que se averiguam? Informa a testemunha, Sr. Presidente, que, em três oportunidades, primeiro, no escândalo da SOS-Rodovias, alertou S. Exa., o Senhor Presidente da República, sobre a indevida interferência do Sr. PC Farias em assuntos do governo; a segunda oportunidade foi quando fez a denúncia na presença do então Ministro da Justiça, Bernardo Cabral; e, a terceira vez, logo após a posse do Sr. Jarbas Passarinho, como Ministro da Justiça.

Afirma a testemunha que, em todas as oportunidades, referiu que o Sr. Paulo César Farias estaria praticando atos e pressionando.

Quanto ao testemunho do ex-Ministro Bernardo Cabral, foi referido, e lido várias vezes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço aos Srs. jornalistas que cooperem com o nosso trabalho.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, foi lida duas ou três vezes uma carta do Sr. Bernardo Cabral esclarecendo a sua participação naquele testemunho.



Também foi referido, Sr. Presidente, que o depoimento teria sido político e não um depoimento sobre os fatos. A mim, parece-me que foi depoimento de um político acerca de determinados fatos. Não entrarei no mérito da veracidade ou não do depoimento.

Quero saber objetivamente o seguinte: qual a participação do Sr. Paulo César Farias no empréstimo da PETROBRÁS à VASP? V. Exa. conhece qualquer fato a respeito disso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tive a oportunidade de responder anteriormente a essa pergunta. Só sei alguma coisa com relação a essa operação pelo que li nos jornais.

O SR. WILSON MÜLLER - V. Exa. tem conhecimento da interferência ou da ingerência do Sr. Paulo César na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, objetivamente falando?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não. Falei da montagem de esquema de poder paralelo e disse que não gostaria de especificar nomes, até porque preciso fazer provas. Considero leviano e irresponsável citar nomes sem poder provar.

O SR. WILSON MÜLLER - Qual a ligação que existe, se é que ela existe, entre o Sr. Paulo César Farias e o Sr. Cláudio Vieira?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eles sempre foram próximos, mas, do ponto de vista de vinculação formal, não tenho nenhuma informação a acrescentar.

O SR. WILSON MÜLLER - Qual a ligação do Sr. Paulo César Farias com o Sr. Marcos Coimbra?

O SR. RENAN CALHEIROS - De mesma forma. Se são amigos, não sei.

O SR. WILSON MULLER - Quando foi feito esse empréstimo da PETROBRÁS à Vasp, V.Exa. ainda era Líder do Governo?

Foi posterior ou antes da saída de V. Sa.?



O SR. RENAN CALHEIROS - A tentativa de empréstimo, pelo que li nos jornais, eu ainda era Líder do Governo.

O SR. WILSON MÜLLER - O senhor, como Líder do Governo, não procurou saber se era verdadeira a notícia que os jornais denunciavam, de que havia uma tentativa de algumas pessoas, inclusive do Governo, de conceder um empréstimo que havia sido desaconselhado pelos órgãos técnicos da PETROBRÁS? Isso, para mim, Sr. Presidente, é fundamental. V. Sa., nessa época, quando os jornais acusavam essa tentativa de empréstimo, era Líder do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Ainda era Líder do Governo, também. O processo da minha divergência com o Governo, atingiu o seu ponto mais alto, exatamente no dia 1º de outubro de 1990. Dez dias depois - se não me engano - Motta Veiga se demitiu da PETROBRÁS, denunciando a tentativa da operação. Tive, antes disso a última conversa, que relatei nesta CPI, com o Presidente Collor e o Presidente recomendou que eu ficasse em casa, aguardando uma solução a respeito dos fatos. Desta conversa até o dia do meu rompimento, não visitei mais o Palácio do Planalto, nem compareci ao Congresso Nacional para exercer a Liderança. O Deputado Humberto Souto, na condição de Vice-Líder, foi quem assumiu.

O SR. WILSON MÜLLER - Pergunto isso, ilustre Deputado Renan Calheiros, pelo seguinte: na época, inclusive, para quem não estava no Governo - e eu estava lá no Sul e nem Parlamentar era -, isso era visível, porque a imprensa já especulava com a interferência do Sr. Paulo César.

Não ocorreu a V. Sa., que já havia advertido o Presidente, em três oportunidades, acerca dessa interferência, em nenhuma oportunidade, tentar saber o que estava havendo com a VASP e com a PETROBRÁS?



O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não me ocorreu.

O SR. WILSON MÜLLER - Bem, V. Sa. sabe porque foi extinta a INTERBRÁS?

Parece-me que a INTERBRÁS era uma empresa estatal que intermediava a importação de petróleo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não sei precisar. Foi na reforma administrativa. Mas não quero aventurar-me a precisar para não cometer nenhum lapso de memória.

O SR. WILSON MÜLLER - Perfeito. E V. Sa. não sabe se nessa compra de petróleo - segundo se sabe - há uma comissão que seria internacional e regular de 1% por tonelada de petróleo importado. Essa percentagem seria dessa empresa. V. Sa. não sabe ou não soube, como Líder do Governo, para quem ia, após a extinção?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não.

O SR. WILSON MÜLLER - Não sabe. Quero que V. Sa. compreenda porque verifico nesses passos todos um ponto de ligação, apenas, do Sr. Paulo César Farias, nos escalões mais elevados do Governo. Têm-se provas aqui, já adiantadas, da interferência dele em segundo e terceiro escalões do Governo, na área especialmente do Ministério da Saúde. Agora, a VASP liga o senhor PC Farias, por depoimentos e até por afirmações e afirmativas, liga ao Sr. Paulo César Farias, ao Sr. Cláudio Vieira, ao Sr. Marcos Coimbra. Inclusive, ele admitiu isso, porque é um fato concreto que liga o Sr. Paulo César Farias com os altos escalões do Governo e sai do terceiro escalão.

Por isso é que insisto: V. Sa. não teria nada mais a esclarecer com relação à VASP e PETROBRÁS?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tenho. As informações que posuo são as que li.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

591

Secretário



O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, antes de concluir, eu faria só uma observação: quando a testemunha teria advertido o Senhor Presidente da República com relação à interferência do Sr. Paulo César Farias, nas eleições de Alagoas, parece-me evidente que ele denunciou prática de corrupção eleitoral em Alagoas.

A mim, pareceu-me, Sr. Presidente, que, se a testemunha tivesse sido prejudicada, eleitoralmente, por um político, parece-me que o Presidente não tinha que se importar mesmo. Mas a afirmação é de que o Sr. Paulo César Farias estava interferindo nas eleições de Alagoas. Ele é um comerciante, um empresário. E, também, Deputado Renan Calheiros, francamente não levo em absoluta seriedade os demais depoimentos. Considero o de V. Sa. o mais coerente. E insisto nisso. Por quê? Porque o que V. Exa. diz hoje já dizia há meses, a imprensa publicava. E insisto, também, no fato de que, absolutamente, o seu depoimento, em sendo político, não acrescenta nada. É o depoimento de um político nesta Comissão.

E para finalizar, Sr. Presidente, reitero mais uma vez que a função desta Comissão é apurar a verdade e nós do meu Partido, especialmente eu, não estamos acusando e nem defendendo ninguém nesta comissão. Nós temos a convicção que a verdade haverá de chegar.

Quanto ao mais, Sr. Presidente, tomei esses argumentos de que não tem validade um depoimento político. Eu, também, não considero muito. Agora me preocupa Sr. Renan Calheiros, que V. Sa. não tenha, francamente, acrescentado mais um fato. O seu depoimento é coerente, o senhor é um homem sério, o senhor é um homem honrado - o depoimento é absolutamente coerente e, a mim me parece, que esclarece alguns dados em relação à interferência do Sr. Paulo César Farias, sim. Agora nós precisaríamos saber, com toda franqueza, um fato rigorosamente concre-



to, que não fosse esse da influência. Que o Sr. Paulo César Farias exercia influência no Governo é evidente. Nós queremos saber até onde ela era exercida. Por exemplo, qual a pessoa, uma pessoa só que ele tenha beneficiado, qual a empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu tenho um fato concreto, que gostaria de colocar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. No desdobramento da eleição de Alagoas e, depois das denúncias e da comprovação da fraude, da anulação, portanto, dos 10% dos votos, o Presidente Fernando Collor - depois, obviamente, do meu rompimento - foi para Alagoas a pretexto de inaugurar uma pequena central telefônica e gravou um depoimento que era repetido quase que de meia em meia hora na sua televisão e que dizia o seguinte: "Eu quero lembrar aos alagoanos a dificuldade de relação que tive, quando Governador de Alagoas, com o Presidente José Sarney. Pois bem, nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que essa situação se reproduza agora no meu governo. Nós precisamos evitar que isso aconteça e, em decorrência disso, precisamos eleger Geraldo Bulhões, Governador de Alagoas".

No dia do segundo turno em Alagoas, o Presidente Fernando Collor foi votar na condição de alagoano, de cidadão, de eleitor e tinha, na fila dos eleitores - os jornais do Brasil inteiro divulgaram isso, a imprensa que cobriu a eleição divulgou e todo mundo que esteve em Alagoas nessa oportunidade lembra desse fato - um eleitor que estava pacientemente na fila, com a minha camiseta e que foi por Sua Excelência agredido com gestos e com palavras. Isso aí é uma inequívoca vinculação. Depois de denunciar a fraude, depois de denunciar a interferência de Paulo César Farias na campanha, depois de denunciar os negócios escusos do Governo... Como? Se não tivesse ouvido falar absolutamente nada a respeito disso, Sua Excelência vai, participa da campanha



nha na condição de Presidente da República e diz que só manda dinheiro para o Estado - isso é público, e eu mandarei as fitas para esta Comissão Parlamentar de Inquérito... Sua Excelência e agrediu um eleitor, num gesto de violência, diante das câmeras de televisão e das lentes de fotógrafos de todo o Brasil.

Ora, pode alguém nessa condição, dois anos depois levantar argumento surrado de ressentimento? Quer dizer, são esses fatos que nós temos, de uma vez por todas, que esclarecer. E dou essa informação para poder enfatizar mais a vinculação.

O SR. WILSON MÜLLER - Deputado Renan Calheiros, o senhor se referiu a duas reuniões, das quais participou com o Sr. Paulo César Farias: uma antes da posse do Presidente - depois da eleição - e uma logo após à posse, no chamado "Bolo de Noiva." O Sr. Paulo César Farias sentado na ponta da mesa estava a dizer que ele representava o Presidente. O senhor entendia dessa maneira? Quem mais estava nessas reuniões?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não entendi o porquê dele convocar uma reunião e dizer que estaria lá em nome do Presidente. Consultei o próprio Presidente que me orientou a "ir por aí" conversando e fazendo essas reuniões - nós realizamos duas e tivemos, num desdobramento, uma outra conversa na casa do Celso Cavalcante e uma outra, na própria casa dele, quando fui levado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Lafaiete Coutinho.

O SR. WILSON MÜLLER - Nessa reunião que V.Sa. teve com Sua Excelência o Presidente da República, na qual estava presente o então Ministro da Justiça, Deputado Bernardo Cabral, o senhor denunciou práticas de crimes. Diz V.Sa...

O SR. RENAN CALHEIROS - Levei indícios de irregularidades.



O SR. WILSON MÜLLER - Perfeitamente. Indícios de irregularidade e de prática de crime eleitoral.

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro.

O SR. WILSON MÜLLER - Não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - É

O SR. WILSON MÜLLER - É isso. Diz V. Sa. que o Presidente nada fez; deu a entender e deixou claro - e rigorosamente não estou duvidando da palavra de V. Sa. - que o Presidente nada fez. O que fez o Ministro da Justiça?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Ministro da Justiça - eu disse na própria entrevista à revista *Veja* - sempre teve uma posição no sentido de ajudar a elucidar essas coisas. Por isso é que digo que ele me ajudou a combater a fraude. Ele fez telefonemas, preveniu à Polícia Federal. No que pôde, ele colaborou. Mas ele era o Ministro da Justiça e não o Presidente da República. Ele apenas, num gesto de coerência, confirmou a existência das conversas.

O SR. WILSON MÜLLER - Concluo, Sr. Presidente, dizendo, em razão desse quadro todo - francamente gostei do depoimento de V. Sa. -, em razão desses fatos, que o sonho que V. Sa. acalentava durante a campanha eleitoral eram os meus pesadelos, que lamentavelmente se configuraram.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Wilson Müller.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

S. Exa. não se encontra presente no momento.

Com a palavra o Deputado Jamil Haddad. (Pausa)

S Exa. não está presente no momento.



Encerradas as inscrições dos membros titulares e suplentes da Comissão, passamos aos não membros inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nono, do PMDB de Alagoas.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Sr. Presidente, gostaria de abrir a minha intervenção com um subsídio que me foi ofertado pelo Senador Odacir Soares. E faço referência a ele porque se não o fizer, S.Exa., evidentemente, vai fazer. Trata-se de um discurso antigo do Deputado Renan Calheiros, na época Deputado do PMDB, respondendo a um discurso que eu fizera anteriormente, como Vice-Líder do PFL, fazendo críticas ao Governador Fernando Collor. Nesse discurso, o Deputado Renan Calheiros diz que é o nosso agrupamento político o responsável pelo atraso do Governo etc. Evidentemente, isso não tem nada a ver com a questão em tela, mas não poderia me furtar, até porque acho que dificilmente qualquer parlamentar desta Casa que não tenha acompanhado de perto a política de Alagoas conseguirá entendê-la. Reconheço que só um Estado profundamente confuso e conturbado poderia parir um monstro que um dia viria a ser Presidente da República. Mas vou circunscrever-me às perguntas objetivas e quero explicar a mecânica.

Primeiro, vamos conversar sobre a época de Collor no Governo estadual; depois, sobre a campanha eleitoral; depois, sobre a montagem do Governo, depois, sobre a fase presidencial e após, se possível, sobre o período do afastamento do ex-Deputado Renan Calheiros.

Primeira pergunta: o PC foi o caixa da campanha de Governo de Fernando Collor? Quando Fernando Collor saiu em busca do governo estadual, o PC já era o caixa da campanha? O PC era o caixa do Senador João Lyra? E por esse caminho tornou-se, também, caixa de Fernando Collor?



O SR. RENAN CALHEIROS - Exatamente. Ele mesmo reconheceu isso aqui, na Comissão.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Segunda pergunta: O Sr. Renan Calheiros pode esclarecer como é que a Sra. Zélia aparece na vida do Collor? Zélia Cardoso de Mello - vou ajudar -, na época funcionária de quarto escalão do Ministro Funaro, era responsável pelo **roll-over** dos débitos dos Estados. Como é que se aproximam Zélia e Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Presidente Fernando Collor era Governador de Alagoas quando a contratou para prestar assessoria econômica ao Governo.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - A assessoria econômica do Governo, até onde estou informado, acho que V.Sa. também conhece o fato, deu se através da firma ZLC, da qual a Ministra Zélia era uma das sócias. Pergunto se o contrato da firma ZLC para prestar assessoria econômica ao Estado de Alagoas foi firmado antes ou depois da autorização do **roll-over** dos débitos do Estado pela Ministra Zélia.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não posso responder a pergunta com exatidão, porque ela se reporta à necessidade de se localizar o fato no tempo.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - É facilmente comprovável. Posso dar o testemunho de que foi depois, e a Comissão, se quiser, poderá aferir. E digo a Ministra Zélia, porque ela é uma das personagens importantes dessa coisa, e há uma tendência em esquecê-la.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sem dúvida.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Afirmo que a firma ZLC foi contratada por alguns milhares de dólares, para prestar assessoria à Secretaria da Fazenda e ao Governo do Estado de Alagoas quando era titular o Dr. Fernando Afonso Collor de Mello, depois da autorização de **roll-over**



dos débitos do Estado pelo então Ministro Funaro, alvo de muitas loas de S. Exa. o Governador.

Indago uma outra coisa. Sabe V. Sa. o destino do dinheiro do Estado no período em que o Banco do Estado, PRODUBAN e suas empresas coligadas estiveram sob intervenção? Pergunto porque me recordo bem que eu e V. Sa., apesar de não nos falarmos na época, fomos juntos pedir a reabertura do Banco - porque isso causou um transtorno monumental à economia de Alagoas e foi um dos carros-chefes da campanha do Collor.

Há um fenômeno, que estamos requerendo à Presidência, que é o que fizeram do dinheiro do Estado enquanto ele permaneceu no BMC e no Sudameris, fato trazido à colação na Comissão pelo depoente Pedro Collor. Não é fato irrelevante; é de extrema significância.

V. Sa. conhece alguma coisa que se relacione com isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheço o fato de que a partir da intervenção no Banco do Estado de Alagoas, o Governo fez uma opção - não sei por que critérios - por esses dois bancos a que V. Exa. se referiu.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - V. Sa. tem conhecimento de que séculos depois - séculos é uma maneira forçada de dizer - o mesmo cidadão aqui apontado pelo Dr. Pedro Collor como Ferreira - o nome completo é Rosival Ferreira da Silva -, na época gerente do Sudameris, é hoje gerente de câmbio, ou coisa semelhante, no Banco do Nordeste do Brasil e, ao que consta, indicado por Paulo César Farias? V. Exa. tem conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Estou satisfeito.

Vamos discutir, agora, a campanha. Na campanha presidencial - e vou repetir, só para uma resposta sim ou não, uma questão já formulada



anteriormente - quem era o caixa, PC ou Cláudio Vieira?

O **SR. RENAN CALHEIROS** - Já expliquei. O Paulo César Farias era o homem que arregimentava recursos para a campanha. Ele mesmo disse isso aqui no depoimento.

O **SR. JOSÉ THOMAZ NONO** - É verdade.

O **SR. RENAN CALHEIROS** - O Cláudio Vieira tinha, até onde sei, na campanha, funções administrativas. Mas era o homem que, em Brasília, cuidava de pagar despesas da campanha.

Não sei até que ponto os depoimentos do Cláudio Vieira e do Paulo César conflitam com relação a isso. Mas este é um testemunho verdadeiro, que faço questão de dar.

O **SR. JOSÉ THOMAZ NONO** - De uma forma genérica poderíamos dizer, ressalvadas eventuais imprecisões, que o Paulo César arrecadava e o Cláudio Vieira pagava. Era alguma coisa mais ou menos assim?

O **SR. RENAN CALHEIROS** - Exatamente.

O **SR. JOSÉ THOMAZ NONO** - Na montagem do Governo - é outro instante também importante nessa retrospectiva - o Deputado Renan Calheiros já colocou que o PC teve influência. Disse na revista Veja e reafirmou aqui. Aliás, o Deputado Renan Calheiros economizou aqui um gesto do Presidente Collor. O Presidente Collor sempre interpela todos os depoentes que por aqui passam. Dessa feita está dispensada a interpeção, porque o depoente já confirmou a integralidade do seu depoimento.

Mas que papel se reservou o PC nessa montagem? Poderia o Deputado Renan Calheiros dizer que pessoas faziam essa triagem preliminar dos currículos? Porque sabemos que na montagem do Governo há uma enxurrada de currículos. O "Bolo de Noiva" virou um bolo de 40 andares; olhávamos, da Oposição, com inveja de tanto glase. Mas, quero saber co-



mo é que se fazia a triagem desses currículos todos. Quem é que manuseava isso? Porque o PC sempre foi um homem da obscuridade; ele só veio aos refletores recentemente.

O SR. RENAN CALHEIROS - Da época do "Bolo de Noiva", não possui informações, porque era uma coisa que só o Presidente da República tinha. E as nomeações no Governo vão acontecendo progressivamente; elas não acontecem, não se materializam todas num dia só. Depois, no Governo, o PC comandou a montagem de uma comissão na SAE para fazer a triagem desses currículos. Não posso precisar nomes. Não tenho nomes. Mas quem conhecia a intimidade do Governo sabe que essa era uma prática habitual. E a CPI pode chegar a isso.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Perfeito. Ainda na fase de montagem do Governo, a condução do Ministro Alceni Guerra foi um processo doloroso e demorado. Se não me falha a memória, ficaram faltando apenas dois ministros: exatamente o Ministro da Agricultura, por força das tensões da época, e a Ministra da Economia. Aliás, de uma certa forma já revelada, porque o Presidente Collor declarou enfaticamente: "O Ministro da Economia sou eu". Há uma capa dessa mesma revista **Veja**, salvo engano, da semana anterior à posse do Governo, dizendo isso. Daí por que toda e qualquer falcatrua, ou deslize, ou irregularidade eventualmente apurada contra a Ministra Zélia, indubitavelmente respinga no Presidente. Sua Excelência acumulava funções: Ministro da Economia, por suas próprias declarações, e Presidente da República.

Sobre o *affair* Alceni Guerra, José Carlos Martinez e Luís Romero, que foi, de uma certa forma, sugerido por V. Sa. no seu depoimento, como compor esse conflito? V. Sa. poderia aprofundar em que cedeu Alceni a José Carlos Martinez, que era seu adversário na época, para poder ser Ministro da Saúde?



O SR. RENAN CALHEIROS - Do ponto de vista político, tanto Alceni quanto José Carlos Martinez entenderam que era preciso fazer uma composição de forças - até então antagônicas - no Estado do Paraná. E isso - disse e repito, é o único testemunho que posso dar - ajudou na definição do nome para o Ministério da Saúde. É por isso que o Dr. Alceni Guerra foi para o Ministério da Saúde. Mas não consegui enxergar, naquele momento nem hoje, qualquer participação do Ministro Alceni Guerra na nomeação do Luís Romero, nem tampouco do José Carlos Martinez. A nomeação do Luís Romero para o Ministério da Saúde foi uma indicação pessoal do Sr. Paulo César Farias, como, aliás, já havia outros irmãos pertencendo ao Governo de Fernando Collor em Alagoas. Eram três irmãos: um era Secretário de Transportes, outro que era Presidente do Laboratório LIFAL e outro que era Diretor da Companhia Agrícola de Tratores do Estado.

O SR. JOSÉ THOMAZ NOVO - Bom, é verdade.

Já na fase de, vamos dizer assim, governo instalado, no seu depoimento, o Deputado colocou uma frase que acho de extrema importância. A certa altura do depoimento hoje, o Deputado Renan Calheiros disse: "O PC tinha e tem influência no Governo". Onde é que hoje manifesta-se a influência do Dr. Paulo César Farias no Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - O jornal **Folha de S. Paulo** publicou hoje uma pesquisa, não sei se nacional, de que 65% das pessoas entendem ter o Presidente Fernando Collor ligações com Paulo César Farias.

Eu disse que Sua Excelência teve ligação; no que dependeu de mim, Sua Excelência sabia da prática de irregularidades e de tráfico de influência do Sr. Paulo César Farias no governo. Enquanto o Presidente, de uma vez por todas, não chegar a uma rede nacional de comunicações e disser que o PC não tem nenhuma influência no Governo e que



Sua Excelência não tem nenhuma vinculação com o PC, o País inteiro continuará entendendo dessa forma e eu também.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Gostaria de indagar do Deputado Renan Calheiros algumas considerações de natureza objetiva sobre alguns personagens cujos nomes transitaram durante as audiências, principalmente no que diz respeito a sua situação financeira, considerando-se um cronograma de hoje para seis anos atrás, ou seja, explicitamente, de quando Fernando Collor assume o Governo do Estado até os dias atuais, uma vez que V.Sa. como eu, somos alagoanos e conhecemos algumas dessas pessoas... vou me circunscrever aos alagoanos.

Eram homens de fortuna modesta, muito ricos, muito pobres, há cinco anos atrás. Como é que o senhor classificaria a situação financeira do Dr. Cláudio Vieira?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Cláudio Vieira, de cinco anos para cá, inegavelmente teve uma fantástica evolução no seu patrimônio e reconheceu isso na CPI.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- E o Sr. Cláudio Humberto Rosa e Silva?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Cláudio Humberto, pelas informações que se tem e que os jornais publicaram, também teve uma evolução patrimonial.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Mais do que todos anteriormente citados.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Luís Romero Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sobre esse não tenho dados para informar.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Fernando Gomes?

O SR. RENAN CALHEIROS - Também não tenho dados.



O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Ana Acioli?

O SR. RENAN CALHEIROS - Também não tenho dados.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Luiz Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS - O Luís Calheiros, apesar de conhecê-lo, não tenho a exata informação do que na verdade constitui o seu patrimônio. E queria aproveitar a oportunidade para dizer que não tenho com ele nenhum parentesco. Calheiros em Alagoas é uma família assim como Alencar no Ceará.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Quase como os Malta. Eu também sou Malta, é uma família enorme, quero esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado, para concluir.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Ainda tenho dois minutinhos, Sr. Presidente.

Deputado Renan Calheiros, neste Governo - o Senador Divaldo Suruagy suspira aqui atrás que eu esqueci do Vladimir Palmeira e do Guilherme Palmeira, somos todos Malta, a família é realmente abrangente - por que foi o então Presidente da Caixa e hoje presidente do Banco do Brasil, Dr. Lafaiete Coutinho, o seu acompanhante a essa reunião com PC Farias? Por que ele?

O SR. RENAN CALHEIROS - Porque após o encontro que tive com Lafaiete, na Caixa Econômica, ele disse que estava tendo acesso às informações que diziam da fraude inevitável que eu teria que enfrentar em Alagoas e que ele, como uma pessoa que tinha por mim verdadeira admiração, gostaria de ajudar no sentido de impedir que isso acontecesse.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO- Seria um exagero de minha parte dizer que o Sr. Fábio Monteiro era um homem paupérrimo há quatro anos atrás?



O SR. RENAN CALHEIROS - Fica difícil avaliar patrimônio, sobretudo quem não tem essa policial preocupação. O Fábio Monteiro era um funcionário público em Alagoas.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - E Osvaldo Sales?

O SR. RENAN CALHEIROS - Osvaldo Sales era um comerciante pequeno, proprietário de um restaurante.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Sr. Renan Calheiros, uma outra questão, também enfática: no seu depoimento, V.Sa. reiterou o que, de uma certa forma, disse na revista, mas hoje disse de forma explícita: "atingindo o PC se atinge o Presidente."

O SR. RENAN CALHEIROS - Ele próprio, ao insistir que há dezoito meses não vê Paulo César Farias, tem a clara e evidente intenção de demonstrar que nada tem absolutamente a ver com o que o PC praticou de tráfico de influência no governo ao longo desses meses. É por isso, também, que o Presidente não aceitou o meu desafio de dizer, de uma vez por todas, que não tem vinculação com o PC nem que o PC não fez tráfico de influência. A rede deve ser tão extensa que não se tem segurança em saber até onde vai ou onde deixou de ir.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Já que V.Sa. abordou uma questão importante no depoimento, qual é o papel, ou qual era o papel, até o seu desterro e hoje, que paralelo traçaria no papel da Primeira Dama Rosane Collor de Mello, na fase guia zero do Governo até sair da LBA, e, saindo da LBA, até o dia de hoje? V.Sa. poderia fazer uma avaliação do espaço político?

Quero esclarecer aos depoentes que essa não é uma questão alagoana. Às vezes, as pessoas diziam que Pedro Collor era doido; quando Pedro Collor veio aqui depor, esclareceu que de doido não tem nada; pessoas que diziam que a CPI não ia dar em nada, hoje, já estão pro-



fundamente preocupadas com a CPI; às vezes, pessoas dizem que essa é uma questão alagoana. Não! Apenas em Alagoas está a raiz, a base, o lugar onde o apocalipse começou, mas a questão é absolutamente nacional. Indago a V.Sa. qual era o papel da primeira-dama, tão poderosa, a ponto inclusive, segundo declara V.Sª., de conturbar o processo eleitoral e desequilibrar, de certa forma, o processo da sucessão governamental em Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS - Vou fazer todo esforço para responder à pergunta do Deputado José Thomaz Nono, porque essa pergunta pode resvalar justamente para aquela coisa do limite que eu já coloquei algumas vezes. Não quero chegar aqui na CPI e me tornar porta-voz de contar a intimidade, a particularidade do Governo, sobretudo se não tiver absolutamente nada com o que nós tratamos especificamente. A Primeira Dama Rosane Collor de Mello, durante a campanha eleitoral, e depois, de uma forma mais enfática ainda, durante os primeiros meses do governo, teve muito poder e muita força.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Eu queria indagar do Deputado Renan Calheiros sobre a foto publicada pela revista **Veja** que traz a sua entrevista, mas não é na sua entrevista. Mais adiante, o repórter Roberto Pompeu de Toledo assina uma matéria sob o título "A ameaça que cresce". Nessa bela foto, encontram-se três pessoas extremamente discutidas aqui nesta reunião - ao centro, o atual Presidente da República; do lado direito, com a mão no queixo e olhar atento, o empresário Paulo César Farias; e bem na pontinha, quase que na clandestinidade, a Ministra Zélia Cardoso. V.Exa. sabe quando foi essa reunião, para que foi e o que foi discutido nela?

O SR. RENAN CALHEIROS - Estou fazendo um enorme esforço de memória para tentar ajudar na localização dessa reunião, mas realmente



não tenho a informação.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - A última questão é de natureza eminentemente subjetiva. Procurei me ater só aos fatos, mas não posso prescindir de uma apreciação de natureza subjetiva, que é importante; afinal de contas, estamos discutindo pessoas. Eu jamais privei, em toda a minha vida, de nenhuma aproximação com o Presidente Fernando Collor. Creio que nós brigamos desde menininhos. Com quinze dias de governo - na época, o governador era Guilherme Palmeira - nós divergimos, já por conta de uma bela maracutaia a ser feita na Prefeitura de Maceió, e, daí para a frente, total divergência. Esse pecado eu não carrego na alma. Eu não posso deixar de indagar do depoente, que conviveu com o Presidente, que trace aqui, o seu perfil, em linhas gerais - e não é pergunta de psiquiatra, do Deputado Eduardo Mascarenhas.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu temo desempregar o deputado.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Não se preocupe. Fique V.Exa. tranqüilo. Eu já fui desempregado da oposição pelo Dr. Pedro Collor e por V.Ex^a., que estão exercendo com muito mais competência do que eu esse papel.

Em poucas palavras o senhor traduziria como o Presidente Fernando Collor de Mello reage às intempéries. Como explicar a fala irada? Sua Excelência não usou da fala irada contra o próprio irmão, Pedro. Com ele, foi algo assim meio indulgente, do tipo "ele vai ser internado", algo mais clínico, mais médico. Com o japonês, ele respondeu com uma interpelação judicial, mais outra interpelação, mais um processo. Mas com V.S^a o Presidente realmente agastou-se, balançou o dinheiro, foi em rede nacional de televisão, quase despenteia o cabelo. Indago a V.Exa. o porquê de tanta cólera, de tanta fúria contra V.S^a. Que explicação V.S^a dá para isso, já que V.S^a privou da sua amizade



por cinco ou seis anos? Aquilo é natural, é sincero ou é mais uma im-
postação diante das câmeras? Qual é a sua interpretação da fala presi-
dencial em resposta à sua declaração?

O SR. RENAN CALHEIROS - A informação que eu tinha, disse-a até
num programa de televisão do qual tive a honra de participar, em São
Paulo, ontem, foi que o Presidente da República gravou dez vezes o
pronunciamento que fez à Nação, querendo buscar, visivelmente, cada
vez mais, uma dosagem maior de indignação.

Não quero me aventurar a traçar aqui o perfil do Presidente.
Prefiro - se V.Exa. permitir, tenho plena convicção de que esse é o
desejo de V.Exa. - discutir a questão mais no âmbito geral, situá-la
dentro do plano político para que eu não venha a passar, em momento
algum, a impressão de que esse depoimento é coisa de derrotado, de res-
sentido. Quero descaracterizar esse entendimento para que o País, de
uma vez por todas, não tenha nenhuma dúvida de que o Presidente agiu
daquela forma porque fiz um depoimento verdadeiro.

Tanto é verdade que o Presidente ameaçou me processar; aliás,
ameaças veladas já vinham acontecendo há semanas por parte de pessoas
ligadas ao Governo. E, hoje, tal não foi minha surpresa quando abri os
jornais e li que o Governo havia desistido de interpor as medidas pe-
nais contra mim.

O SR. JOSÉ THOMÁS NONO - Sei que meu tempo, realmente, está
extrapolado, mas quero cumprimentar o depoente, antes de tudo, pelo
exercício de humildade. Ouvi com profunda satisfação a autocrítica pú-
blica e explícita do Deputado Renan Calheiros. Desejo cumprimentá-lo,
também, porque confirmou literalmente, palavra por palavra, tudo quan-
to havia dito anteriormente.



Se alguma ressalva, se alguma frustração levo deste depoimento é apenas aquela que foi esboçada pelo Sr. Deputado José Dirceu, ou seja, que V. Sa., por hora, ainda não conseguiu extrapolar o limite que se impôs. Espero, temos um longo tempo a percorrer, que esse limite se elasteça e que V. Sa. conte mais alguma coisa que, sem dúvida alguma, sabe.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) Com a palavra o Sr. Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Renan Calheiros:

O depoimento de V. Sa., Dr. Renan Calheiros hoje tem um significado especial. V. Sa., líder do Governo, coordenador político da campanha e, naturalmente, coordenador político da transição entre a eleição e a posse, é uma das figuras que esta CPI jamais terá oportunidade de dialogar, de conversar para extrair fatos que interessam a esta Comissão.

Não imagino outra figura de tamanha importância relacionada aos procedimentos que interessam a esta CPI e tão intimamente ligada às questões de Governo quanto V. Sa.

A sua presença aqui é de grande importância. E sua cooperação para com os trabalhos da CPI é altamente relevante. V. Sa. já proclamou que o que deseja na vida é colaborar com esta CPI como cidadão e como patriota. V. Sa. está cumprindo um dever importante.

Com essa intimidade de coordenador, com a responsabilidade de coordenador político do Governo, naturalmente um coordenador de muita eficiência - o Governo foi vitorioso em uma campanha que um ano antes da eleição era difícil imaginar vitoriosa, mas conseguiu-o com a coordenação de V. Sa. Naturalmente, como coordenador financeiro da campa-



nha teve a participação do PC, também muito eficiente.

Deputado Renan Calheiros, nós, que estávamos em outras campanhas, quando víamos os jatinhos subindo e descendo nos aeroportos, quando víamos as camisetas por milhares e milhões neste País afora, os panfletos pelos correios abastecendo cidades e distritos, o setor rural do País, e sabíamos que o PC era o coordenador financeiro, imaginávamos: "Que homem eficiente! Quanto dinheiro ele arrecadou nesta campanha". Realmente, toda a propaganda eleitoral foi muito bem feita; enfim, foi realmente uma dupla eficiente, tanto o PC Farias na sua atividade, quanto V. Sa. na sua atividade de coordenador político do Governo.

Por isso, aqui esperamos muito de V. Sa. no sentido de colaborar, por esta eficiência e é evidente que isso ganha prestígio e relevo. Nós sabemos que V. Sa. foi pessoa de relevo no Governo, um Líder do Governo no Congresso Nacional, onde as relações eram sempre as mais difíceis, pois o Governo não tinha partido que pudesse sustentar. Era uma articulação difícil, e V. Sa. foi eficiente nessa área. Somente uma pessoa de grande prestígio dentro do Governo poderia exercer a função com a eficiência de V. Sa.

V. Sa. está muito talhado para dar a grande colaboração que esta CPI precisa sobre fatos ligados às atividades de Paulo César Farias, que são objetivas e relacionam-se com qualquer pessoa. Portanto, qualquer pessoa que se relacione com as atividades de Paulo César Farias ou qualquer fato que tenha a ver ele tem muito interesse para esta Comissão, atinge a qualquer pessoa, inclusive o Senhor Presidente da República. É evidente que queremos saber das atividades, dos relacionamentos entre o PC Farias e o Presidente da República. Este é o objetivo desta Comissão. Não importa qual seja o assunto de natureza,



desde que tenha havido relacionamento entre o PC. e ele. Qualquer pessoa e qualquer instituição interessa, decisivamente, a esta Comissão.

Então, V. Sa. nos fez aqui uma afirmativa, e esta não foi repetida 23 vezes, foi uma vez só, mas me deixou muito preocupado até agora. V. Sa. disse que ninguém, absolutamente ninguém faz intermediações nas relações Fernando Collor de Mello e Paulo César Farias. É uma relação bilateral exclusiva, solitária para duas pessoas; ninguém mais viu, ninguém ouviu, ninguém dela participou, o que torna, realmente, Deputado Renan Calheiros o nosso trabalho muito difícil, porque, se ninguém viu, se ninguém ouviu, se ninguém participou de qualquer fato entre ambos, é difícil saber qual foi a natureza desta relação, embora saibamos que existiu. É por isso que, realmente, contamos muito com um grande esforço de memória de V. Sa. para colaborar com a comissão, revelar, realmente, algumas circunstâncias, já que ninguém viu, ou jamais participou desta relação; não há intermediários, nem sofre possibilidade de intermediação; ela é exclusiva entre as duas pessoas físicas, e temos que atuar baseados na circunstâncias de que V. Sa. participou como coordenador político de campanha, como coordenador de formação do Governo no Bolo de Noiva. V. Sa. era a estrela de primeira grandeza na feitura do Governo no Bolo de Noiva. V. Sa. sabe de fatos, de nomes, pessoas, instituições, repartições que têm a ver com as atividades de Paulo César Farias.

V. Exa. poderia, realmente, fazer um grande esforço de memória, para lembrar dessas conversas todas de que V. Sa., com a sua importância toda, participou; com que pessoas ou órgãos Paulo César Farias passou a ter interferências junto ao Governo - por que ele aqui se confessou - teve oportunidade de dizer isso em seu depoimento - muito



bem sucedido em arrecadar finanças, em estabelecer relações; ele próprio disse que qualquer cidadão pode intermediar pedidos, solicitações entre qualquer postulante e a Administração Pública. Eu contestei porque o Código Penal proíbe isso, mas ele informou haver feito isso muitas vezes.

V.Sa. não poderia nos revelar aqui que tipo de intermediação, e em que circunstância, Paulo César Farias desenvolveu junto à Administração Pública, que V.Sa. defendeu na Câmara, no seu conjunto, e o fez com brilho e muita firmeza?. Nós, da Oposição, sempre tivemos dificuldade nesse enfrentamento. V. Sa. foi o defensor, único porta-voz de toda administração aqui dentro; foi porta-voz do Ministério da Saúde, da CEME, do Banco Central, do Ministério da Previdência Social; enfim, V.Sa. que defendeu as instituições e também as pessoas titulares desses cargos sabe de alguma coisa que se passou nesse relacionamento entre eles.

Então, encareceria a V.Sa. um esforço de memória: que pessoas ascenderam aos altos escalões da Administração Pública, de Ministro, Presidentes de empresas, autarquias, dirigentes que tiveram a influência, a participação de Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Antes de fazer o esforço de memória que V. Exa. solicita, prefiro agradecer os elogios que V. Sa. me faz e dar um testemunho a esta CPI. V. Exa., na condição do Líder do PDT na Câmara dos Deputados, exerceu a liderança também com muito brilhantismo, toda vida respeitei-o demais.

Antes de responder precisamente a pergunta, queria lamentar um fato. Não sei se tenho o direito de lamentá-lo: V. Exa. gravou na memória, na consciência, essa frase "ninguém partilha a relação de amizade de Paulo César Farias com Fernando Collor de Mello. Ela é exclu-



siva, é solitária na sua expressão; ninguém viu". Não foi isso apenas que foi dito por mim para caracterizar essa relação, eu disse mais. Disse que tive conversas com Fernando Collor sobre Paulo César Farias, que tive reuniões com Paulo César Farias representando Fernando Collor...

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Sa. vai me permitir, para esclarecer a questão. Com isso não quero afastar as conversas que V. Sa. teve sobre essa relação...

O SR. RENAN CALHEIROS - Que são fatos verdadeiros, tanto que eu ia ser processado e não vou mais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V.Sa. apenas há de convir que tenho de esclarecer que eu quis referir o seguinte: a relação entre ambos ninguém viu, a relação que Paulo César Farias teve com a Administração Pública e de que V. Sa. tem conhecimento, certamente relatou-a ao Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS - Relatei indícios de irregularidades que hoje em dia estão comprovados. V.Exa. pediu que eu citasse casos da influência perniciosa dele no Governo e há vários. Eu mesmo citei aqui o caso da CEME, da LBA, da Secretaria Nacional de Transporte, do DNER. Para comprovar essas irregularidades, basta fazer uma profunda auditoria nesses órgãos porque tudo que dependeu de Paulo César Farias foi superfaturado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente. V. Sa. tocou numa questão que nos interessa muito. Falou na LBA, DNER, Secretaria de Transporte, CEME, e eu queria estender essa relação porque talvez V.Sa. não saiba, ou não nos possa revelar que tipo de problemas aconteceram lá; mas nós aqui podemos, através de auditoria, ir a esses órgãos e levantar esses problemas. É dessa cooperação que precisamos.



O SR. RENAN CALHEIROS - E é justamente esse o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nós sabemos disso. Queria estender essa lista. Além desses quatro órgãos, V. Sa. poderia citar outros órgãos. A Comissão merece isso e tem o dever de ir atrás e levantar as atividades de Paulo César Farias.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exa. já estourou em dois minutos o seu tempo.

Deputado Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Deputado Vivaldo Barbosa. eu trouxe várias informações para a CPI. V. Exa. tem a preocupação de elastecer isso do ponto de vista da necessidade que V. Exa. estabelece; mas é preciso primeiro apurar os indícios de irregularidade que já foram trazidos aqui. Não concordo quando V. Exa. - permita-me colocar humildemente isso - diz que eu e Paulo César Farias fizemos uma dupla de pessoas eficientes. Não é verdade, pois eu e Paulo César Farias tínhamos tarefas diferentes na campanha e eu nunca tive nenhum acesso ao dinheiro e à caixa da campanha eleitoral.

As pessoas que me conhecem em Brasília, em Alagoas- gostaria de invocar o testemunho de tantos alagoanos que estão aqui- sabem que tenho a vida limpa. Quanto ao fato de V. Exa. dizer que eu defendi a CEME, eu nego, pois simplesmente levei indícios de irregularidades para o Presidente apurar. Se Sua Excelência não quis apurá-las; se, ao invés de apurar, preferiu ir para Alagoas reforçar esse esquema que fez a fraude em Alagoas, o problema é de Sua Excelência.

O SR. VIVALDO BARBOSA- Só para esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS - Só para concluir.



O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Gostaria de chamar a atenção e pedir-lhe que conclua. V. Exa. é do meu Partido e fico até em uma situação difícil, mas gostaria que entendesse.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Gostaria que V. Exa. anotasse que são dez minutos e não cinco.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Acontece que explanação de V. Exa. foi grande e muito feliz. O tempo passou e V. Exa. não percebeu.

Nobre Deputado Vivaldo, conclua, por gentileza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Talvez eu tenha me esquecido que há certos debates aqui, Sr. Presidente, que...

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) - Peço aos Srs. Congressistas que silenciem para ouvirmos a última indagação do Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Renan Calheiros, quando fiz a descrição da função de V. Sa. e de Paulo César Farias, não quis fazer nenhuma vinculação, pois sei da separação. A minha intenção foi apenas dizer da importância que ambos tinham no esquema de Governo que iria ser montado e organizado e que o País sofreu.

Também esclareço que, quando disse que V. Sa. defendia o órgão, não maneira especial, defendia o Governo no seu conjunto. Por isso, V. Sa. sabe dos fatos do Governo e gostaria que V. Sa., que revelou estarcimento, esclarecesse sobre três setores do Governo e pergunto, em primeiro lugar: por que Cláudio Vieira ficava controlando as verbas de publicidade? Em segundo lugar, por que Paulo Leone Ramos controlava os fundos de pensão? Em terceiro, por que o Coronel Agenor, Chefe da Casa Militar, controlava a Previdência Social? Este era o Esquema PC ou o que V. Sa. chamou de esquema de poder paralelo? Era algo dife-



rente deste ou eram três esquemas separados, ou um esquema só ? O que V. Sa. pode descrever para nós? V. Sa. realmente conhecia o esquema oficial? Era líder desse esquema? Se tinha sensibilidade, como era esse esquema paralelo?

Solicitaria o empenho de V. Sa. no sentido de nos revelar qual é esse esquema e como se compõe. Como se caracterizou esse esquema paralelo de poder na administração da Presidência da República?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu já respondi e gostaria de reafirmar, em poucas palavras, que entendo que o grande desvio deste Governo foi abandonar os compromissos de campanha, enterrar os sonhos de milhares de brasileiros, em ter optado justamente por um esquema de poder paralelo e ter permitido a este cidadão Paulo César Farias o direito de compor...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como era esse esquema paralelo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu já o especifiquei aqui, dizendo que traficava influências, promovia irregularidades, desviava recursos públicos - o que é esquema de Paulo César Farias e de outras pessoas que dele participavam.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Outras pessoas participaram dele?

O SR. RENAN CALHEIROS - Já citei vários nomes aqui, lamento que V. Exa. não estivesse presente, e reafirmo todos os nomes citados. Agora, quanto ao fato de V. Exa. dizer que eu defendia praticamente sozinho, naquela época, o Governo, eu até lamento; e digo ser verdadeiro porque, naquela época, talvez não houvesse gente para defender o Governo com o brilhantismo que hoje o Governo tem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exa. é um exemplo.

Como última pergunta, o Deputado Wilson Müller já levantou o fato de que V. Sa. era Líder do Governo quando aconteceu a questão



VASP-PETROBRÁS e isso foi noticiado na imprensa. Nós, da Oposição, fizemos críticas e reclamações fortes que a imprensa noticiou.

Naturalmente, eram cobradas de V. Sa., da tribuna da Câmara, explicações sobre isso aí. E eu compreendo que V. Sa. tenha, pelo menos, se familiarizado com esse episódio VASP/PETROBRÁS. Poderia V. Sa. nos revelar se o Embaixador Coimbra efetivamente demonstrou interesse na questão VASP/PETROBRÁS? Ele chegou a dialogar, revelou algo, no âmbito do Governo, sobre a questão VASP/PETROBRÁS? Ele teve, no seu conhecimento, alguma participação em favor da VASP ou da PETROBRÁS?

O SR. RENAN CALHEIROS - Esse é um episódio posterior à última conversa que tive com o Presidente Fernando Collor, quando Sua Excelência me recomendou que tivesse calma, que aguardasse na minha casa, porque ele iria buscar o desfecho das questões específicas de Alagoas.

De modo que o nível de informação que tenho sobre esse episódio é o mesmo que V. Exa. tem. É o que eu li pelos jornais, já disse aqui no depoimento. É o mesmo que V. Exa. tem.

Quero mais uma vez deixar claro para esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o limite a que me referi aqui, e que foi brilhantemente explicado pelo Senador Mário Covas, é o limite do meu caráter. O que eu não quero é chegar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e dizer que tenho o direito de revelar intimidades, coisas pessoais, familiares, das quais...

O SR. VIVALDO BARBOSA - São questões públicas!

O SR. RENAN CALHEIROS - São questões públicas que não têm absolutamente nada a ver com esta CPI.

V. Exa. pretender levar a pessoa que exerceu a Liderança do Governo no Congresso Nacional a tratar da cozinha da Casa da Dinda é, no mínimo, arquivar por antecipação a minha vida pública.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Vou encerrar a participação de V. Exa., Deputado Vivaldo Barbosa.

Peço desculpas a V. Exa. e ao depoente, pois já decorreram 28 minutos.

Concedo a palavra à nobre Deputada Socorro Gomes, do PC do B do Pará.

A SRA. SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar aqui quão importante considero o depoimento do ex-Líder do Governo, o Sr. Renan Calheiros.

Quero citar um fato que até parece desproposital, mas uma vez estava no Tocantins, numa tarefa da CPI, quando um senhor negro, descalço, andava com um rádio nos ombros. E assisti a prisão desse senhor porque tinha um rádio e a polícia presumia que não era dele, portanto, seria roubado. Fui, então, procurar onde ele tinha encontrado esse rádio. Pelas várias denúncias feitas aqui, o Sr. PC Farias tem uma fortuna, no mínimo, suspeita. Endosso, assim, a solicitação de vários Parlamentares de que esta Comissão também procure, de forma rigorosa, saber a origem dessa fortuna, até em busca da verdade.

Também quero fazer uma pergunta à testemunha, em primeiro lugar, porque sendo um cidadão que goza de fé pública, que, inclusive, representou o Governo na Câmara Federal, poderia dar alguns detalhes.

O Sr. Renan Calheiros falou algumas vezes num esquema paralelo do Senhor PC Farias, com ênfase na Secretaria de Assuntos Estratégicos, por onde passavam numa peneira os currículos de quem poderia vir a servir ao Governo. Mas rapidamente também ele falou numa comissão maior, e sobre essa é que eu gostaria que S. Sa. entrasse em detalhes. Essa comissão maior, salvo imprecisão dos meus ouvidos aqui hoje, seria composta dos Srs. PC Farias, Agenor Homem, Pedro Paulo Leoni e



Fernando Collor de Mello. Qual era o objetivo desse estado-maior informal? Qual era a função do Senhor PC Farias nele - e aí não é só uma relação de duas pessoas, mas já um comando maior informal do Governo. Eu gostaria que o Sr. Renan Calheiros falasse dessa comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS - Entendo que essa é também, na verdade, uma informação nova dentre as várias informações novas que, ao longo deste depoimento pude aqui modestamente acrescentar. E citei que dentre as coisas que mais enloqueceram o Governo do ponto de vista administrativo, e com relação à necessidade de buscar e encontrar respostas para a Nação, uma que complicou muito o Governo foi a existência de um esquema muito próximo de poder, que eu não posso dizer que é um esquema paralelo e nem que é um esquema sobreposto - eu disse aqui - e nem que tampouco é um esquema meramente de Paulo César Farias. Mas foi um esquema que quem conviveu com o Governo sabe, e eu queria reafirmar aqui para a Deputada Socorro tudo o que disse anteriormente.

Pessoas no Governo nomeadas para cumprir atribuições específicas de cargo cuidavam de tarefas que absolutamente nada tinham a ver. E qual sentido tinha, por exemplo, o Senhor Pedro Paulo Leoni Ramos cuidar de fundos de pensão, de PETROBRÁS, de Vale do Rio Doce? E qual sentido tinha o General Agenor cuidar e decidir sobre coisas da Previdência Social? O que é que tinha a ver o Sr. Cláudio Vieira com prioridade de verbas públicas, quando, na verdade, a atribuição era do ex-porta-voz do Governo e, hoje, do atual porta voz.

Essas coisas precisam ser esclarecidas. Pessoas que já estiveram aqui precisam voltar - desculpem a sugestão - para responder sobre essas coisas, porque isso dentro do Governo era óbvio! É uma verdade também que o Presidente não vai ter como enfrentar; não vai ter como responder e não vai ter, como Sua Excelência gostaria, como processar!



A SRA. SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, continuando a seqüência dessa pergunta, gostaria de saber do Sr. Renan Calheiros por quanto tempo essas reuniões, essa comissão informal perdurou, e qual o papel de Paulo César Farias nessa comissão, nesse, digamos, "estado maior informal do Governo".

O SR. RENAN CALHEIROS - Essa comissão, Deputada Socorro, era a comissão mais próxima do núcleo de decisão do poder, quer dizer, essa comissão freqüentemente se reunia; essa comissão freqüentemente decidia; era a comissão que verdadeiramente governava.

A SRA. SOCORRO GOMES - Obrigada, Sr. Presidente. Estou satisfeita!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD - Deputado Renan Calheiros, houve aqui uma tentativa - e acho que precisamos elucidar bem esse detalhe - no sentido de dizer que V.Sa. apenas falou com o Presidente Collor a respeito de problemas - na presença do Ministro Bernardo Cabral - relacionados com as eleições em Maceió, no Estado de Alagoas. Então, para que fique bem claro esse assunto: V.Sa. colocou junto ao Presidente da República o que vinha ocorrendo em termos de remessa, por intermédio da CEME para o Laboratório LIFAL daqueles 18 milhões de dólares? V.Exa. colocou que havia distribuição de cestas básicas no Estado de Alagoas? São as perguntas que faço.

O SR. RENAN CALHEIROS - A declaração do Ministro Bernardo Cabral pode até pretender retirar a veracidade dessa minha afirmativa, mas não concordo que a afirmação tenha essa pretensão, até porque, cuidadosamente, o Ministro Bernardo Cabral disse que levei para o Presidente amargas queixas - expressão do Ministro Bernardo Cabral - da



utilização da máquina administrativa de Alagoas no processo eleitoral e da interferência de Paulo César Farias. Ele não localizou a interferência de Paulo César Farias no Governo de Alagoas; ele localizou na eleição em Alagoas! São questões distintas. E já tive oportunidade de colocar a matéria para o Senador Odacir Soares, ou seja, ele localizou a presença do Paulo César na eleição, e não no Governo! Mas a presença na eleição e a influência que ele detinha decorriam unicamente do poder de influência que ele tinha e que não era no Governo estadual, porque ele não tinha poder de influência, obviamente, no Governo estadual; mas no Governo Federal. Daí a lembrança da CEME; daí a lembrança da LBA e, na mesma conversa, com relação também à participação ostensiva da sua esposa, comprovada também depois da eleição.

O SR. JAMIL HADDAD - Deputado Renan Calheiros, quero justamente deixar bem claro esse fato. E aí caem por terra os argumentos usados por aqueles que diziam que a conversa tinha sido apenas relacionada com a eleição em Alagoas. Em que época V.Exa. colocou junto ao Presidente da República que havia interferência da CEME e do Ministério da Ação Social nas eleições em Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Mais ou menos em junho de 90.

O SR. JAMIL HADDAD - Então, fica claramente configurado que havia interferência federal, interferência central nas eleições, e que esta se dava através do prestígio do Sr. Paulo César Farias. Deve-se deixar bem claro esse aspecto, porque, pela colocação do Sr. Senador Odacir Soares e de outros companheiros entende-se que não havia correlação nenhuma nas referências de V.Sa. ao Presidente da República.

Peço ao Senador Odacir Soares, com aquela tranquilidade que lhe é característica, que me deixe completar. Fiz essa pergunta para ficar bem claro que V. Sa. colocava a interferência do Sr. Paulo César Fa-



rias em atos do Poder Central junto a órgãos do Poder Central que tiveram influência na eleição em Alagoas. É importante que fique bem claro esse ponto.

V. Sa. se recorda de que quando houve a falência do PRODUBAN - Banco do Estado de Alagoas -, o que chegou aos jornais é que o dinheiro do Estado passou a ser colocado em dois bancos privados: o BMC e o Banco Francês e Brasileiro.

V. Sa. soube de algum fato, naquela época, relacionado com aplicação do dinheiro do Estado nesses bancos com alguma rentabilidade para o aplicador que, segundo informações, era o Sr. Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Após a intervenção no Banco - já respondi ao Deputado José Thomaz Nono, que também fez essa pergunta...

O SR. JAMIL HADDAD - Eu não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS - Mas, com muita satisfação, respondo a V. Exa., por quem tenho o maior respeito e admiração.

A partir da intervenção, o Governo de Alagoas optou por mandar o dinheiro do Estado para dois bancos. Sabia de um deles, e o Deputado José Thomaz Nono me lembrou de outro, o Banco Sudameris. Esse fato é verdadeiro.

Com relação às irregularidades, não tenho nenhuma informação.

O SR. JAMIL HADDAD - A última pergunta.

V. Sa. tomou conhecimento, durante a campanha presidencial, de que o Sr. José Henrique D'Amorim, que posteriormente veio a ser o Secretário de Transportes, era o tesoureiro da campanha do Presidente Collor no Estado de Pernambuco?

O SR. RENAN CALHEIROS - Especificamente, se era tesoureiro ou não, não tenho nenhuma informação, mas posso ajudar com relação à for-



ma como as coisas, superficialmente, funcionavam. O Sr. Paulo César Farias dividiu atribuições ao longo de todos os Estados. As informações eram de que pessoas cumpriam tarefas eventuais em alguns Estados e que ele comandava a arrecadação global. Dentro desse raciocínio, é perfeitamente factível, e pode coincidir de que o homem que arrecadou fundos na campanha em Pernambuco tenha sido o Sr. José D'Amorim. Mas, sinceramente, não posso precisar com a ênfase que V. Exa. quer.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Jamil Haddad.

Gostaria de informar aos Srs. Parlamentares que a repetição de perguntas e, conseqüentemente, de respostas, está sendo muito grande, chegando a 4, 5, 6 vezes. Então, vou pedir desculpas a V. Exas., mas vou interferir agora no direito de classificar as perguntas.

Com a palavra o Deputado Tilden Santiago.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores:

Em primeiro lugar, a minha opinião sobre o depoimento do ex-Deputado Renan Calheiros coincide com a do Senador José Paulo Bisol e a do Senador Mário Covas.

Desde o final da manhã notei uma certa tendência, em algumas entrevistas de corredor, em desvalorizar um pouco o seu depoimento, como se não houvesse nada de novo, como se fosse político. Acho que nós, como políticos, temos que qualificar e dar valor a um testemunho dentro do discurso político.

Entendi que o depoimento de V. Sa., tem valor de prova testemunhal. Acho que cada depoente que vem aqui tem um caráter um pouco específico e o seu é valorizado pelo lugar do qual V. Sa. fala.



Vejo - embora o conjunto do depoimento seja muito forte - dois pontos que merecem um pouco mais de elucidação. O primeiro é com relação à CEME, Sr. Presidente, e não acho que vou repetir a pergunta. É uma tradição, na história política brasileira, o dinheiro sair dos cofres públicos para eleger políticos, e V. Exa. afirmou que isso se deu na CEME com relação às eleições em Alagoas: 16 milhões de dólares. V. Exa. teria dados mais concretos sobre o mecanismo de como o dinheiro saiu dos cofres públicos e foi para as eleições em Alagoas?

O SR. RENAN CALHEIROS - Quando levei as denúncias de irregularidade ao Presidente Fernando Collor de Mello eram apenas denúncias.

Mais tarde, pela sucessão de escândalos, os fatos vêm à tona e começam, um a um, a se confirmar. Por isso, na entrevista, digo "hoje se sabe", porque ocorreu exatamente no dia em que a Folha de S. Paulo publicou uma matéria dizendo que, de junho a novembro, a CEME mandou para Alagoas 16 milhões de dólares.

A meu ver, é fundamental que esta Comissão Parlamentar de Inquérito peça informações à Polícia Federal, onde está tramitando, paralelamente a esta Comissão, um inquérito de quase 2 metros de altura, para que se possa debater com provas eloqüentes, que não deixem nenhuma margem de dúvida sobre o que os depoentes dizem nas oportunidades que têm de estar aqui com os Srs. Deputados e os Srs. Senadores e conversar.

Levei os fatos ao Presidente e pedi que Sua Excelência os apurasse. Entretanto, o Presidente não apurou. Ao participar das eleições de Alagoas no segundo turno, ao conversar com cada prefeito, dizendo que só mandaria dinheiro se apoiassem o candidato adversário; ao ir à televisão ameaçar que, se o seu candidato não se elegeisse, ele não mandaria dinheiro para Alagoas, o Presidente não só se omitiu mas, so-



bretudo, apoiou esse esquema, que a própria Justiça e a anulação dos votos comprovam.

O SR. TILDEN SANTIAGO - A segunda pergunta refere-se ao relacionamento do Paulo César Farias com o Presidente da República.

Não quero fatos, nomes, ou instâncias governamentais como pediu o Deputado Vivaldo Barbosa. Considero a sua prova testemunhal pelo que ela tem de vivencial.

V.Sa. afirmou que o Presidente tinha conhecimento do poder paralelo estabelecido pelo PC Farias. Disse também que esses fatos vivenciados apontavam para uma conclusão no sentido da omissão por parte do Presidente.

Pergunto: esses fatos evidenciados apontavam somente para uma análise da omissão, ou suscitavam em V.Sa. uma testemunha vivencial, no sentido do apoio, do endosso, da convivência?

O SR. RENAN CALHEIROS - Apontavam para, no mínimo, uma omissão. No que depender de mim, reafirmo tudo que disse. Nas conversas que tive oportunidade de ter com o Presidente, Sua Excelência sabia do Paulo César Farias. E ao permitir que esse esquema prosseguisse, o Presidente, de uma vez por todas, tem que responder à Nação, porque não tomou nenhuma medida para coibi-lo, para desmontá-lo.

Sua Excelência pode argumentar que com a reforma ministerial tentou fazê-lo de alguma outra forma. Mas isso não responde. Mesmo se vier a responder, e se o País passar a entender como a reforma ministerial demarcando o final do "império" desse esquema paralelo de poder, isso, na verdade, caracteriza uma omissão e envolvimento do Presidente nos meses anteriores.

O SR. TILDEN SANTIAGO - A última pergunta refere-se a essa frase: "Ninguém entrava na intimidade da relação PC Farias e Fernando



Collor de Mello". Pergunto se essa constatação, essa frase, vem à tona após as denúncias de Pedro Collor, ou se, ao contrário, ela já era uma preocupação para V. Sa. como Líder do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS - V. Exa. poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. TILDEN SANTIAGO - Essa intimidade, essa relação exclusiva dos dois - confirmada na frase: "Ninguém entrava na intimidade da relação PC Farias e Fernando Collor de Mello" - era algo já percebido por V. Sa. como Líder do Governo? Essa relação pessoal era comentada?

O SR. RENAN CALHEIROS - Sim. A partir do momento que tive acesso a indícios de irregularidade, levei-os ao Presidente e cobre a apuração desses fatos.

Mas, respondendo especificamente à relação pessoal, de amizade e convivência, sim.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Faria uma solicitação a V. Exa. Peço a compreensão dos membros da CPI, porque tenho um compromisso - devo viajar às 18 horas - para fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O Presidente não se opõe desde que o Plenário também concorde. (Pausa.)

O Plenário concordou.

O SR. DIVALDO SURUAGY - Gostaria de perguntar ao Deputado Renan Calheiros se ele tomou conhecimento de cinco cartas abertas que mandei a Sua Excelência o Senhor Presidente da República há praticamente um ano, para ser mais preciso, no mês de julho de 1991, das quais lerei alguns tópicos que revelam todas as denúncias que estão sendo corroboradas por V. Exa. neste instante. Naquela época, um ano atrás, mandei cinco cartas ao Presidente. Lerei apenas alguns tópicos:



"Presidente, os seus falsos amigos estão denegrindo a imagem do seu Governo. Os comentários, na classe política, nos meios empresariais, nos sindicatos, nas universidades, nos quartéis são os piores possíveis. A corrupção está desenfreada. Raros os recursos que são liberados sem intermediários, exigindo de 20 a 30% e, em alguns casos, até 40%.

A piada do momento, Sr. Presidente, é que eles costumam afirmar em tom jocoso ser 10% de gorjeta de garçom.

Dizer é fácil, bem sabemos. O difícil é provar. Vossa Excelência, contudo, não precisa sequer determinar que a Polícia Federal averigue, basta olhar a melhoria súbita do padrão de vida de alguns dos seus funcionários. Pessoas que, há quatro ou cinco anos, tinham dificuldades de enfrentar pequenas despesas, hoje possuem apartamentos luxuosos, maravilhosas casas de praia, lanchas caríssimas e automóveis importados.

Os escândalos se sucedem, Presidente."

Estou lendo apenas alguns tópicos para não tirar o tempo dos Srs. Parlamentares. Afirmava, eu, para Sua Excelência, o Presidente Fernando Collor:

"A sabedoria popular diz, com muita propriedade, que o pior cego é aquele que não deseja enxergar."

E, então, concluía dizendo:

"As críticas, que se transformaram em verdadeiras denúncias contra alguns administradores públicos que, investidos da autoridade que seus cargos lhes conferem, aproveitam-se do seu poder de influência que eventualmente desfrutam para cuidar de interesses pessoais, em detrimento dos legítimos interesses da coletividade. Os jornais falavam constanemente em corrupção, as greves se alastram e a sociedade



brasileira parece descrente de tudo e de todos."

A pergunta que faço a V.Sa. decorre do fato de eu ter mandado cinco cartas,, protocolizando-as todas no Palácio do Planalto. A grande imprensa deu uma enorme cobertura: O ESTADO DE S. PAULO a FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO, jornais das mais diversas capitais brasileiras comentaram. Entregava cópias dessas cartas a uma pessoa íntima do Presidente, na esperança de que chegassem às suas mãos. Publiquei um avulso e o distribuí aos milhares pelo Brasil. Isso há um ano.

Então, como V.Sa. privou da intimidade do Presidente, na qualidade de Líder do Governo, gostaria de saber quais as notícias que chegaram ao conhecimento de Sua Excelência? Se um Senador da República - essas cartas depois foram lidas na tribuna do Senado - leu esses documentos, se a grande imprensa teceu todos esses comentários, isso chegou ou não ao conhecimento do Presidente? Até hoje estou aguardando uma resposta do Presidente.

V.Sa. tem uma idéia de como funcionava esse mecanismo de comunicação junto ao Presidente? Muitas vezes, os auxiliares escondem as notícias negativas. Como V.Sa. privou da intimidade do Governo, é a pergunta objetiva que faço.

O SR. RENAN CALHEIROS - E essa era uma prática desse Governo. A sua colocação é um exemplo recente disso, Senador Divaldo Suruagy. Pessoas que viviam em volta do Presidente da República primavam por levar para o Presidente da República só as boas notícias. E isso também é característica da sua própria personalidade. Talvez até por isso tenham acontecido algumas consequências em função do nosso relacionamento. Quando pude, tentei cumprir exatamente o papel inverso a esse triste papel que muitos dos seus amigos cumpriram.



Sou testemunha das suas cartas, cartas verdadeiras, que manifestam preocupações que não eram só suas, mas de todo o País - como as suas cartas dizem. Lamento apenas não poder me situar no momento, porque são cartas de 91 e eu já havia deixado o Governo. Mas quero ressaltar perante esta CPI, dar um outro depoimento acerca do papel que V.Exa. tem cumprido. Grande líder político de Alagoas, foi Governador do Estado já em duas oportunidades e é um dos líderes da frente que hoje congrega setores até antagônicos da Oposição de Alagoas, buscando encontrar um caminho comum que possa levar o Estado ao desenvolvimento.

De modo que, para encerrar e responder a sua pergunta, era exatamente isso que acontecia. Pessoas em volta do Presidente não permitiam que Sua Excelência tivesse acesso a informações que pudessem eventualmente contrariá-lo.

O SR. DIVALDO SURUAGY - De qualquer maneira, Sr. Presidente, vou deixar essas cartas como mais um documento que estou acrescentando à Comissão, com autógrafo do Senador Odacir Soares que faz questão de referendar as minhas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Euclides Mello.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, Sr. Renan Calheiros, quero de antemão dizer a este Plenário, ao Sr. Presidente, aos Deputados, Senadores que estão aqui, que é com um constrangimento muito grande que venho a esta CPI, fazer determinadas indagações e afirmações ao ex-Deputado Renan Calheiros. Porque sempre admirei e sempre tive uma admiração muito grande por ele e pela sua família, pelo seu irmão Olavo, pelo Renildo que sempre encontramos aqui.



Mas gostaria de alertar que não fui eu que puxei para esse caminho. E que não tenho nenhuma ligação com o Sr. Paulo César Farias; não tenho, absolutamente, nenhum vínculo com ele. Torço, e vou fazer o possível para que esta Comissão entregue bastantes subsídios para a Justiça do nosso País a fim de que ela cumpra o seu papel e haja de acordo com o rigor da lei.

Nunca falei sobre isso - vou falar pela primeira vez - mas fui até prejudicado pelo Sr. Paulo César Farias...

O SR. RENAN CALHEIROS - É um exemplo.

O SR. EUCLYDES MELLO - ...quando fui candidato a Deputado Estadual em Alagoas. Em uma das últimas urnas, lá em Murici, soube que ele financiou alto pessoas do esquema e consegui tirar os 15 votos que faltavam para eu chegar a ser eleito em Murici.

Mas vamos aos fatos. Acho que político tem que ter caráter, coerência e dignidade. Pode até errar e se equivocar; já errei, já me equivoquei; mas caráter, coerência e dignidade fazem parte do meu currículo. Nunca, em tempo algum, serei chamado de Calabar da política; isso posso garantir aos senhores.

Solicito do Deputado Renan Calheiros a seguinte informação: Quando a Imprensa Nacional deu divulgação do seu rompimento com o Governo, o senhor achou que foi adequada, foi uma divulgação à altura do que o senhor denunciava naquela época? O senhor diga sim ou não, Deputado.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não entendi a pergunta. Se V.Exa. pudesse reproduzir...

O SR. EUCLYDES MELLO - Quando do seu rompimento com o Governo, o senhor achou que a Imprensa Nacional deu a divulgação que deveria ter dado ao rompimento e às acusações que V.Sa. fazia?



O SR. RENAN CALHEIROS - Não tenho dados para avaliar a dimensão da importância.

O SR. EUCLYDES MELLO - Mas todo mundo sabe que todos os meios de comunicação deram ampla divulgação.

O SR. RENAN CALHEIROS - V.Exa. está respondendo.

O SR. EUCLYDES MELLO - Todo mundo sabe disso. Eu pergunto a V. Sa. o seguinte: Se há uma linha, em qualquer tipo de jornal daquela época, em que o senhor afirmava que havia um Governo sobreposto ou um Governo paralelo; naquela época em que o senhor rompeu com o Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Os jornais que...

O SR. EUCLYDES MELLO - Da época não tem nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS - Os jornais que já me comprometi a entregar à CPI atestam exatamente o que estou dizendo. E, mais do que os jornais, o testemunho idôneo do Senador Mário Covas, que há pouco tivemos o prazer de ouvir, não deixa dúvida com relação a isso.

O SR. EUCLYDES MELLO - Mas, na época, o senhor não deu; posso garantir isso. E gostaria apenas que o senhor me protestasse, se tiver meios de fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS - Vou apresentar os jornais à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EUCLYDES MELLO - Agora vamos falar um pouco da sua biografia política. Acho que deveria ser melhor colocada a biografia política de V. Sa.

V. Sa. era Deputado Estadual e fazia oposição cerrada, oposição radical ao então Prefeito de Maceió, Fernando Collor de Mello.

O SR. RENAN CALHEIROS - Na sua expressão.

O SR. EUCLYDES MELLO - Na minha expressão não, na de todos.



O SR. RENAN CALHEIROS - Acabei de responder que fui Oposição a Fernando Collor; eu era Deputado Estadual, Líder do MDB na cidade, ele era Prefeito de Maceió e tivemos sempre uma relação de oposição - claro -, mas respeitosa.

O SR. EUCLYDES MELLO - Inclusive publicou um livro, se não me falha a memória, chamando-o de "príncipe da corrupção".

O SR. RENAN CALHEIROS - Não há nenhuma...

O SR. EUCLYDES MELLO - Antes de fazer essa pergunta, pedi ao Deputado José Thomaz Nono e ele afirmou...

O SR. RENAN CALHEIROS - Se V.Exa. puder mandar o livro para a CPI, acho que ajudaria muito.

O SR. EUCLYDES MELLO - Não tem problema. Só estou perguntando.

O SR. RENAN CALHEIROS - Ao invés de estar citando o livro e tentando...

O SR. EUCLYDES MELLO - Só estou perguntando.

Naquela época V. Sa. já fazia essa oposição acirrada ao então Prefeito de Maceió.

O SR. RENAN CALHEIROS - Sobre isso, eu queria...

O SR. EUCLYDES MELLO - Quando eu perguntar, o senhor responde. Um momentinho. Deixe-me concluir. Não vou ser grosso como alguns Deputados foram com determinado cidadão aqui, mas faço questão de usar o meu direito até o seu limite.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está assegurado a V. Exa.

O SR. EUCLYDES MELLO - Então, quando deputado estadual tinha esse comportamento. Depois foi eleito Deputado Federal - não tenho maiores conhecimentos sobre sua atuação como Deputado Federal da primeira vez. Na segunda vez aliou-se a Geraldo Bulhões e, junto com ele, foi o grande responsável pela candidatura de Fernando Collor ao Gover-



no de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS - Já me penitenciei...

O SR. EUCLYDES MELLO - O senhor só fale, por favor, quando eu indagar. E nessa campanha para Deputado Federal, quero dar o meu testemunho - há três coisas na vida de que não abro mão de jeito nenhum: caráter, dignidade e coerência -, naquela ocasião em que o senhor foi candidato a Deputado Federal, quem financiou a sua campanha foi o Sr. Paulo César Farias, e os vereadores, os prefeitos de Alagoas que o apoiaram, e os deputados estaduais que hoje são deputados federais aqui, na Câmara dos Deputados, que dobraram e iam juntos na Tratorial receber recursos para a campanha. Não estou perguntando isso; estou afirmando e provo o que estou dizendo. O senhor tentou negar esse envolvimento. Na campanha para Prefeito de Maceió, quem não sabe, naquela Capital, que o grande propulsor da sua candidatura, financeiramente, foi o Sr. Paulo César Farias?

E aproveito essa oportunidade - agora sim - para lhe fazer uma pergunta. Em 1988, o senhor devia ao BANORTE, agência Maceió?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não me recordo.

O SR. EUCLYDES MELLO - Não se recorda?

O SR. RENAN CALHEIROS - É um esforço de memória que para quem tem uma vida atribulada como sempre tive...

O SR. EUCLYDES MELLO - Não se recorda!

O SR. RENAN CALHEIROS - Ter que se lembrar se devia especificamente ao BANORTE...

O SR. EUCLYDES MELLO - Mas pela importância que devia.

O SR. RENAN CALHEIROS - Lamento que V.Exa...

O SR. EUCLYDES MELLO - Os poucos débitos grandes que fiz na vida, recordo-me deles. E esse aí é razoavelmente grande.



O SR. RENAN CALHEIROS - Lamento que V.Exa. venha trazer coisas e fatos completamente estranhos a este negócio aqui.

O SR. EUCLYDES MELLO - Estranhos não. Estou trazendo esses fatos para mostrar a sua incoerência.

O SR. RENAN CALHEIROS - Os documentos que V.Exa. tiver a meu respeito...

O SR. EUCLYDES MELLO - A sua incoerência.

O SR. RENAN CALHEIROS - Os documentos que V.Exa. tiver a meu respeito mande para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EUCLYDES MELLO - Quanto? V. Sa. não sabe quanto. Quem pagou a conta?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu. Todas as minhas contas.

O SR. EUCLYDES MELLO - É?

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro.

O SR. EUCLYDES MELLO - Está bom. O senhor jurou dizer a verdade aqui nesta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS - E estou dizendo absolutamente a verdade.

O SR. EUCLYDES MELLO - Está certo. Falei aqui que foi o senhor quem inaugurou o Morcego Negro. Fez um vôo de Brasília a Manaus. O senhor negou. O Senador Ney Maranhão...

O SR. RENAN CALHEIROS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não permito que V.Exa. interrompa um Parlamentar; deixe S. Exa. concluir, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS - Claro.

O SR. EUCLYDES MELLO - O Senador Ney Maranhão perguntou se o senhor já tinha usado algum avião, em campanhas eleitorais, de firmas construtoras e de empreiteiras. E o senhor disse que nunca usou. Nunca



usou jatinho. E quando saí daqui, fiquei com um negócio na cabeça, e disse: "Tem alguma coisa errada aí". Quando cheguei no meu gabinete, lembrei-me. E quando cheguei aqui com o Nono, eu disse: "Nono, agora me lembrei". V. Sa. está lembrado ou continua esquecido que em São Paulo...

O SR. RENAN CALHEIROS - Quero saber se é uma pergunta. Faça a pergunta, porque quero responder.

O SR. EUCLYDES MELLO - É uma pergunta. Acho que o senhor negou aquilo para o Senador Ney Maranhão, porque se esqueceu. Recomendo até que vá àquele médico que tratou do Pedro Collor para ver...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Euclides, favor evitar o constrangimento de quem dá o testemunho.

O SR. EUCLYDES MELLO - Não há constrangimento algum.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Pois não, pode concluir.

O SR. EUCLYDES MELLO - O senhor não se lembra que peguei uma carona com o senhor, de São Paulo a Maceió, num jatinho?

O SR. RENAN CALHEIROS - A sua companhia me é muito grata quando posso lembrá-la. Mas não posso dar esse depoimento à CPI

O SR. EUCLYDES MELLO - Ah não? Esqueceu também que fui com o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu quero que V.Exa. pergunte.

O SR. EUCLYDES MELLO - Eu estou perguntando a V.Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS - V.Exa. perguntou se eu tinha um jatinho à disposição da minha campanha? Eu, com todas as letras, disse que não tinha. V.Exa. está dizendo que inaugurei o vôo do Morcego Negro.

O SR. EUCLYDES MELLO - De Brasília a Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS - Voei com o Presidente da República para quase todos os lugares deste País. Se morcego negro, ou morcego bran-



co, ou morcego azul ou vermelho eu não sei. Mas, quando estive na campanha, eu voei com o Presidente para todos os lugares do Brasil. O fato de V.Exa. dizer que foi no Morcego Negro, V.Exa. ingenuamente - desculpe-me - está trazendo mais uma vinculação do Paulo César Farias com o Senhor Fernando Collor de Mello. (Tumulto)

O SR. EUCLYDES MELLO - Não, por coincidência, nobre Deputado, essa viagem foi um vôo exclusivo. O Presidente nem foi junto. Foi V.Sa. somente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama)(Fazendo soar a campainha) - Não posso permitir esse diálogo como está. V.Exa. pergunta e o depoente responde.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, o depoente disse que o pessoal que veio de Alagoas foi da pior qualidade que o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS - Mal contratado. Foi um grande erro do Governo.

O SR. EUCLYDES MELLO - Quais, por exemplo?

O SR. RENAN CALHEIROS - Disse aqui, durante toda a CPI, que não quero especificar nomes de pessoas que participaram do Governo, porque é apequenar o depoimento. V.Exa. quer que eu fale de 15 votos que V.Exa. diz que foram roubados em Murici?

O SR. EUCLYDES MELLO- Não mude de assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Renan Calheiros, restrinja-se à resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS. - Estou procurando responder, mas não estou conseguindo localizar a precisão das perguntas, Sr. Presidente. Gostaria de contar com a ajuda de V.Exa.

O SR. EUCLYDES MELLO- Sr. Presidente, aqui foi muito colocado esse problema de interferência do Governo Federal na campanha de Ala-



goas. E os Parlamentares aqui não têm conhecimento de que quem mais usou o Governo Federal na campanha eleitoral para o Governo de Alagoas foi o ex-Deputado Renan Calheiros; depoimento de todos os Ministros do Governo Federal em favor de sua candidatura. Magri, o que ele dizia? "O Renan, Governador, mete o pé aqui na porta do gabinete; não pede audiência, entra". E tantos outros ministros que prestaram depoimento.

O grande ressentimento - eu acho que acontece isso tudo pelo seguinte: é que na campanha de governador, o senhor Renan Calheiros não contou com o apoio financeiro do Sr. Paulo César Farias.

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu recusei o apoio.

O SR. EUCLYDES MELLO - V.Sa. escute.V.Sa. não contou com o apoio dele. Quando ele o apoiou para Deputado Federal, por que V.Sa. aceitou? Quando o apoiou para prefeito, V.Sa. aceitou? Quando ele deixou de apoiar V.Sa. e resolveu apoiar Geraldo Bulhões ele virou satanás? Ele era santo quando apoiava V.Sa. e satanás quando deixou de apoiá-lo? E tenho autoridade para falar isso, porque nunca recebi nenhum apoio do Sr. Paulo César Farias e nunca desfrutei de nenhuma amizade dele e nem de convivência com ele. Estive com o Sr. Paulo César duas ou três vezes, no máximo.

Agora, vamos lá: há incoerência política em perguntar aqui qual a relação dele com Djalma Falcão? V.Sa. autoriza que essa carta seja lida pelo Sr. Relator?

Estou perguntando se o Sr. Depoente autoriza que o Relator leia esta carta?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tudo o que o Sr. Relator considerar importante para o bom andamento da CPI, a nível de informação e da necessidade da CPI ter acesso, está perfeito.



O SR. EUCLYDES MELLO - Acho que é muito importante, para mostrar a sua incoerência política, para ficar caracterizado, nesta CPI, que as palavras de V.Sa. não podem ter credibilidade, porque o senhor foi um eterno incoerente, como bem colocou aqui, em outras palavras, o Deputado José Thomaz Nonô. (Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) (Fazendo soar a campainha) - O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, vou concluir.

Vou dizer aqui o que é coerência, dignidade e caráter: eu era Vereador em Maceió, fiz oposição ao Sr. José Bandeira do primeiro ao último dia de seu mandato. Não me junto a ele para ir para o céu, porque não confio nele. Se fazia oposição a ele e fazia as minhas denúncias é porque sabia que não era digno de ser Prefeito de Maceió. Ele pode aparecer como candidato a presidente que não me alio a ele.

Como pessoa ligada ao Presidente Fernando Collor de Mello, mesmo sem ser Líder do Governo, já estive na tribuna desta Casa para discordar do comportamento de vários assessores dele, do Sr. Fernando Wellich. Fiz um pronunciamento criticando a sua posição, "metendo o cacete" na Sra. Zélia Cardoso de Mello... (risos)

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado, peço que conclua.

(tumulto na reunião)

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A palavra continua com V.Exa., mas peço que use a linguagem parlamentar para evitar constrangimentos e atrapalhar os trabalhos da CPI. V. Exa. é um parlamentar, não membro da Comissão, e peço que se enquadre na linguagem parlamentar.

Para concluir, a palavra está com V. Exa.

O SR. EUCLYDES MELLO - Então, Sr. Presidente, mesmo sendo ligado ao Governo, quando vejo alguma coisa errada, venho à tribuna e de-



nuncio. E como é que um homem que se diz tão correto na sua vida pública viu tantas irregularidades, tantas coisas erradas do governo e só depois que deixa a Liderança é que vem a público trazer esses problemas.

Por que não se indignou quando do confisco da poupança? Critica hoje o governo, mas sei que primeiro apoiou o confisco da poupança de pessoas carentes, necessitadas.

Eu não era Deputado e não sei, se na época, como Deputado, ele se curvaria da maneira como o fez perante o confisco da poupança. Então, finalizando, não merecem nenhuma credibilidade as denúncias do depoente, porque o seu passado não recomenda.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - As intervenções dos parlamentares não-membros da CPI são admitidas pela própria CPI, pelo Plenário, para colaborar e buscar o objetivo da Comissão. Se, a partir de agora, esses depoimentos forem usados para esse tipo de intervenção, atrapalhando os trabalhos, serão prejudiciais, e aí vou ter que adotar uma posição mais dura e cassar até as inscrições dos...

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, a questão de ordem que já fiz há algum tempo e que quero reiterar é que temos que evitar aqui constrangimento e coação às testemunhas que vêm depor aqui na CPI. Do contrário, ninguém mais vai querer vir depor na CPI. Se é isso que está se pretendendo, vai se concretizar esse objetivo, ninguém vai vir aqui para "levar cacete" ou certos tipos de adjetivos com os quais não concordamos.



V.Exa. deveria, primeiro, pedir que fosse retirado da fita as palavras que não se enquadram na linguagem parlamentar...

O SR. EUCLYDES MELLO - Meu amigo, quanto à expressão "cacete" V.Exa. você sabe muito bem em que sentido quis usar. Eu quis dizer que protestei contra as atitudes dela...

O SR. MARCELO BARBIERI - Se V. Exa. não tiver calma, não podemos conduzir esse trabalho. Pediria calma a V. Exa.

O que queria pedir, Sr. Presidente, que evitássemos constrangimento das testemunhas que vêm aqui depor. Do contrário, ninguém vai mais querer vir depor.

Então, eu havia pedido isso pela manhã e reitero agora, neste momento, que se evitasse que cada um que fosse questionar a testemunha, fizesse um discurso contra ela. Isso caracteriza coação à testemunha.

Por isso, Sr. Presidente, pela ordem, acho que discurso contra a testemunha neste momento não cabe. Se se quiser fazer perguntas, este é um direito legítimo de todos os parlamentares.

Ninguém está fazendo favor aqui.

A questão de ordem é no sentido de que o Sr. Presidente garanta que todos os parlamentares possam fazer perguntas às testemunhas, evitando discurso contra e a favor da testemunha; que apenas se garanta que o andamento da CPI se dê pelo questionamento das testemunhas.

Era esta a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Marcelo Barbieri.

Com a palavra o Deputado José Thomaz Nono.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO - Sr. Presidente, quero só esclarecer. Ouvi atentamente todas as interpelações, mas, para que não parem dú-



vidas, tenho certeza de que essa não foi a intenção do nobre Deputado Euclides Mello.

Em primeiro lugar, a expressão "príncipe da corrupção" foi usada freqüentemente em Alagoas. Na época, era repetida pelo Deputado Renan Calheiros na Assembléia, mas cuja autoria se atribuía, no Estado, ao saudoso porta-voz, jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva. Saudoso, sim. É a nossa homenagem que prestamos a Portugal. Mas isso é incidental.

Em segundo lugar, quero dizer que, só incidentalmente, o nobre Deputado Euclides Mello se referiu à questão do jato, mas a referência ao meu nome foi meramente incidental; um terceiro lugar - e aí, sim, importante - em momento algum, pretendi diminuir a estatura ou qualquer tipo de colocação feita pelo Deputado Renan Calheiros. Bem ao contrário, referi-me a um discurso pretérito do deputado, porque realmente ele existiu, e louvei a sua humildade e o exercício da autocrítica, o que é, antes de tudo, um gesto de grandeza de qualquer pessoa, de qualquer parlamentar. Não é brincadeira não!

Era este o esclarecimento que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria também de esclarecer que, do ponto de vista da Relatoria, interessam, sim, as perguntas objetivas, interessa tudo que vem ao encontro da busca da verdade. A Relatoria não se impressiona com os juízos que se lançam aqui a favor ou contra os depoentes.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. assegurasse o mínimo, tanto quanto possível tem sempre assegurado. Quando qualquer dos Srs. Senadores começa a lançar um libelo contra o depoente, isso realmente



não ajuda as investigações, é uma forma de intimidação. Isso não interessa, seja o depoente quem for. Sei que, nesse particular, as coisas acontecem numa dinâmica; sei que o interesse de V.Exa. é preservar o bom andamento dos trabalhos, mas quero ressaltar esse aspecto, porque realmente isso não vai ajudar nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Sr. Relator.

Com a palavra o Sr. Moroni Torgan.

O SR. MORONI ORGAN - Sr. Presidente, nobre depoente, quero rapidamente cumprimentá-lo pela coragem com que vem agindo.

Gostaria de fazer perguntas bastante objetivas. Existe o esquema PC?

O SR. RENAN CALHEIROS - Existe.

O SR. MORONI TORGAN - Esse esquema existe para praticar crimes de fraude, de tráfico de influência, de corrupção, para ter poder e ganhar dinheiro, na expressão dele próprio. Se eu afirmar que PC Farias lidera um esquema de crime organizado, estou dizendo uma falsidade?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu não sei até que nível tão abrangente é a sua colocação de crime organizado, mas que lidera um esquema delinqüente de poder, eu diria que sim.

O SR. MORONI TORGAN - Eu gostaria de saber. Estive desde o início do seu depoimento e ouvi com muita atenção, quando o senhor dizia que conhecia os métodos do PC. Eu ouvi, por exemplo, o método que ele usou com o senhor: olha, eu o apóio politicamente; me dá três secretarias e também todos os contratos.

Que métodos são esses? O senhor disse que conhecia todos. Poderia dizer alguns desses métodos que ele utiliza?



O SR. RENAN CALHEIROS - São os métodos que, por exemplo, decidiram a convicção de que se deveria burlar o Banco Central. É um método que não pode ser entendido como uma coisa corriqueira. Quem é capaz de um método desse, imagine honrar o resultado que se anteveio a uma pesquisa eleitoral?

O SR. MORONI TORGAN - Então, são métodos que incluem fraude, corrupção, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS - Podem incluir.

O SR. MORONI TORGAN - Podem incluir fraude, corrupção os métodos que ele utiliza, inclusive apoiando politicamente alguém e, depois, cobrando esse apoio?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exatamente.

O SR. MORONI TORGAN - Seria esse um dos métodos?

O SR. RENAN CALHEIROS - Exatamente.

O SR. MORONI TORGAN - Nesse esquema todo que o senhor já deve ter visto por aí, Ironildes Teixeira, Guy de Longchamps, esses nomes são conhecidos seus?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, nenhum deles.

O SR. MORONI TORGAN - Não me refiro a pessoa conhecida. O senhor já ouviu falar nesses nomes?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu ouvi falar através do noticiário dos jornais. Eu até era daqueles que achavam que o tal de Ironildes não existia. Eu era filiado dessa corrente; depois, eu me surpreendi.

O SR. MORONI TORGAN - Na sua opinião, o esquema PC atuaria fora do Brasil ou só dentro do Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS - Pela extensão e gigantismo, obviamente, deve atuar fora do Brasil, mas não posso dizer: atua fora do Brasil.



Os documentos que o Sr. Pedro Collor trouxe aqui podem até comprovar alguma coisa nesse sentido, mas eu não tenho uma outra informação que possa, responsabilmente, configurar isso.

O SR. MORONI TORGAN - Esse esquema do qual o senhor falou é muito parecido com o da Máfia. Poderíamos chamar esse esquema PC de uma "máfia tupiniquim"?

O SR. RENAN CALHEIROS - Prefiro chamar de um esquema de poder paralelo, delinquente, burro, estúpido, desonesto.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado Moroni Torgan.

Com a palavra o Sr. Deputado José Filinto, do PST do Paraná.

O SR. JOSÉ FILINTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Renan Calheiros:

O senhor tinha conhecimento da disputa de poder na área de comunicação entre o Sr. Paulo César Farias e o Sr. Leopoldo Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - A briga inicial, de que todos nós tivemos conhecimento, antes mesmo de começar o Governo, era do Cláudio Humberto com o Sr. Leopoldo. Essa briga chegou a ser pública e, diz o Cláudio Humberto, foi em função dessa separação de poderes. Mas da briga com relação ao PC nunca tive conhecimento.

O SR. JOSÉ FILINTO - A briga a que me refiro é com relação às empresas telefônicas, para ser mais objetivo.

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tenho conhecimento, não tenho essa informação.

O SR. JOSÉ FILINTO - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Eduardo Cunha era o auxiliar de carregar pasta de dinheiro do Sr. Paulo César Farias?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

617

Secretário



O SR. RENAN CALHEIROS - Eduardo é o Presidente da TELERJ?

O SR. JOSÉ FILINTO - É, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS - Conheci o Eduardo Cunha em companhia do Daniel Tourinho, Presidente do PRN nacional. Estive com ele em diversas oportunidades. Não sabia das vinculações dele com o Sr. Paulo César.

O SR. JOSÉ FILINTO - O senhor citou aqui que no Paraná, para a indicação do Ministro Alcení Guerra, houve uma composição política com asfaltamento do caminho político para que pudesse ser candidato o então o ex-Deputado José Carlos Martinez.

Ele também é um dos ex-Deputados que perdeu a eleição. Ficou com algumas dívidas. Mas, de repente, hoje é dono de uma grande rede nacional de televisão, como também é proprietário de alguns jatinhos, para não fugir à regra.

O senhor teria conhecimento de alguma sociedade dele com o Sr. Paulo César Farias?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tenho. Verdadeiramente, não tenho.

O SR. JOSÉ FILINTO - Esse aplainamento político que houve para a candidatura do então Deputado José Carlos Martinez, do Paraná, não teria ocorrido coisa semelhante por ocasião do lançamento da candidatura do empresário Sílvio Santos para a Presidência da República, lançamento com o qual se sentiu derrotado o próprio candidato Fernando Collor, assim como muitos dos seus asseclas? Que também se procurou algumas pessoas responsáveis por aquele ato para a indicação do Ministro do Itamaraty? E que era necessário que houvesse, certamente, um aplainamento político nesse sentido para que se tirasse o Sílvio Santos da parada naquela oportunidade?



O SR. RENAN CALHEIROS - Não, não tenho essa informação.

O SR. JOSÉ FILINTO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Mascarenhas.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Confesso que considero tão graves as questões que estamos discutindo, e implicam em um prejuízo de tantos bilhões de dólares, seja qual for o resultado, que eu estou tendo dificuldade de ter humor durante esta reunião, porque significa milhões de mortes de brasileiros, aconteça o que venha a acontecer.

Como Deputado Federal, além de colocar esta minha apreensão, quero fazer uma pergunta aos juristas aqui presentes, porque eu não sou doutor nesta matéria:

O Deputado Renan Calheiros afirma que o Ministro Bernardo Cabral foi testemunha de uma conversa em que ele teria denunciado uma participação do Sr. Paulo César Farias nas eleições de Alagoas. Evidentemente que, como cidadão, ele pode ter tido participação sem que tal fato diga respeito nem ao Ministro da Justiça e nem ao Presidente da República. Entretanto, se com essa denúncia na frente do Ministro Bernardo Cabral ele explicitou que havia movimentos de uso da máquina federal, ou o Ministro da Justiça nega tal afirmação, ou me parece que ele está incurso em algum tipo de crime previsto pelo Código Penal. Ou, então, não foi exatamente essa a maneira pela qual ele levou a questão ao Presidente da República. Este é o primeiro ponto que eu queria colocar.

Uma outra questão diz respeito ao fato de ele ter ouvido da Ministra Zélia Cardoso de Mello que ao receber os bilhetes do Sr. Paulo César Farias, o Presidente da República teria dito: "Vai fazendo".



Esta frase parece-me que também implica em um tipo de ilícito penal, porque o Presidente da República não pode autorizar um Ministro sem critérios técnicos, sem fazer uma investigação sobre os elementos que estariam chegando. Se ele autoriza o Ministro a "ir fazendo," ou a Ministra Zélia teria que imediatamente renunciar ao cargo, porque ela não poderia obedecer a esse tipo de ordem, ou a Ministra Zélia e o Presidente da República estariam incursos em algum crime de responsabilidade.

Eu não sou jurista e estou fazendo até uma consulta ao Presidente da Mesa, se esta minha avaliação, enquanto um amador, em questões jurídicas, tem alguma procedência. A primeira pergunta que queria fazer não é ao depoente, mas a alguma pessoa que me possa responder juridicamente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Relator para que S. Exa. responda à pergunta.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Se esse diálogo houve, se realmente isso for comprovado, não há dúvida que essa conduta constitui um crime, no mínimo, de responsabilidade porque o ato administrativo não se situa dentro dos limites legais. Mas, se vem uma pessoa estranha, solicita providências a um Ministro de Estado e esse Ministro leva ao conhecimento do Senhor Presidente da República e esse ato é praticado contrário à lei, tem que inclusive esclarecer o que estava sendo requerido. Mas, de qualquer maneira, essa interferência, essa submissão a uma vontade estranha aos interesses administrativos constitui um delito. Evidente que isso precisa ser provado. Vamos raciocinar como hipótese.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Então, significa que o Deputado Renan Calheiros levantou, em seu depoimento, dois crimes. Se o depoimen-



to do Deputado for verdadeiro, implica em crime da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, em crime do Presidente da República e em crime do Ministro da Justiça. Foi esse o entendimento?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O da Justiça não sei até onde estaria...

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Se a denúncia de que havia uso da máquina federal foi feita na frente do Ministro da Justiça e S. Exa. não pede demissão e não denuncia o Presidente da República, parece-me que está sendo conivente com o crime.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Seria uma omissão, vamos dizer, se tudo isso for verdadeiro.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Eram essas as questões, agora gostaria de entrar em outras.

Evidentemente que não vim aqui nem para defender, nem para atacar ninguém. Vim aqui estritamente, com a mente aberta, disposto a compreender a verdade dos problemas e poder formular o meu juízo.

Como o que me pareceu mais significativo no depoimento do Deputado Renan Calheiros foi uma prova testemunhal, a questão da credibilidade da testemunha torna-se vital para o acolhimento ou não dos testemunhos.

Quando há prova material pode ser feita pelas piores motivações, porque a prova material se sustenta por si, mas quando é uma prova testemunhal tem que haver. Quando há uma prova material, evidentemente que a questão da credibilidade daquele que a apresenta não é importante. Entretanto, quando a prova é testemunhal, a credibilidade de quem a está emitindo é decisiva. Quero até, usando de certas categorias profissionais, fazer algumas perguntas ao Sr. Renan Calheiros.



V. Exa. teve conhecimento do episódio da Miriam Cordeiro, durante a campanha eleitoral, e considerou-o ético?

O SR. RENAN CALHEIROS - Tive conhecimento e se a estória me faz justiça e os jornais da época puderem ser lidos, fui contra a utilização daquele depoimento.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Então isso está nos jornais da época? Poderíamos averiguar essa questão?

O SR. RENAN CALHEIROS - Se dúvida tiver sobre a credibilidade do testemunha.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Não li, não conheço, portanto não tenho razão nenhuma nem para crer nem para descrer em nada daquilo que V. Exa. disser.

Parece-me que havia também uma manifestação ostensiva de riqueza na campanha Collor. Pelo menos, era o que eu percebia; eram jatinhos para baixo, helicópteros para cima, camisetas para todo lado. V. Exa. não tinha nenhuma noção da existência dessa prodigalidade financeira da campanha Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não entendi bem o sentido da pergunta.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - As manifestações ostensivas de riqueza da campanha lhe eram estranhas? As vinhetas de televisão, toda aquela riqueza?

O SR. RENAN CALHEIROS - V. Exa. me permita, mas é difícil formar uma consciência de juízo de custos de campanha. Quem não tem diretamente acesso a essas informações jamais pode fazê-lo. V. Exa. me cobra que eu tenha exata dimensão do custo de uma vinheta, confesso-lhe que não tenho nenhuma tradição de convivência com isso e talvez seja o caso de V. Exa. que, além de Deputado, é um excelente profissional de rádio e televisão.



O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Muito obrigado. Acho que circula por toda imprensa, o custo desses elementos, dessas campanhas; acho que são do conhecimento comunitário, ainda mais para quem já fez campanha eleitoral. Mas, tudo bem.

Então, o senhor foi Líder do Governo Collor?

O SR. RENAN CALHEIROS - Fui.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Como tal, privou da intimidade presidencial?

O SR. RENAN CALHEIROS - Se V. Exa. situar em que nível se localiza a intimidade...

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Da confiança presidencial?

O SR. RENAN CALHEIROS - Em que nível?

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - De poder, por exemplo, dizer coisas...

O SR. RENAN CALHEIROS - Que considerava verdadeiras, de pedir para que apurasse coisas verdadeiras, de cobrar que essas coisas tivessem sido apuradas. A minha confiança tinha esse tamanho, era a confiança com a qual estou aqui agora.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Muito bem. Como Líder do Governo, havia uma expectativa humana de que, pelo menos, a neutralidade presidencial iria ocorrer durante a campanha eleitoral em Alagoas e não a preferência por um outro candidato, suponho eu.

O SR. RENAN CALHEIROS - Havia um compromisso de neutralidade que foi quebrado pela participação do Paulo César e da sua própria esposa, ostensiva e provada.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - A partir do momento em que ficou caracterizada a preferência do Presidente da República pelo outro candidato, azedou o relacionamento político e pessoal. Isso é um fato ob-



jetivo. Parece-me que só quando já ocorrera o episódio em Alagoas é que houve esse azedamento.

O SR. RENAN CALHEIROS - Houve uma quebra de compromisso político, mas outros fatos já haviam anteriormente explicitado uma situação de divergência latente. Citei aqui o episódio da invasão da **Folha de S. Paulo**, citei o acordo do salário mínimo que fizemos no início do Governo, fatos com quais o governo não teve nenhuma responsabilidade e eu, com a mesma confiança e sinceridade com que respondo a V. Exa., disse ao governo que, se não fossem honrados esses compromissos, estaria contra.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Quero lhe dizer que sou psicanalista há 26 anos, há oito anos convivo com a intimidade humana e já analisei dezenas de lideranças intelectuais, artísticas, empresariais e até hoje não conheci nenhum santo. E não conheci nenhum ser humano que, quando contrariado em algum projeto extremamente importante para os seus anseios, não tenha nutrido poderosos sentimentos de rancor, mágoa e ressentimento. E não conheço na literatura psicanalítica mundial nenhum caso.

Então, ou o senhor tornar-se-ia a primeira exceção e poderíamos fazer o seu processo de canonização ou tenho dúvidas de que, se fizéssemos essa pergunta para o detector de mentiras, talvez, neste momento, tivéssemos alguma indicação de que não fosse muito bem assim...

O SR. RENAN CALHEIROS - Se V. Exa. me permite, até para ajudar a sua argumentação que acho uma coisa nova na CPI, quando falei aqui em detector de mentiras, falei em tese, mas talvez possa haver qualquer outro método para verificar quem, na verdade, está mentando, se o Presidente ou eu.



E como V. Exa. é um profissional há 25 anos, V. Exa. pode ser a pessoa indicada para decidir isso.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Deputado, estou querendo saber se o que lhe move é a sagrada ira ou se é a fúria satânica. Há uma imensa diferença entre um ser humano ser movido pela sagrada ira ou pela fúria satânica, porque esses sentimentos só ocorrem dentro de cada um de nós.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas também há a fúria da adesão.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Então, são questões que me põem em dúvida. Lembro-me, por exemplo, que a polícia norte-americana quando prende um criminoso, o policial imediatamente diz: "de acordo com a Constituição norte-americana, o senhor tem direito a ficar calado, constituir um advogado e tudo aquilo que o senhor disser poderá ser usado contra o senhor." Ou seja, o valor ético da lealdade, o valor ético da não-fratura da lealdade é algo extraordinariamente importante. E estamos discutindo, aqui, nesta comissão a ética, pois a corrupção é um subtema do grande tema que é a quebra dos valores éticos no Brasil.

Portanto, existem vários valores que devem ser preservados. Não sei se, por exemplo, a Ministra Zélia lhe teria autorizado a usar de algo que lhe foi formulado no momento, na vigência de um vínculo de mútua confiança, que foi o "vai passando," e se vários outros elementos é que implicam em um crime da Ministra ou se vários outros elementos do Presidente da República lhe foram passados em um clima... - Porque quanto ao Pedro Collor, não temos dúvidas de que ele rompeu momentos de mútua confiança, se é que o que ele disse tem alguma procedência ou veracidade. Isso não há dúvida alguma. Então, ele cometeu o crime de fratura da lealdade, porque quebrou esse valor ético. Quando



dois amigos se encontram, existe um vínculo sagrado de confiança mútua naquele estado de confiança. Se esse vínculo for quebrado, como, aliás, tem sido quebrado por...

O SR. RENAN CALHEIROS - Nobre Deputado, estou fazendo um esforço brutal para responder a sua pergunta, porém não estou entendendo absolutamente nada do que o senhor está dizendo com relação à CPI. Estou querendo colaborar com ela mas não estou entendendo e peço que me ajude no entendimento.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - O Senhor não está entendendo! Por exemplo, a Ministra Zélia lhe disse alguma coisa em confiança e o senhor veio trazer a público algo que ela não lhe autorizou a dizer?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, ela me contou uma conversa e não pediu sequer que não fosse passada adiante. E mais, sobre essa questão da Ministra Zélia, o mais importante não são as conversas que ela teve sobre se atendeu ou não às solicitações do PC e sim a existência da agenda.

Entendo o espírito de lealdade de V. Exa. e até a sua colocação neste momento mas estou inteiramente à disposição para responder a qualquer pergunta. Agora, depois de me submeter à avaliação do Deputado Euclýdes Mello, aos conceitos que ele emitiu a meu respeito, depois de me submeter à necessidade do detector de mentiras - até sugerido por mim - ao método que profissionalmente deve ser muito competente de V. Exa., acredito que não ajuda a minha presença na Comissão Parlamentar de Inquérito. E digo isso na condição de alguém que se colocou à disposição para depor desde o início...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço ao nobre Deputado que conclua a sua participação.



O SR. EUCLYDES MELLO - Peço a palavra para uma questão de ordem. Fui citado desairosamente e quero...

O SR. RENAN CALHEIROS - Foi elogiosamente.

O SR. EUCLYDES MELLO - Que falta de democracia é essa, meus senhores!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço a V. Exa. que conclua, Deputado Eduardo Mascarenhas.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Então, quero concluir dizendo que não acredito que os fins justifiquem os meios, essa é a primeira questão. Acho que jamais chegaremos a fins éticos se não for através de métodos éticos.

Acho que a história tem nos ensinado duramente que métodos não éticos não constróem e não justificam finalidades éticas.

O SR. EUCLYDES MELLO - V. Exa. me permite um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não permitirei, porque não há esclarecimento a ser dado.

O SR. EUCLYDES MELLO - Peço um esclarecimento sobre a ética.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não há o que esclarecer a V. Exa., porque o Deputado Eduardo Mascarenhas está fazendo um questionamento à testemunha.

Para uma questão de ordem concedo a palavra ao Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é sobre o andamento da reunião, após a manifestação do nobre Deputado Eduardo Mascarenhas, por quem tenho o maior respeito. Gostaria apenas que V. Exa., mais uma vez para que não houvesse confusão, reiterasse ao depoente que ele tem a obrigação de dizer a verdade. Ele não é réu, pois se réu fosse poderia inclusive silenciar no seu interesse.



Ele está aqui depondo sob compromisso e prestou juramento. E, em havendo prestado juramento, tem a obrigação de dizer a verdade sobre todas as conversas que houver mantido, sobre os fatos dos quais tiver conhecimento. E se tenho alguma restrição ao depoimento do Dr. Renan Calheiro é quanto ao fato de ele haver dito, durante algumas partes do depoimento, que havia um limite do seu caráter que fazia com que, a partir dali, não fizesse determinadas revelações.

No entanto, como tem obrigação de dizer a verdade e para que não pareça que há uma limitação ética em dizer a verdade, não seria ético prestar compromisso e não dizer a verdade a uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga, em nome da sociedade nacional, eu gostaria que V.Exa., mais uma vez, alertasse o depoente da sua obrigação de dizer a verdade na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Passo ao depoente a preocupação do nobre Deputado Odacir Klein.

O SR. EDUARDO MASCARENHAS - Para concluir, dizendo que a razão de ser que me motiva é apenas levantar, para a meditação de todas as pessoas, a possibilidade que todos nós estamos expostos de sermos movidos pelos mais violentos sentimentos que nos fazem sair de posições que anteriormente éramos capazes de possuir.

E que o fato do depoente ter aqui compromisso de dizer frente à CPI toda a verdade, ele não tinha esse compromisso de dizer isso frente à imprensa, de convocar a imprensa para fazer isso, porque na imprensa ele não está sob juramento e não está inciso nesses aspectos.

Então, acho que houve uma quebra ética do depoente ao fazer denúncia que ele obteve durante momentos de confiança e confidência mútuos.

Era só isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não tendo nenhuma pergunta, passo a palavra ao Deputado Renildo Calheiros.

O SR. RENILDO CALHEIROS - Sr. Presidente, para mim os fatos já estão suficientemente esclarecidos e nenhuma pergunta a mais tenho a fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Confesso que a minha curiosidade, ex-Deputado Renan Calheiros, é fazer aqui algumas indagações a V.Sa., porque nos conhecemos desde 78 na reconstrução da UNE, e eu tive muitas surpresas quando da campanha eleitoral de 89 me defrontei com V.Sa. como Líder do Governo e foi um confronto franco e aberto, democrático, e agora nesta CPI.

O País está diante da possibilidade de fazer um ajuste- e nós não estamos aqui preocupados com pessoas-, uma limpeza nas suas instituições e uma assepsia, no sentido ético e moral, do que deve ser o respeito ao cidadão e à coisa pública.

Acho que esse valor ético subordina-se àqueles que exercem cargos públicos a contribuir de todas as maneiras para que o cidadão e a sociedade possam conhecer a verdade, doa a quem doer.

Eu gostaria de perguntar, nobre colega depoente Renan Calheiros, se V.Sa. concorda com a afirmação do Pedro Collor de Mello, em declarações à revista **Veja**, de que o Sr. Paulo César Farias é teste-de-ferro do Senhor Presidente da República?

O SR. RENAN CALHEIROS - Eu declarei que o Sr. Paulo César Farias é comandante de um poder paralelo que exerceu enorme influência no Governo.



Até esse limite eu tenho a responsabilidade de dizer. Eu não posso dizer- seria uma coisa leviana e irresponsável- que ele seria testa-de-ferro; eu não posso sob juramento dar esse testemunho.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V.Sa., no depoimento a que eu assisti atentamente, no Programa Jô Soares, afirmou que todo mundo no Brasil fala da cor do gato, da pele do gato, do pé do gato, do pelo do gato, que o gato mia... Quem é o "gato", Deputado Renan Calheiros ?

O SLR. RENAN CALHEIROS - Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma preocupação fundamental: é de apurar as denúncias do Pedro Collor de Mello contra o empresário Paulo César Farias.

A minha presença é a reafirmação de tudo o que disse à revista **Veja**, de que o Sr. Paulo César Farias tem poder, influiu, nomeou, demitiu, traficou influência, desviou recursos públicos... Esta responsabilidade eu tenho assumido e reafirmo agora na pergunta de V.Exa. Se V.Exa. quiser agora entendê-lo como gato, como qualquer outro animal, não importa; o que importa é a veracidade do meu depoimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Renan Calheiros, V.Sa. participou de uma campanha eleitoral como uma pessoa de confiança política do Presidente da República Fernando Collor de Mello, na elaboração do Governo e todos nós vimos que a sua participação na defesa do Governo aqui, principalmente no famoso Plano Collor I foi uma defesa convincente, dura para V.Sa., não para o Deputado Vivaldo Barbosa, nem para mim-, mas demonstrava um convencimento muito grande naquelas suas opiniões.

Isso pressupõe que a força do Sr. Paulo César Farias no Governo só pode ser explicado de duas maneiras: ou ele fazia essa movimentação porque tinha autoridade pública, ou um ministro que lhe dava cobertura, porque é inexplicável que, em qualquer país do mundo, um cidadão que não seja funcionário público, mas empresário, circule, com essa



desenvoltura, pela Esplanada dos Ministérios. E, segundo Pedro Collor de Mello, os únicos Ministérios aos quais ele não tinha acesso eram os dos militares. Isso não ocorreria se não houvesse a cobertura de uma autoridade oficial: ministros ou o próprio Presidente da República.

Antes de surgir o episódio da campanha eleitoral de Alagoas, nas reuniões que V. Sa. tinha como Presidente para defender as propostas do Governo no Congresso Nacional, como um dos principais coordenadores políticos, não existiam evidências de qual era a credencial política do Sr. Paulo César Farias para fazer essa movimentação, não só na campanha eleitoral de Alagoas mas também junto aos ministérios, a esse processo todo que V. Sa. denunciou?

O SR. RENAN CALHEIROS - Já respondi. Existiam.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Renan Calheiros, houve um episódio fundamental para o esclarecimento desta CPI. Respeito os limites que V. Sa. impôs ao seu depoimento, de natureza ética e de caráter. Mas há um episódio que ficou conhecido nacionalmente e que tem que se esclarecer. Trata-se da festa em que o Presidente da República recebeu vários convidados e o Sr. Paulo César Farias fez uma demonstração de tango ou de bolero - parece-me que foi tango. Eu perguntaria a V. Sa.: quem eram os ministros que estavam nessa festa?

O SR. RENAN CALHEIROS - No momento em que respondi a essa pergunta - e V. Exa. a repete numa boa hora -, eu disse que faria um esforço e que, se fosse necessário trazer à Comissão Parlamentar de Inquérito, eu traria, conversando até com pessoas que dela participaram, alguns nomes de pessoas que estiveram na festa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Interessam-me apenas os convidados ministros. Existiam ministros nessa festa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Havia, obviamente! COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Qual a relação do Sr. José Wellington, que foi o idealizador dos dois LL na marca Collor, com o esquema PC Farias e com Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Collor de Mello?

O SR. RENAN CALHEIROS - É difícil localizar - já respondi a essa pergunta - o meu nível de informação com relação ao relacionamento das pessoas, até porque isso é um submundo. O próprio Comandante Bandeira esteve aqui e disse que não conhecia os sócios. Ora, como posso conhecer os sócios dessa gente? É uma coisa intransponível! Não se pode ter acesso às informações!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sa. afirmou aqui, e os jornais da época registraram, que várias pessoas do comitê da campanha do então candidato Fernando Collor de Mello discordaram daquele episódio da utilização de Miriam Cordeiro no segundo turno. Mas, como V. Sa. fazia parte do comitê e esteve naquele debate, pergunto a V.Sa. se tem conhecimento de quem pagou para que ela aparecesse no programa e quem continuou pagando a sua estada no apart-hotel e, posteriormente, fora de São Paulo. Claro que não tenho nenhum conhecimento. O meu papel se esgotou no momento em que defendi, publicamente, em nome de um grupo, na campanha, a não veiculação da fita que chegou ao estúdio. Isso é uma coisa pública; os jornais divulgaram. Não foi somente eu; houve mais algumas pessoas. A própria Ministra Zélia é uma das pessoas que defenderam essa posição; e a Belisa Ribeiro, da mesma forma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a última pergunta: há uma questão do Deputado Renan Calheiros que é importante para a CPI, mas que S.Sa. colocou como uma das providências que esta Comissão deveria tomar. E acho que seria importante que S.Sa. nos desse mais elementos sobre essa questão. V.Sa. conheceu a influência do Sr. Paulo César Fa-



rias junto ao Banco Central, especialmente nas operações que gostaria de fazer sobre títulos da dívida externa, títulos da dívida agrária e outras operações? Se forem consumadas, que conhecimento V.Sa. teve dessa tentativa de relação do Sr. Paulo César Farias junto ao Banco Central, porque a imprensa noticiou, principalmente no caso da Folha de S. Paulo, a afirmação do ex-Presidente do Banco Central, na época, Ibrahim Eris. Pergunto a V.Sa. concretamente, porque acho que esse caso é importante para esta CPI, das tentativas, das gestões do Sr. Paulo César Farias junto ao Banco Central, especialmente nessa questão dos títulos da dívida externa, de título da dívida agrária e outras operações.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Ibrahim Eris negou a entrevista dada à Folha de S. Paulo, mas não negou o fato referido, na minha entrevista, à revista VeVeja. Eu já reafirmei aqui esse episódio e mostrei, para comprovar o que dizia, o recorte do jornal Folha de S. Paulo da época.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Logo após, vamos fazer uma sessão secreta. dava cobertura, porque é inexplicável que, em qualquer país do mundo, um cidadão que não seja funcionário público, mas empresário, circule, com essa desenvoltura, pela Esplanada dos Ministérios. E, segundo Pedro Collor de Mello, os únicos Ministérios aos quais ele não tinha acesso eram os dos militares. Isso não ocorreria se não houvesse a cobertura de uma autoridade oficial: ministros ou o próprio Presidente da República.

Antes de surgir o episódio da campanha eleitoral de Alagoas, nas reuniões que V. Sa. tinha como Presidente para defender as propostas do Governo no Congresso Nacional, como um dos principais coordenadores políticos, não existiam evidências de qual era a credencial po-



lítica do Sr. Paulo César Farias para fazer essa movimentação, não só na campanha eleitoral de Alagoas mas também junto aos ministérios, a esse processo todo que V. Sa. denunciou?

O SR. RENAN CALHEIROS - Já respondi. Existiam.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Renan Calheiros, houve um episódio fundamental para o esclarecimento desta CPI. Respeito os limites que V. Sa. impôs ao seu depoimento, de natureza ética e de caráter. Mas há um episódio que ficou conhecido nacionalmente e que tem que se esclarecer. Trata-se da festa em que o Presidente da República recebeu vários convidados e o Sr. Paulo César Farias fez uma demonstração de tango ou de bolero - parece-me que foi tango. Eu perguntaria a V. Sa.: quem eram os ministros que estavam nessa festa?

O SR. RENAN CALHEIROS - No momento em que respondi a essa pergunta - e V. Exa. a repete numa boa hora -, eu disse que faria um esforço e que, se fosse necessário trazer à Comissão Parlamentar de Inquérito, eu traria, conversando até com pessoas que dela participaram, alguns nomes de pessoas que estiveram na festa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Interessam-me apenas os convidados ministros. Existiam ministros nessa festa?

O SR. RENAN CALHEIROS - Havia, obviamente!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Qual a relação do Sr. José Wellington, que foi o idealizador dos dois LL na marca Collor, com o esquema PC Farias e com Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Collor de Mello?

O SR. RENAN CALHEIROS - É difícil localizar - já respondi a essa pergunta - o meu nível de informação com relação ao relacionamento das pessoas, até porque isso é um submundo. O próprio Comandante Bandeira esteve aqui e disse que não conhecia os sócios. Ora, como posso



conhecer os sócios dessa gente? É uma coisa intransponível! Não se pode ter acesso às informações!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sa. afirmou aqui, e os jornais da época registraram, que várias pessoas do comitê da campanha do então candidato Fernando Collor de Mello discordaram daquele episódio da utilização de Miriam Cordeiro no segundo turno. Mas, como V. Sa. fazia parte do comitê e esteve naquele debate, pergunto a V.Sa. se tem conhecimento de quem pagou para que ela aparecesse no programa e quem continuou pagando a sua estada no apart-hotel e, posteriormente, fora de São Paulo. Claro que não tenho nenhum conhecimento. O meu papel se esgotou no momento em que defendi, publicamente, em nome de um grupo, na campanha, a não veiculação da fita que chegou ao estúdio. Isso é uma coisa pública; os jornais divulgaram. Não foi somente eu; houve mais algumas pessoas. A própria Ministra Zélia é uma das pessoas que defenderam essa posição; e a Belisa Ribeiro, da mesma forma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a última pergunta: há uma questão do Deputado Renan Calheiros que é importante para a CPI, mas que S.Sa. colocou como uma das providências que esta Comissão deveria tomar. E acho que seria importante que S.Sa. nos desse mais elementos sobre essa questão. V.Sa. conheceu a influência do Sr. Paulo César Farias junto ao Banco Central, especialmente nas operações que gostaria de fazer sobre títulos da dívida externa, títulos da dívida agrária e outras operações? Se forem consumadas, que conhecimento V.Sa. teve dessa tentativa de relação do Sr. Paulo César Farias junto ao Banco Central, porque a imprensa noticiou, principalmente no caso da Folha de S. Paulo, a afirmação do ex-Presidente do Banco Central, na época, Ibrahim Eris. Pergunto a V.Sa. concretamente, porque acho que esse caso é importante para esta CPI, das tentativas, das gestões do Sr. Bau-



lo César Farias junto ao Banco Central, especialmente nessa questão dos títulos da dívida externa, de título da dívida agrária e outras operações.

O SR. RENAN CALHEIROS - O Ibrahim Éris negou a entrevista dada à **Folha de S. Paulo**, mas não negou o fato referido, na minha entrevista, à revista **VeVeja**. Eu já reafirmei aqui esse episódio e mostrei, para comprovar o que dizia, o recorte do jornal **Folha de S. Paulo** da época.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Logo após, vamos fazer uma sessão secreta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Renan Calheiros, quando V. Sa. comunicou ao Presidente da República os indícios de irregularidades, V. Sa. transmisteu esses indícios e essas preocupações para outros líderes aqui do Senado ou da Câmara que trabalhavam com V. Sa., naquela época, na coordenação política dentro do Congresso, ou foi apenas junto a Sua Excelência o Senhor Presidente da República?

O SR. RENAN CALHEIROS - Não, comuniquei a quem de direito deveria comunicar, que era o Presidente da República, de quem cobrei a apuração.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Aldo Rebelo, do PC do B.

Aviso aos Srs. membros que, logo após, vamos fazer uma reunião secreta para decidirmos sobre três ou quatro questões.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de registrar aqui que considero muito mais importante do que as denúncias de fraude, dos atravessadores eventuais, aqui trazidas por V. Sa., a que caracteriza a gestão e



a atuação desse Governo.

As palavras de V. Exa. de reafirmação de compromisso com os direitos sociais dos trabalhadores, com a soberania do nosso País, na minha opinião é o que existe de mais ético no seu depoimento.

Trataria aqui os envolvidos, para não nominar os personagens dessa história, por ele e por outro: ele foi o tesoureiro da campanha; o outro, o candidato a Presidente da República; este assumiu a Presidência e aquele é a eminência parda.

As evidências, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reafirmadas aqui pelo depoente, fazem-nos reunir os elementos importantes, como a casa do lago norte, as reuniões periódicas, a representação a ele atribuída pelo outro, as agendas com as anotações para despachos ministeriais. Por causa dele, o outro perdeu o próprio Líder no Congresso Nacional; por causa dele, o outro demitiu o Presidente da maior e mais importante empresa estatal do País, a PETROBRÁS; por causa dele, o outro rompe com o próprio irmão, processa-o e causa esse escândalo nacional.

A única conclusão a que podemos chegar é que um é chefe e o outro, subordinado; ou o outro é o chefe, que é a primeira hipótese com que se pode trabalhar, ou se trabalha com a hipótese mais absurda de o chefe ser exatamente ele.

Dito isso, Deputado Renan Calheiros, eu perguntaria a V. Sa. se se registra, nesse estado maior a que V. Sa. se referiu, na presença do General Agenor, do Sr. Pedro Paulo, do Sr. Paulo César e do próprio Presidente Fernando Collor, a influência do Secretário Marcos Coimbra. Que influência, que papel ele tem no esquema de poder, ou teria na época em que V. Sa. era líder do Governo no Palácio do Planalto?



O SR. RENAN CALHEIROS - S. Exa. desempenhava um papel meramente burocrático.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Renan Calheiros, volto a uma pergunta feita pelo Deputado José Genoíno, a que V. Sa. se referiu na revista Veja, sobre a festa. Essa festa é reveladora do esquema de poder e do papel dele no nosso País?

É verdadeira a informação de que - se não me engano, V. Exa. deu à revista Veja -, num determinado momento da festa, todos pararam, formaram uma roda e, entre palmas, puxadas inclusive pelo próprio Presidente da República, numa circunstância de irreverência inclusive, o Dr. Paulo César Farias dançou o famoso tango?

O SR. RENAN CALHEIROS - É verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama. Fazendo soar a campainha.) - Essa pergunta já foi feita.

O SR. ALDO REBELO - Eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Vou suspender a reunião, pedindo que permaneçam na sala somente os Srs. Parlamentares, para realizarmos reunião secreta que, acredito, não vai durar mais do que 20 minutos.

(A reunião transforma-se em secreta.)